

Formulário de Referência

Versão 6

27 de janeiro de 2026



Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	11
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	14
1.5 Principais clientes	19
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	20
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	23
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	24
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	25
1.10 Informações de sociedade de economia mista	28
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	29
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	30
1.13 Acordos de acionistas	36
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	37
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	38
1.16 Outras informações relevantes	39
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	40
2.2 Resultados operacional e financeiro	47
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	58
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	60
2.5 Medições não contábeis	61
2.6 Eventos subsequentes as DFs	64
2.7 Destinação de resultados	65
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	71
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	72
2.10 Planos de negócios	73
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	76
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	77
3.2 Acompanhamento das projeções	78

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	79
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	100
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	102
4.4 Processos não sigilosos relevantes	106
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	113
4.6 Processos sigilosos relevantes	114
4.7 Outras contingências relevantes	115
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	116
5.2 Descrição dos controles internos	117
5.3 Programa de integridade	118
5.4 Alterações significativas	121
5.5 Outras informações relevantes	122
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	123
6.3 Distribuição de capital	132
6.4 Participação em sociedades	133
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	134
6.6 Outras informações relevantes	135
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	136
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	139
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	140
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	142
7.4 Composição dos comitês	151
7.5 Relações familiares	155
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	156
7.7 Acordos/seguros de administradores	157
7.8 Outras informações relevantes	158
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	159

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	164
8.3 Remuneração variável	168
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	170
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	172
8.6 Outorga de opções de compra de ações	173
8.7 Opções em aberto	175
8.8 Opções exercidas e ações entregues	176
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	178
8.10 Outorga de ações	180
8.11 Ações entregues	182
8.12 Precificação das ações/opções	183
8.13 Participações detidas por órgão	185
8.14 Planos de previdência	186
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	187
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	188
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	189
8.18 Remuneração - Outras funções	190
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	191
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	192
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	194
8.20 Outras informações relevantes	196
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	197
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	198
9.4 Outras informações relevantes	199
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	200
10.1 Descrição dos recursos humanos	202
10.2 Alterações relevantes	203
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	204
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	205
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	206

Índice

10.5 Outras informações relevantes	207
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	208
11.2 Transações com partes relacionadas	209
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	210
11.3 Outras informações relevantes	211
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	212
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	213
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	214
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	215
12.5 Mercados de negociação no Brasil	216
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	217
12.7 Títulos emitidos no exterior	218
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	219
12.9 Outras informações relevantes	220
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	221
13.1 Declaração do diretor presidente	222
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	224
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	226

1.1 Histórico do emissor

- A Dexxos Participações S.A. passou a ser listada na bolsa de valores, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em 1997, sob a antiga denominação GPC Participações S.A., como uma companhia de capital aberto, para receber todos os ativos não ligados às atividades de refino da Refinaria de Petróleo de Manguinhos, sendo esses Prosint, Synteko, Metanor e Copenor. Na época, as atividades do segmento químico eram desenvolvidas através da empresa Synteko Produtos Químicos S.A., em operação desde 1954.
- Com a intenção de consolidar os negócios industriais, em 1999 a companhia incorpora parte da Apolo Tubos e Equipamentos S.A., com operação na fabricação de tubos ERW na unidade Pavuna desde 1938, passando a atuar também no segmento de tubos de aço.
- Atendendo, principalmente, ao mercado madeireiro do Paraná, em 1999 a Prosint Química S.A. (posteriormente incorporada pela GPC Química S.A.) inaugura unidade de fabricação de resinas termofixas em Araucária/PR.
- Visando atender à demanda madeireira, em 2001 a Prosint Química S.A. expande sua atuação na região sudeste com a inauguração de uma unidade de fabricação de resinas termofixas em Uberaba/MG.
- Em associação com a empresa norte-americana *Lone Star Steel* (posteriormente adquirida pela empresa norte-americana *US Steel*), em 2006 a Apolo Tubos e Equipamentos S.A. inicia uma *joint venture* na Apolo Tubulars S.A.
- Em 2007, a Synteko Produtos Químicos S.A. altera sua denominação social para GPC Química S.A. e incorpora a Prosint Química S.A.
- Em 2013, a GPC Química S.A. encerra a operação das plantas de metanol e DME, ambas localizadas no bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ.
- Em 2015, a GPC Química S.A. transfere suas unidades de formol de Gravataí/RS para Araucária/PR, bem como inicia um novo programa de investimentos, resultando no aumento da capacidade de produção de formol e de reatores de resinas.
- Em 2017, a Apolo Tubulars S.A. procede com a recompra de suas ações pertencentes à *US Steel*, passando a Apolo Tubos e Equipamentos S.A. a deter 100% do capital social da empresa.
- Em 2021, foi deliberada e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social da Companhia de GPC Participações S.A. para Dexxos Participações S.A. Adicionalmente, no mesmo ano, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão deferiu pedido de migração da companhia ao segmento especial do mercado de ações da B3 denominado Nível 1 de Governança.
- Em 2022 e início de 2023, a Companhia celebrou dois acordos comerciais para alienar as últimas áreas de sua propriedade localizada no bairro de Benfica na cidade do Rio de Janeiro/RJ, pelos valores aproximados de R\$ 60,0 milhões e R\$ 11,5 milhões, como parte do seu plano de monetização de ativos não operacionais.
- Em março de 2023, foi aprovada a Política de Destinação de Resultados como parte da contínua atualização da governança corporativa da Companhia.
- Em setembro de 2023, a GPC Química S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor de R\$ 59,5 milhões, sendo que a primeira

1.1 Histórico do emissor

tranche de R\$ 28,4 milhões foi recebida em outubro de 2023, e a segunda tranche de R\$ 24,9 milhões, foi recebida em novembro de 2024.

- Em março de 2024, a investida Apolo Tubulars S.A. assinou contrato de financiamento junto à FINEP no valor de R\$ 97,9 milhões com previsão de recebimento em duas tranches, sendo que a primeira tranche de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024.
- Em julho de 2024, a Companhia concluiu as incorporações das ações de emissão da GPC Química S.A. e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. pela Dexxos Participações S.A., que passou a deter 100% de participação no capital social das referidas subsidiárias.
- Em agosto de 2024, a Companhia iniciou suas atividades na nova unidade de especialidades químicas na planta de Araucária, Paraná, por meio de sua subsidiária GPC Química S.A.. Os investimentos têm como objetivo o desenvolvimento de aplicações para atender novos mercados, ampliando o escopo de atuação em resinas industriais e especialidades químicas, no âmbito do plano estratégico de diversificação da Companhia.
- Em setembro de 2024, a Companhia anunciou que o Programa de Recompra de 4,1 milhões de ações ordinárias foi aprovado, o montante corresponde a 4,0% do total de ações ordinárias em circulação. Até o fim de abril de 2025 foram recompradas 978.800 ações, representando 1,0% da totalidade das ações ordinárias.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

VISÃO GERAL

A Dexxos Participações S.A. é uma *holding* que tem por objetivo participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas controladas, responsáveis pelas respectivas operações, integram os principais *players* nacionais em negócios complementares e expostos a setores resilientes, com perspectivas de crescimento positivas, através da produção, venda e entrega de produtos químicos, principalmente resinas termofixas, e tubos de aço, majoritariamente para os segmentos de petróleo e gás, construção civil e energia.

Através de plantas fabris localizadas em polos industriais estratégicos do Brasil e com presença comercial em todo território nacional e em países em todo o continente americano, a companhia, através de suas controladas, proporciona rapidez no atendimento, fornecendo os produtos mais adequados para as necessidades dos clientes.

Adicionalmente, a Companhia entende que os frutos decorrentes de investimentos superiores a R\$234,3 milhões que foram realizados ao longo dos últimos cinco anos, somados às tendências positivas em seus segmentos de atuação, à disciplina na alocação de recursos e à gestão de custos vêm impulsionando de forma positiva e consistente as principais métricas da Companhia, incluindo, mas não se limitando a volume de produtos vendidos, faturamento, EBITDA, dentre outros.

Como resultado dessas marcas alcançadas, a companhia apresenta seus resultados obtidos durante o ano de 2024, em comparação aos anos de 2023 e 2022, conforme expostos no quadro abaixo:

Dexxos Par

(R\$ mm, exceto quando indicado)	2024	2023	2022	2024 x 2023	2024 x 2022
Receita Bruta	2.242,1	2.170,7	2.610,4	3,3%	(14,1%)
Químico	1.618,8	1.451,1	1.623,4	11,6%	(0,3%)
Aço	623,2	719,6	987,0	(13,4%)	(36,9%)
Receita Líquida	1.810,4	1.745,3	2.098,1	3,7%	(13,7%)
Lucro Bruto	350,5	342,0	384,5	2,5%	(8,8%)
Margem Bruta	19,4%	19,6%	18,3%	(0,2 p.p.)	1,0 p.p.
EBITDA	262,4	293,8	305,2	(10,7%)	(14,0%)
Margem EBITDA	14,5%	16,8%	14,5%	(2,3 p.p.)	(0,1 p.p.)
Lucro Líquido	153,2	211,3	179,9	(27,5%)	(14,8%)
Margem Líquida	8,5%	12,1%	8,6%	(3,6 p.p.)	(0,1 p.p.)
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	249,0	280,1	305,9	(11,1%)	(18,6%)
Margem EBITDA Ajustado	13,8%	16,1%	14,6%	(2,3 p.p.)	(0,8 p.p.)
Lucro Líquido Ajustado ⁽²⁾	144,9	178,0	157,9	(18,6%)	(8,2%)
Margem líquida ajustada (%)	8,0%	10,2%	7,5%	(2,2 p.p.)	0,5 p.p.

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA consta no Anexo B.I do release de resultados.

Nota (2): Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores, ajustado para resultados não recorrentes, porém considerando seus respectivos impactos fiscais), vide Anexo B.IV do release de resultados.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

No segmento químico, em 2024, o volume de vendas da GPC Química aumentou 9,2% em comparação ao ano de 2023, alcançando a marca de 606,6 mil toneladas. Quando comparado ao ano de 2022, registrou aumento acumulado de 40,4%, demonstrando a consistência dos resultados entregues nos últimos anos, conforme exposto abaixo:



(R\$ mm, exceto quando indicado)	2024	2023	2022	2024 x 2023	2024 x 2022
Volume de Vendas (kton)	606,6	555,6	432,0	9,2%	40,4%
Receita Bruta	1.618,8	1.451,1	1.623,4	11,6%	(0,3%)
Receita Líquida	1.310,8	1.177,3	1.294,0	11,3%	1,3%
Lucro Bruto	246,2	195,6	199,9	25,9%	23,2%
Margem Bruta	18,8%	16,6%	15,5%	2,2 p.p.	3,3 p.p.
EBITDA	198,5	210,4	197,0	(5,6%)	0,8%
Margem EBITDA	15,1%	17,9%	15,2%	(2,7 p.p.)	(0,1 p.p.)
EBITDA Ajustado	193,0	180,5	171,1	6,9%	12,8%
Margem EBITDA Ajustado	14,7%	15,3%	13,2%	(0,6 p.p.)	1,5 p.p.

Complementarmente, no segmento aço, apresentando aumento de vendas em 0,4% apresentado pela Apolo em 2024 quando comparado a 2023, alcançando a marca de 59,0 mil toneladas, e de retração de 23,8% em comparação ao ano 2022. A retração métrica reflete a expressiva desaceleração de vendas para os principais mercados de atuação da Companhia, conforme expostos abaixo:



(R\$ mm, exceto quando indicado)	2024	2023	2022	2024 x 2023	2024 x 2022
Volume de Vendas (kton)	59,0	58,7	77,4	0,4%	(23,8%)
Receita Bruta	623,2	719,6	987,0	(13,4%)	(36,9%)
Receita Líquida	499,6	568,0	804,1	(12,0%)	(37,9%)
Lucro Bruto	104,3	146,5	184,6	(28,8%)	(43,5%)
Margem Bruta	20,9%	25,8%	23,0%	(4,9 p.p.)	(2,1 p.p.)
EBITDA	64,9	107,9	140,5	(39,8%)	(53,8%)
Margem EBITDA	13,0%	19,0%	17,5%	(6,0 p.p.)	(4,5 p.p.)
EBITDA Ajustado	66,3	108,0	142,5	(38,6%)	(53,5%)
Margem EBITDA Ajustado	13,3%	19,0%	17,7%	(5,7 p.p.)	(4,4 p.p.)

MERCADOS DE ATUAÇÃO

Segmento Aço – Construção Civil

Pioneira no mercado brasileiro de tubos de aço, com 85 anos de história, a Apolo Tubos possui como objetivo principal a exploração da indústria de tubos de aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação e comercialização de tubos para o mercado de construção civil. Com sede operacional e administrativa localizadas na cidade do Rio de Janeiro/RJ, são produzidos e comercializados tubos de aço de carbono para todo o Brasil e para exportação.

Consequentemente, o desempenho do setor de construção civil está ligado à demanda por tubos de aço produzidos pela Companhia. O setor de construção civil é estimulado pelos seguintes fatores, elencados abaixo:

- Expansão do financiamento imobiliário; e
- Continua demanda habitacional, por conta do déficit existente;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O saldo de recursos investidos no FGTS, uma das principais fontes para aquisição de imóvel, cresceu de forma consistente ao longo dos últimos anos com o aumento da parcela dos recursos destinados para crédito imobiliário.

Por sua vez, o histórico déficit habitacional brasileiro faz com que ainda haja uma grande e crescente demanda por imóveis habitacionais, o que traz um grande potencial de crescimento do mercado imobiliário para os próximos anos, dado que serão necessários mais empreendimentos para suprir esta demanda.

Como consequência dos fatores citados, o PIB da Construção Civil apresentou aumento real de 4,3% em 2024 segundo a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), enquanto que, no mesmo ano, o PIB nacional registrou um aumento de 3,4%.

Ainda segundo a CBIC, a construção civil registrou uma redução de 30,1% em geração de novas vagas, com carteira assinada, em 2024 comparado a 2023, atingindo 110.133 novos postos de trabalho criados pelo setor, o que representa uma redução de 42,7% em comparação ao ano de 2022.

Paralelamente, as vendas de novos imóveis cresceram 11,8% em 2024, comparando com ao ano de 2023, segundo dados da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) e da Fundação Instituto de Pesquisas (Fipe).

Em 2024, o mercado de construção civil manteve o nível de atividades produtivas estáveis, de acordo com o Relatório de Sondagem da Indústria da Construção publicado pela CNI, ao longo do ano de 2024 a média do indicador de utilização da capacidade de operação atingiu 67,7%, sendo o mesmo resultado apresentado no ano de 2023 que havia registrado 66,8%.

No que tange à indústria de materiais de construção, a pesquisa Índice divulgada pela ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção) em no ano de 2024 apontou que as vendas do respectivo setor aumentaram em 8,3% comparado a 2023.

Segmento Aço – Petróleo e Gás e Energia

Empresa especializada na produção de tubos de aço de alta qualidade, soldados por resistência elétrica com indução de alta frequência, principalmente para a indústria de petróleo e gás e outros segmentos do setor de energia, e com sede operacional na cidade de Lorena/SP e administrativa na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a Apolo Tubulars produz e comercializa tubos de aço carbono nas normas API e NBR para todo o Brasil e para exportação.

Tendo como principal destinação de seus produtos a indústria de petróleo e gás em terra e em águas rasas, que no Brasil passa por um momento de transição em relação aos principais *players*, com a gradativa substituição da Petrobras, dona da maior fatia desse mercado atualmente, por novos entrantes nacionais e internacionais. A Apolo se apresenta para essas empresas como um dos principais fornecedores de tubos de aço do segmento para o mercado *onshore*, possuindo vasto conhecimento tecnológico, inclusive através de parcerias internacionais, bem como investimentos realizados em infraestrutura e inovação para fornecimento dos produtos exigidos pelo mercado.

Além do posicionamento estratégico da Companhia nesse segmento, outro ponto relevante foram os programas promovidos por parte do Governo Federal e Ministério de Minas e Energia, das duas versões do Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres – REATE ocorridos nos anos de 2017 e 2020. Trata-se de uma Política Nacional de fomento à atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres no Brasil, de modo a propiciar o desenvolvimento regional e estimular a competitividade nacional. Essa iniciativa busca avançar ainda mais na implantação de uma

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

política nacional que fortaleça a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres no Brasil, criando sinergias entre os produtores, fornecedores e financiadores dessa atividade para aumentar a exploração e produção competitiva de petróleo, e, principalmente, gás natural em terra, visando uma indústria de exploração e produção terrestre forte e competitiva, com produção crescente e com pluralidade de operadores e fornecedores de bens e serviços.

Contudo, os números ainda se demonstram incipientes dado que a Petrobras ainda concentra a maior parte da produção de petróleo e gás em campos *onshore* no Brasil. Do percentual em questão deriva uma enorme oportunidade de reativação e revitalização desses campos terrestres maduros por parte da iniciativa privada. Isto, principalmente quando se observa o fator de recuperação das bacias brasileiras *onshore*.

Dessa forma, sendo um dos principais fornecedores para esse segmento *onshore*, a Apolo encontra-se bem posicionada, alinhada com o momento atual do mercado, atuando de forma a capturar esse crescimento de demanda esperado.

Na outra mão, no segmento de energia fotovoltaica, de acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o índice de produção de energia solar cresceu 39,5% na comparação anual em 2024, atingindo a marca de 54,0 GW de potência operacional. Dessa forma, o setor atraiu mais de R\$ 258,2 bilhões em investimentos segundo a Absolar.

Neste sentido, a Apolo vem se posicionando como uma opção ao fornecimento de tubos estruturais para empreendimentos fotovoltaicos, visando a captação do crescimento esperado para o setor em questão.

Segmento Químico

Um dos principais fabricantes de resinas termofixas e produtos auxiliares para a indústria de painéis de madeira reconstituída, MDF, MDP, OSB e Compensados do Brasil, além de resinas e aditivos especiais para aplicações específicas, a GPC Química atua há mais de 60 anos como um dos líderes do mercado nacional e com presença comercial no exterior, principalmente, nos países da América do Sul.

Tendo como objetivo principal a produção e comercialização de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol, através das nossas sedes operacionais nas cidades de Araucária/PR e Uberaba/MG e sede administrativa na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a empresa destaca-se pelos seguintes diferenciais expostos abaixo:

- Conhecimento no desenvolvimento de produtos que atendam às necessidades específicas de nossos clientes, atendendo aos requisitos de qualidade e eficiência exigidos;
- Unidades produtivas estrategicamente localizadas, de modo a atender todo o território nacional e demais países da América do Sul.
- Parcerias firmadas com empresas globais de tecnologia para indústria de resinas e painéis de madeira reconstituída, além da infraestrutura e conhecimentos necessários para atender os desafios tecnológicos e as tendências do mercado;

Além da tecnologia aplicada no desenvolvimento de nossos produtos, buscamos agregar valor através do atendimento diferenciado das equipes de assistência técnica, contando com suporte internacional, visando soluções que atendam as demandas do mercado e melhorem o desempenho de nossos clientes.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Grande porte, permitindo a obtenção a obtenção de economias de escala e aumentando a competitividade da companhia.

As resinas termofixas são adicionadas ao cavaco, em conjunto com um catalisador e aditivos, na fase de “colagem” do MDF e do MDP. Com a inclusão da resina é formado um colchão a seco que é encaminhado para a fase de pré-prensagem e prensagem a quente.

O MDF, MDP e os painéis compensados, produtos finais do processo em que há a inclusão das resinas termofixas da GPC Química são produzidos a partir do *Pinus taeda* (“Pinheiro”) e do Eucalipto (“Eucalipto”).

O Brasil possui uma das maiores áreas florestais de Pinheiro no mundo, com 1,9 milhão de hectares, além de possuir 10 milhões de hectares disponíveis para plantio de madeira de reflorestamento. A eficiência na produção de compensados no Brasil se destaca em relação a outros países do mundo. A alta competitividade da indústria madeireira nacional ocorre por conta da produtividade florestal, do emprego de propriedades mecânicas e por conta do baixo custo de custo da mão-de-obra.

Os três estados do Sul, em conjunto, concentram a maior área plantada com Pinheiros (*Pinus*) no Brasil, representando 87% de áreas destinadas ao plantio dessa espécie. São nestes Estados em que estão localizados os principais atores da cadeia indústria da madeira no país e principais *players* consumidores da madeira como matéria prima. O estado do Paraná, individualmente, é responsável por mais de 54% do volume dessa espécie.

A unidade de formol e resinas da GPC Química está localizada nesta região, no Estado do Paraná no coração do polo da indústria madeireira o que a posiciona de forma competitiva para atender a demanda dos diversos agentes presentes. Adicionalmente, a localização proporciona uma diversificação do risco de concentração de clientes, uma vez que permita o acesso aos principais *players* da cadeia.

A produção nacional de móveis, um dos principais utilizadores do MDF, registrou aumento de 4,2% ao longo do ano de 2024 comparado ao ano anterior, segundo o MOVERGS (Associação das indústrias de móveis do Estado do Rio Grande do Sul). A aceleração também impactou o comércio exterior do setor moveleiro em 2024, que registrou aumento de 39,1% nas exportações em relação a 2023.

Adicionalmente, de acordo com relatório divulgado pela Ibá (Indústria Brasileira de Árvores), as vendas de painéis de madeira, principal nicho de atuação do segmento químico, registrou aumento de 18,5% em 2024, o mercado doméstico apresentou aumento de 18,0%, em paralelo, o mercado global recuou com redução das vendas em 4,3% comparadas a 2023.

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

Segmento Químico

Acesso as mais modernas tecnologias a nível mundial para produção de resinas

Através de parcerias internacionais e de estrutura local com laboratórios de P&D, além de assistência técnica altamente especializada, as seguintes fortalezas se destacam:

- Resinas homologadas em padrões internacionais, em conformidade com requisitos de qualidade e regulamentações mundiais;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Desenvolvimento de inovações para aplicações na indústria de painéis de madeira, inclusive na proposição de parcerias para aplicação de produtos químicos renováveis e biodegradáveis;
- Diferenciais customizados de produtividade e competitividade, com *know-how* orientado para processos e produtos de alto desempenho;

Atendimento e Assistência Técnica

Além da tecnologia aplicada no desenvolvimento de seus produtos, a GPC Química busca agregar valor através do atendimento diferenciado e de suas equipes de assistência técnica, contanto com suporte internacional, visando soluções que atendam as demandas do mercado e melhorem o desempenho de seus clientes.

Posição Geográfica

As unidades produtivas da GPC Química estão estrategicamente localizadas para atender de forma eficaz à sua cadeia de clientes, majoritariamente integrantes da indústria de painéis de madeira.

Reconhecimento de Mercado

A GPC Química é reconhecida por sua tradição e *know-how* no desenvolvimento de produtos que atendam às necessidades específicas de seus clientes e aos requisitos de qualidade e eficiência.

Segmento Aço

Parcerias e Investimentos Tecnológicos

Somos fabricante de tubos OCTG *tubing* e *casing* no Brasil homologado para aplicação de soluções premium e semi premium de fabricantes mundiais e para produtos certificados e inspecionados com tecnologia referência no mercado de inspeções não destrutivas.

Adicionalmente, os investimentos realizados em tecnologia de ponta e infraestrutura fabril nos permite oferecer ao mercado uma vasta gama de soluções tubulares de alta qualidade como:

- Tubos acabados (OCTG) para exploração e produção (E&P) com conexões API 5CT, Premium (JFEBEAR e FOX) e Semipremium (GEOCONN);
- Tubos de condução de petróleo e gás (*Line Pipe*), nos níveis de produto API 5L / PSL 1 e PSL 2, revestidos interna e externamente para ambientes corrosivos;
- Tubos para diversas aplicações como condução de fluidos, estruturais, redes de incêndio, caldeiras e estacas de linha de transmissão, entre outros, atendendo às normas nacionais e internacionais pertinentes.

Pioneirismo e Reconhecimento de Mercado

A Apolo começou a operar em 1938, como pioneira no Brasil na fabricação de tubos de aço ERW. Adicionalmente, visando o mercado de óleo e gás, a empresa realizou diversos investimentos em aporte tecnológico e ampliação fabril, culminando no recebimento de premiações como o Prêmio Petrobras – “Melhores Fornecedores de Bens e Serviços” de 2013.

Com 85 anos de história, a marca Apolo é uma das principais referenciais da indústria de tubos e acessórios de metais. Atualmente, a empresa é a única fabricante de tubos tubing HFIW no Brasil

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

direcionados ao mercado de Óleo e Gás *onshore*, trata-se de tecnologia pioneira que proporciona maior eficiência e qualidade aos clientes.

Posição Geográfica

As unidades produtivas da Apolo Tubos e Apolo Tubulars estão estrategicamente posicionadas às proximidades da Rodovia BR-116 (“Via Dutra”), que liga a cidade de São Paulo à cidade do Rio de Janeiro, conectadas

ESTRATÉGIA

A visão estratégica da Companhia no Segmento Químico é ser a principal escolha de fornecimento de resinas termofixas no Brasil para o mercado de painéis de madeira, pelo reconhecimento de sua tecnologia e confiabilidade no fornecimento de qualidade e eficiência, com crescimento contínuo neste segmento e atingindo diversificação relevante em novos produtos e mercados derivados da nossa cadeia de valor.

Com essa estratégia, visamos fortalecer nossa posição no Segmento Químico, sustentando nosso crescimento com base nos nossos diferenciais tecnológicos e nosso *know-how* orientado para processos e produtos de alto desempenho, conferindo diferenciais customizados de produtividade e competitividade aos clientes, de forma a fortalecer nossos relacionamentos e aumentar nossa participação no mercado, para ser reconhecida, cada vez mais, como referência em resinas termofixas no Brasil.

No Segmento Aço, nossa visão estratégica geral é ser reconhecido pela qualidade do produto e eficiência no atendimento, com desenvolvimento sustentável de novos negócios direcionados para consumidores de tubos.

Com essa estratégia, buscamos gerar cada vez mais sinergias nas nossas operações da Apolo, de forma a aumentar ainda mais nossa produtividade, competitividade e rentabilidade, bem como agregar cada vez mais valor aos nossos produtos, para nos posicionarmos de forma diferenciada para atender tanto aos mercados nacionais quanto internacionais.

Adicionalmente, buscamos continuamente investir com disciplina financeira, para gerar não apenas crescimento, mas também aprimorar a qualidade dos nossos produtos e com mais eficiência produtiva em nossos processos industriais de forma a expandir nossas margens operacionais e possibilitar maior geração de valor aos *stakeholders*.

Dessa forma, nossa estratégia pode ser dividida e mais aprofundada no que tange aos dois principais segmentos de atuação da companhia:

Segmento Químico

Expandir a atuação no segmento de painéis de madeira

Pretendemos seguir crescendo nossa atuação no segmento de painéis de madeira. Nossas resinas termofixas possuem tecnologia de ponta, o que nos deixa em uma posição competitiva favorável para seguir crescendo nossa atuação neste segmento que tem apresentado crescimento consistente nos últimos anos. Alavancado pelo diferencial do Brasil que mantém alta eficiência produtiva em sua produção florestal.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Ampliar nossa atuação dentro da nossa cadeia de valor

Avaliar e desenvolver alternativas de diversificação de mercado e potencialização dos ativos industriais, a partir dos principais insumos já consumidos e produzidos pela companhia, de modo a agregar valor à atividade produtiva da GPC Química S.A. fortalecendo a posição sustentável no longo prazo nos mercados onde já atuamos e valer-se da vocação de químicos existente para inovar e diversificar nossos negócios, obtendo novas fontes de receitas e reduzindo a concentração.

Expansão das operações em busca de fortalecimento da posição estratégica da Companhia

Planejamos seguir expandindo nossa capacidade produtiva no segmento químico de forma a capturar tais oportunidades estratégicamente e, ao mesmo tempo, gerando maior eficiência nos nossos processos industriais. Seguiremos avaliando de forma disciplinada as oportunidades de expansão não apenas no segmento de resinas para painéis de madeira, mas também em outros elos da nossa cadeia de valor. Tais expansões podem ser alcançadas via investimentos em capacidade produtiva em nossas plantas atuais ou, conforme viabilidade e demanda, investindo em novas plantas ou até mesmo através de aquisição de ativos ou negócios que contribuam para execução da nossa estratégia.

Agregação de valor aos clientes

Seguiremos investindo na capacitação contínua dos nossos produtos buscando gerar cada vez mais valor aos nossos clientes. Somos reconhecidos pelos nossos diferenciais tecnológicos e capacidade de customização de nossos produtos para cada cliente com indicadores relevantes de produtividade, desempenho e competitividade, o que tem se provado fundamental para a manutenção dos relacionamentos que possuímos por longos anos, bem como para a captação de novas oportunidades que surgem no mercado.

Segmento Aço

Aumento de sinergias entre as operações de Aço

Com a recompra das ações da Apolo Tubulars em dezembro de 2017, a Companhia iniciou um processo de integração das operações da Apolo Tubos e Apolo Tubulars visando reforçar seu posicionamento com um portfólio mais abrangente e versátil, e capturar sinergias que proporcionassem melhores resultados. Além das sinergias existentes na gestão administrativa e operação, há também um potencial de sinergia que poderá ser explorado com a integração das unidades industriais em seus processos.

Expandir as operações no segmento de Óleo & Gás onshore no Brasil

Pretendemos seguir expandindo nossa atuação no fornecimento de tubos de aço para o mercado de exploração de petróleo e gás *onshore* no Brasil. Nossa objetivo é capturar o aumento da demanda impulsionado pelo fortalecimento da atividade de exploração e produção em áreas terrestres, contribuindo para o desenvolvimento regional e a competitividade nacional. Além disso, com elevada capacidade de produção e produtos que atendem às normas globais de fabricação, temos explorado oportunidades de exportação para mercados internacionais.

Expandir a atuação no segmento de energia

Acompanhando a evolução do setor elétrico nacional, realizamos investimentos em 2021 visando atender o mercado de energia fotovoltaica. Através do desenvolvimento de novos produtos, estamos capacitados para atendimento do setor. Durante o ano de 2024, os produtos comercializados para esse setor representaram aproximadamente 10% das vendas totais da Apolo.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

Segmento de Tubos de Aço



Tubos de Condução NBR 5580 / 5590



Tubos API 5CT OCTG

Os principais produtos comercializados referentes ao mercado de tubos de aço são:

Tubos de Condução: utilizados na condução de materiais sólidos, líquidos, pastosos ou gasosos, são comumente utilizados nas instalações hidráulicas prediais e industriais, de água, gás e ar comprimido, dentre outros setores. Fornecidos sem revestimento ou galvanizados por imersão a quente.

Tubos Eletrodutos: utilizados em instalações industriais, residenciais e comerciais, como protetores de cabos, fios elétricos e de telefonia. São galvanizados por imersão a quente, em peças de 3 metros de comprimento, rosqueadas e com uma luva em uma das extremidades.

Tubos API / OCTG: utilizados na exploração e produção (E&P) de petróleo e gás, os tubos de revestimento (*casing*), de produção (*tubing*) e curtos (*pup joint*) são fornecidos com extremidades forjadas (EU) ou não (NU) e rosqueadas com conexões API, Premium ou Semipremium. Os tubos API também são utilizados para condução de óleo e gás (*linepipes*) em gasodutos, oleodutos e refinarias.

Tubos Estruturais: utilizados em geral para uso em pontes, torres, coberturas, estruturas metálicas, indústria naval e automobilística, além do setor de energia solar para a montagem de estruturas de suporte tipo *tracker* e em redes de transmissão de energia solar para os postes metálicos em aço (estacas helicoidais).

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Segmento Químico



MDP



MDF



Compensados

Os principais produtos comercializados referentes ao mercado de resinas termofixas são:

Resinas para painéis de madeira: utilizadas na indústria de painéis de madeira reconstituída, MDF, MDP, Compensados e OSB, são produzidas com a mais moderna tecnologia disponível mundialmente, estando a GPC Química S.A. apta a produzir resinas para painéis de madeira particulada com baixa emissão de formol e boa reatividade. Atualmente, o Brasil lidera o ranking de produtividade florestal, com uma produtividade por hectare de quase duas vezes os países do hemisfério norte.

Resinas para impregnação: utilizadas para impregnação de papéis, são compatíveis com todos os antiespumantes comercialmente disponíveis, agentes umectantes e catalisadores que podem ser adicionados ao banho de impregnação, são fornecidas nas formas ureica e melamínica.

Resinas para aplicações especiais: resinas utilizadas para impregnação de não tecidos (mercado da construção e têxtil), impregnação e dublagem de fitas de borda e para impregnação de madeira e cutelaria. Em agosto de 2024, a Companhia divulgou ao mercado que iniciou as atividades de sua nova unidade de especialidades químicas na planta de Araucária, Paraná. O investimento visa a ampliação da capacidade produtiva e desenvolvimento de aplicações para atender novos mercados pela GPCQ, agregando valor ao seu portfólio e ampliando o escopo de atuação em resinas industriais e especialidades químicas, no âmbito do seu plano estratégico de diversificação.

Adicionalmente às resinas, o Segmento Químico também oferece aditivos para o segmento de painéis de madeira e revestimentos e para redução das emissões de gases em plantas industriais, sequestrantes de formol para promover a redução das emissões dos painéis, catalisadores especiais para colagens ou recobrimento de painéis de madeira, dentre outros produtos químicos especiais para aplicação em diversos segmentos.

b) Receita proveniente dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia



Receita por segmento (R\$ mil)	Segmento Químico			Segmento Aço			Consolidado		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022	2024	2023	2022
(+) Receita Bruta	1.618.833	1.451.068	1.623.420	623.218	719.590	987.015	2.242.051	2.170.658	2.610.435
(-) Deduções / Devoluções	308.054	273.778	329.416	123.603	151.605	182.911	431.657	425.383	512.327
Receita Líquida	1.310.779	1.177.290	1.294.004	499.615	567.985	804.104	1.810.393	1.745.275	2.098.108
Participação da receita líquida por segmento em relação à receita líquida da Companhia	72,4%	67,5%	61,7%	27,6%	32,5%	38,3%			

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia



Receita por segmento (R\$ mil)	Segmento Químico			Segmento Aço			Consolidado		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Receita Líquida	1.310.779	1.177.290	1.623.420	499.615	567.985	987.015	1.810.393	1.745.275	2.610.435
Lucro Bruto	246.230	195.570	199.932	104.311	146.459	184.587	350.541	342.029	384.519
Lucro Líquido	120.460	170.464	128.369	38.722	72.822	89.027	153.199	211.286	179.915
Participação do lucro líquido por segmento em relação ao lucro líquido da Companhia	75,7%	70,1%	59,0%	24,3%	29,9%	41,0%			

Nota: o lucro líquido consolidado considera a equivalência patrimonial de todas as suas controladas e coligadas nos períodos apresentados.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a) Características do processo de produção

Segmento de Tubos de Aço

A Apolo Tubos e Equipamentos S.A., localizada na Pavuna, município do Rio de Janeiro (RJ), possui capacidade instalada de produção de 80 mil toneladas por ano. A fabricação atende às normas ABNT NBR 5580, ABNT NBR 5590, ABNT NBR 5597, ABNT NBR 5598, ABNT NBR 8261, ABNT NBR 6591 (normas reguladas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ASTM A178, que tratam especificamente do produto final comercializado.

Os tubos fabricados conforme as normas NBR 5580 e NBR 5590 são certificados e autorizados a utilizarem o selo do INMETRO.

A Apolo Tubos e Equipamentos S.A. também possui certificação ISO 9001, que atesta a eficácia do seu Sistema de Gestão da Qualidade e que seus processos são executados e controlados de forma que todos os seus produtos sejam fabricados dentro dos padrões de qualidade requeridos.

As dimensões de tubos estão compreendidas na faixa de $\frac{1}{2}$ " (DN15) a 8" (DN200) de diâmetro, com acabamento preto, galvanizado ou pintado, e como matéria-prima utiliza aço de baixo teor de carbono laminado a quente. Na fabricação dos tubos utiliza solda pelo processo HFIW (*High Frequency Induction Welding*) longitudinal com remoção interna e externa de rebarbas.

Há quatro etapas principais no processo de fabricação: (i) corte das bobinas em fitas com larguras para atender a cada diâmetro; (ii) processo de conformação a frio em máquinas denominadas Formadoras, etapa onde finaliza-se a fabricação dos tubos denominados pretos; (iii) processo de galvanização, onde os tubos são mergulhados num banho de zinco a 450° C, resultando em tubos protegidos contra a corrosão; e (iv) pintura eletrostática, um processo no qual o tubo recebe uma carga elétrica oposta, atraindo a tinta em pó e, na sequência, a cura da camada de tinta depositada é obtida em estufa com temperatura variando entre 120° e 260° C.

A Apolo Tubulars S.A. tem capacidade para produzir tubos para óleo e gás, tubos de condução, eletrodutos, perfis estruturais, tubos mecânicos e industriais e tubos para troca térmica. Os tubos são produzidos pelo processo HFIW (*High Frequency Induction Welding*) de diâmetros de 2 3/8" até 9 5/8" e com espessuras de 3,00 a 12,7mm, nos mais diversos graus de aço.

O Processo de produção em linha contínua, com elevado grau de automação, inclui as operações de alimentação e corte de bobinas, conformação, soldagem (HFIW), remoção interna e externa de rebarbas, forno de tratamento térmico na região da solda, ensaio não destrutivo (Ultra-Som), calibração, corte, ensaios destrutivos, inspeções dimensionais, biselamento das extremidades, desempenadeira a frio, *drift* teste e teste hidrostático.

A depender da família de produtos, os tubos são submetidos aos seguintes acabamentos: forjamento das extremidades, tratamento térmico (têmpera e revenimento), desempenadeira a quente, teste hidrostático de alta pressão, ensaios não destrutivos (*EMI-Eletromagnetic Inspection*, UTWL-Ultra-Som na linha de solda, SEA-Partícula Magnética), rosqueamento, torque de luvas, marcação, pesagem, envernizado e embalagem.

A planta industrial localizada em Lorena (SP) possui capacidade para produção de 120 mil toneladas por ano. A Apolo Tubulars S.A. possui uma série de certificações tais como ISO 9001, ISSO 14001, NBR 5580, NBR 5590 Grau A, NBR 5590 Grau B, entre outras. Adicionalmente, a Apolo Tubulars S.A. possui parcerias tecnológicas de forma que seus produtos são homologados e certificados por empresas de renome mundial tais como as empresas japonesas JFE e Metal One e a norte-americana Tuboscope, braço de tubos para o segmento de O&G do grupo National Oilwell Varco.

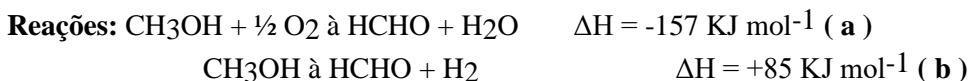
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segmento Químico

A GPC Química S.A. atua na produção de formol e resinas, conforme descrito abaixo:

Processo de produção de Formol / Concentrado Ureia-Formol (CUF):

Os processos para produção do formaldeído são realizados a partir do metanol e através das seguintes reações químicas:



Uma mistura de metanol e ar passa sobre um leito fixo de catalisador aquecido e na pressão atmosférica. Os gases originados são lavados com água para obter formaldeído aquoso.

As reações de oxidação suprem de calor o sistema, fazendo o processo de auto sustentação e também guardam a atividade catalítica deslocando o equilíbrio para a direita.

Essa etapa do processo pode produzir o Formol ou o CUF (concentrado uréia-formol), que serão utilizados na fabricação de resinas.

Processo de produção de Resinas Ureicas:

As resinas ureia-formol são produzidas em reatores tipo batelada da seguinte forma:

- (i) primeiramente, é carregado através de tubulação formol ou CUF no reator, conforme formulação. Em seguida, é carregado ureia sólida medindo o pH da carga. Estando dentro da faixa especificada, é dado início ao aquecimento do produto através de uma rampa de aquecimento, com tempo pré-estabelecido de acordo com os planos de controle de processo. Quando o produto atinge 95°C, mantém-se nessa temperatura por aproximadamente 30 minutos. Esta etapa é a condensação alcalina. Feito isso, é dado início ao processo de condensação ácida, através da adição de ácido fórmico ao reator, com objetivo de baixar o pH. A formação do polímero é acompanhada pelo aumento de viscosidade. Atingida a faixa estabelecida, a polimerização é interrompida pela adição de soda e resfriamento do reator; e
- (ii) a próxima etapa consiste na adição da ureia final e análise do produto para descarga em tanque ou caminhão-tanque quando a temperatura de descarga for atingida.

Processo de produção de Resinas Fenólicas:

Para a produção de resinas fenólicas são adicionados no reator, em quantidades perfeitamente definidas, os seguintes monômeros: formol e fenol.

A reação formol-fenol só ocorre em condições adequadas, pois existe a necessidade de obter-se um produto dentro de uma especificação rígida.

Em um reator batelada exclusivo, são adicionados formol, fenol, água e soda 50% (que atua como catalisador do processo). A soda é adicionada até obter-se um pH alcalino. A partir dessa etapa, inicia-se o aquecimento até 50°C. Ao atingir essa temperatura, o vapor é desligado e a reação se mantém somente pela sua exotermia, atingindo uma considerável elevação de temperatura. O produto é mantido na temperatura de 70°C por um determinado tempo para que ocorra a reação de polimerização. O produto é analisado e é realizada a destilação para o ajuste do teor de sólidos. A água destilada é recuperada em um tanque de apara para reutilização no próprio processo. O produto especificado é resfriado e descarregado para tanque ou container para ser comercializado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

GPC Química S.A. mantém as seguintes capacidades produtivas por meio de três plantas industriais:

Araucária (PR)	Uberaba (MG)	Camaçari (BA) ¹
▪ Formol: 293k toneladas / ano	▪ Formol: 58k toneladas / ano	▪ Formol: 97k toneladas / ano
▪ Resinas: 535k toneladas / ano	▪ Resinas: 105k toneladas / ano	▪ Hexametilenotetramina: 5k toneladas / ano

As resinas produzidas pela GPC Química S.A. são certificadas em padrões internacionais com tecnologia de produção reconhecida internacionalmente, atendendo os mais altos requisitos de qualidade e regulamentações mundiais. Para se manter na ponta, a GPC Química S.A. possui um time de P&D de alta capacitação, além de manter parcerias nacionais e internacionais de inovação e transferência tecnológica, inclusive na aplicação de produtos químicos renováveis e biodegradáveis.

b) Características do processo de distribuição

Segmento de Tubos de Aço

O processo de distribuição da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. se dá majoritariamente por via rodoviária. As vendas são diluídas entre um elevado número de clientes de distribuição, revenda e demais empresas atuantes no setor de construção civil e infraestrutura. Apesar de estar presente em todo o território nacional, as vendas da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. tem maior concentração na região sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo.

O processo de distribuição da Apolo Tubulars S.A. é majoritariamente rodoviário, com algumas operações marítimas para localizações mais distantes no Brasil. As vendas de tubos OCTG, que atendem ao mercado de óleo e gás, são concentradas entre as principais empresas atuantes do segmento em questão, com maior incidência na região nordeste, além de exportação via marítima.

Segmento Químico

O processo de distribuição da GPC Química S.A. se dá de forma essencialmente rodoviária. As vendas são realizadas em sua maioria para o setor industrial (B2B), onde as resinas são utilizadas como insumo no processo fabril das indústrias. Geograficamente, as vendas apresentam maior concentração na região sul, principalmente nos estados do Paraná e de Santa Catarina, seguida pela região sudeste, com destaque para o estado de São Paulo.

c) Características dos mercados de atuação

Segmento de Tubos de Aço

A Apolo Tubos e Equipamentos S.A. está inserida no mercado de tubos de aço de condução de fluidos e eletrodutos, utilizados majoritariamente em projetos de construção civil, redes de incêndio e projetos de infraestrutura. Estima-se que a controlada detenha aproximadamente de

¹ Planta industrial da sua investida Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

15% de *Market Share* de tubos de aço soldados de até 8,5/8" polegadas, com base em informações divulgadas referente ao ano de 2024 pela ABITAM – Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal.

A Apolo Tubulars S.A. está inserida no mercado de tubos de aço para extração e produção (OCTG) e condução (*Line Pipe*) de óleo e gás. Em 2024 a Apolo se manteve líder de mercado do segmento de tubos OCTG *onshore*, com participação superior à 50% do market share estimado. Adicionalmente, também atua no fornecimento de tubos para os setores de energia e indústria em geral.

Segmento Químico

A GPC Química S.A. está inserida no mercado de resinas termofixas para a indústria produtora de painéis de madeira particuladas, composta por um número reduzido de produtores de demanda elevada, intensivas em capital e tecnologia, com parque industrial e escala de produção competitivos em níveis internacionais. Adicionalmente, também atua no fornecimento para a indústria de madeiras compensadas, segmento tradicional que vem apresentando crescimento nos últimos anos, principalmente no mercado externo.

d) Eventual sazonalidade

Segmento de Tubos de Aço

O mercado de tubos de aço de condução de fluidos e eletrodutos para o setor de construção civil apresenta menor demanda para os meses de dezembro e janeiro, habitual período de férias coletivas.

O mercado de tubos de aço para óleo e gás não apresentam eventual sazonalidade. Contudo, depende da demanda das principais empresas atuantes no setor, que está correlacionada à demanda global por petróleo e gás.

Segmento Químico

O mercado de painéis de madeira em geral apresenta menor demanda para os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, habitual período de férias coletivas e de paradas programadas para manutenção nas linhas de produção.

e) Principais insumos e matérias primas, informando:

- (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia, através de suas empresas controladas, encontra-se em constante exercício de otimização de sua estrutura de custos operacionais. Dessa forma, mantemos contato com renomados fornecedores dos principais insumos e matérias primas utilizados pela Companhia em seus processos produtivos. Adicionalmente, norteamos a escolha de nossos fornecedores com base em critérios como preço, qualidade, prazo de entrega, reputação e situação financeira dos fornecedores.

- (ii) principais fornecedores de insumos e matérias primas por segmento de atuação:

Segmento Químico: Methanex, Yara, Rhodia, OCI Global, Borealis, Chimar Hellas, Petrobras, Braskem, Unipar e Ecosynthetix

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segmento Aço: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Arcelor Mittal, Gerdau, Usiminas, Votorantim, JFE Steel Corporation, Metal One, Zikeli e Fives Group.

(iii) eventual dependência de poucos fornecedores

À data presente, as empresas controladas operacionais da Companhia não apresentam dependência relevante de poucos fornecedores. Adicionalmente, a Companhia atua, sempre que necessário, de forma a evitar a concentração em poucos fornecedores.

(iv) eventual volatilidade em seus preços

As empresas controladas operacionais da Companhia atuam no setor da indústria de materiais básicos. Portanto, os principais insumos e matérias-primas utilizados nos processos fabris são referentes a *commodities*, cujos preços são estabelecidos, em sua essência, através de cotações internacionais, seguindo a relação entre oferta e demanda global pelos insumos e matérias primas em questão.

1.5 Principais clientes

a. Montante total de receitas provenientes de clientes relevantes

O montante total de receitas da Companhia provenientes de clientes relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 324,8 milhões.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes de clientes relevantes

A Companhia e suas controladas atuam no segmento químico e no segmento aço, estando a distribuição das receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, configuradas da seguinte forma:

Receita por Cliente (R\$ mil)	Segmento Químico	Segmento Aço	Consolidado
Receita Líquida	1.310.779	499.615	1.810.393
Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	180.207	144.636	324.843
Participação dos clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	13,7%	28,9%	17,9%

No segmento Químico, a GPC Química S.A. atende a diversos clientes de porte significativo. No segmento Aço, a Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulares S.A. atendem a diversos clientes em diferentes segmentos, contando com uma carteira pulverizada, com, aproximadamente, 2 mil clientes, contudo se destacam os clientes de energia fotovoltaica e de petróleo e gás.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

A Companhia não necessita das autorizações mencionadas neste item, todavia, as sociedades controladas necessitam de autorizações da Administração Pública e Agências Reguladoras para aquisição e venda de produtos controlados, autorizações estas devidamente obtidas junto aos órgãos competentes.

b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Política Socioambiental da Companhia foi aprovada em reunião de Conselho de Administração realizada em de 27 de julho de 2022, entrando em vigor a partir da referida data, cujos termos estão descritos abaixo.

1. Introdução

Baseada nos princípios fundamentais da sustentabilidade que contribuem para a preservação do meio ambiente e o estímulo ao desenvolvimento social e econômico na Dexxos Participações S/A (“Companhia”), bem como nas sociedades em que a Companhia detém o controle acionário, direto ou indireto (GPC Química S/A, Apolo Tubos e Equipamentos S/A, Apolo Tubulares S/A, Apolo Comércio, Importação e Exportação S/A, denominadas em conjunto “Controladas”), a Companhia tem o compromisso de promover a sustentabilidade em seus negócios e de suas Controladas.

2. Objetivo

A política tem como objetivo reafirmar o compromisso da Companhia e suas Controladas quanto às boas práticas de sustentabilidade em seus projetos e operações, reforçar a proteção à vida, reduzir impactos ambientais e estabelecer diretrizes capazes de proporcionar crescimento sustentável, de modo a mitigar riscos ao meio ambiente.

3. Abrangência

A política se aplica a todos os membros da administração, empregados, fornecedores, representantes e/ou parceiros comerciais da Companhia e de suas Controladas.

4. Princípios

4.1. Promover práticas de responsabilidade social da Companhia e/ou Controladas, bem como disseminar e implementar ações de desenvolvimento sustentável, buscando melhorias contínuas dos temas socioambientais;

4.2. Valorizar a vida, priorizando saúde e segurança de todos os envolvidos nas dependências da Companhia e das suas Controladas, além de contribuir para o bem-estar das comunidades onde estão presentes, de forma que não sejam afetados por eventuais impactos decorrentes de suas operações, podendo realizar parcerias para o desenvolvimento social das comunidades onde estão presentes;

4.3. Tomar decisões estratégicas de acordo com os 10 Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas¹;

¹ As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; 2) Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos; 3) As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; 4) A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; 5) A abolição efetiva do trabalho infantil; 6) Eliminar a discriminação no emprego; 7) As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- 4.4. Enfatizar as diretrizes do Código de Ética e Conduta da Companhia e de suas Controladas, da Política Anticorrupção, quando aplicável, bem como da legislação anticorrupção vigente;
- 4.5. Conscientizar empregados e/ou terceiros sobre a relevância dos temas socioambientais;
- 4.6. Respeitar a diversidade, a pluralidade de ideias e opiniões, assim como repudiar todo e qualquer tipo de assédio, preconceito, discriminação, corrupção, fraude, suborno, bem como outras atitudes que degradem a dignidade humana;
- 4.7. Proibir práticas de trabalho escravo, exploração sexual, discriminação em todas as suas formas;
- 4.8. Valorizar pessoas e proporcionar igualdade de oportunidades;
- 4.9. Utilizar água e energia de forma consciente e sustentável;
- 4.10. Identificar e gerenciar potenciais impactos socioambientais inerentes às atividades da Companhia e suas Controladas, minimizando os seus efeitos com o aprimoramento dos seus processos, visando o uso seguro, racional e sustentável dos recursos naturais e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos;
- 4.11. Promover a satisfação dos clientes por meio de soluções de boa qualidade em seus processos, produtos e serviços, proporcionando uso seguro, consciente e eficiente de recursos naturais; e
- 4.12. Fomentar parcerias de longo prazo, permitindo o engajamento dos fornecedores aos valores da empresa, especialmente os relacionados à segurança, pessoas, sustentabilidade e integridade.

5. Responsabilidade

A administração da Companhia e das suas Controladas, com apoio do comitê ESG, são responsáveis por promover as diretrizes da Política Socioambiental, adotando as providências necessárias, reportando-se sempre ao Conselho de Administração.

Compete ao Comitê ESG orientar estratégicamente ações relacionadas à Política Socioambiental, auxiliando o planejamento de iniciativas, reportando-se ao Conselho de Administração.

Cabe ao grupo de trabalho formado pelo Comitê ESG: (i) propor e/ou conduzir a agenda de sustentabilidade; (ii) disseminar a cultura de sustentabilidade nas áreas envolvidas e em áreas de relacionamento, de forma a contribuir para o engajamento dos empregados e o posicionamento da Companhia e suas Controladas quanto ao tema; e (iii) reportar ao Comitê ESG as providências adotadas.

Os empregados, estagiários e prestadores de serviço da Companhia e das suas Controladas devem conhecer a Política Socioambiental da Companhia, bem como devem inserir tais diretrizes em suas rotinas, quando aplicável, além de contribuir para a divulgação da Política Socioambiental ao seu público de relacionamento.

6. Divulgação e revisão

Esta Política deverá ser disponibilizada no website da Companhia e de suas Controladas, e poderá ser atualizada sempre que algum fator relevante demandar mudanças na estratégia ou diretrizes da Companhia e/ou de suas Controladas.

Os empregados devem ter ciência da Política Socioambiental por meio da liderança e dos canais internos de comunicação. A comunicação para o público externo deve se dar por meio de canais

8) Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; 9) Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientais amigáveis; 10) As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

apropriados, previamente autorizados pela Diretoria da Companhia e de suas Controladas, conforme o caso.

7. A referida Política Socioambiental tem como Referências:

- Pacto Global das Nações Unidas;
- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Diretrizes *Global Reporting Initiative (GRI)*;
- Carta Internacional de Direitos Humanos;
- Missão, Visão e Valores da Companhia e das suas Controladas;
- Código de Ética e Conduta;
- Política Anticorrupção;
- Política de Privacidade;
- Manual Socioambiental;
- Manual de Trabalho, Saúde e Segurança; e
- Manual Social

8. Disposições Finais

A política poderá ensejar a criação de outros documentos de gestão, planos de ação, entre outros relacionados ao desenvolvimento sustentável da Companhia e/ou das Controladas.

Normas, manuais e procedimentos poderão complementar esta política com o intuito de aprimorar os processos sustentáveis.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não possui dependência relevante acerca de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias ou contratos de *royalties* para o desenvolvimento de suas atividades.

d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros.

Em atenção ao disposto em seu Código de Ética e Conduta, a Companhia informa que é apartidária, sendo vedada qualquer atividade de apoio e/ou doações a partidos políticos, candidatos, bem como contribuição política ou eleitoral em seu nome, independentemente da natureza do bem ou recurso.

Cabe destacar que a Companhia, por intermédio de suas controladas, contribui para a manutenção da Associação Carlos Fernando Coutinho, entidade sem fins lucrativos que, desde o ano de 1996, promove diversos projetos de cunho social.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

No exercício do ano de 2024, a Companhia não apresentou receitas relevantes provenientes de clientes do exterior. No segmento químico, a participação da receita líquida proveniente de clientes do exterior foi de 3,8%, enquanto que no segmento aço foi de 0,1%. Dessa forma, segue abaixo composição da receita líquida da companhia e de clientes do exterior no ano de 2024.

Receita por destinação (R\$ mil)	Segmento Químico	Segmento Aço	Consolidado
Receita Líquida	1.310.779	499.615	1.810.393
Receita proveniente do exterior	49.499	308	49.807
Participação da receita líquida proveniente do exterior	3,8%	0,1%	2,8%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A indústria de aço foi impactada pela aplicação das tarifas e cotas de importação existentes na Seção 232 do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, ao atribuir limites ao volume de importação de aço proveniente do Brasil, ocasionando reflexo no plano de exportações do segmento aço da Companhia.

Em março de 2025, foi decretado o fim de regimes de cotas para países específicos, como era o caso do Brasil e as importações de tubos de aço de carbono destes países passaram a ser sujeitas às tarifas de 25%. Atualmente, o governo dos Estados Unidos está estudando a aplicação de novas alíquotas de tarifas para diversos produtos importados, inclusive o aço.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

- a) Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para essa finalidade**

A companhia divulga informações ASG trimestralmente em seu informe de resultados, comunicando seus indicadores socioambientais de maior relevância de acordo com matriz de materialidade definida em conjunto com consultoria especializada no tema.

- b) A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

As informações ASG divulgadas pela companhia em seu informe de resultados trimestral segue padronização da *Global Reporting Initiative* (“GRI”).

- c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

As informações ASG divulgadas pela companhia não são auditadas por entidade independente.

- d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

As informações ASG divulgadas pela companhia podem ser encontradas através do website da Dexxos, no endereço: www.dexxos.com.br

- e) Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor**

A Companhia, em conjunto com uma consultoria especializada conduziu um estudo de matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG. Trimestralmente a Companhia divulga os indicadores e seus resultados em seus relatórios financeiros, quais sejam:

- Segurança do trabalho – (GRI 403-9): A Companhia divulga a taxa de frequência 0,38 acidentes com agastamento para cada 200 mil horas trabalhadas, considerando um total de 1,6 milhão hora-homem trabalhadas no ano de 2024. Esse resultado representa uma redução de 50,6% em relação à taxa observada no ano de 2023. Além disso, a Companhia mantém a cobertura de 100% dos funcionários por um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional auditado internamente, abrangendo cerca de 800 funcionários.

- Consumo de Água (GRI 303-3): A Companhia divulga um consumo total de 586.417 mil m³ de água em 2024, o que representa um aumento de 18,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse volume, 22,6% corresponde à água de reuso, evidenciando os esforços da empresa em promover a sustentabilidade hídrica. Além disso, houve um crescimento de 15,3% na utilização de água de reuso em comparação com o ano anterior.

- Consumo de Energia (GRI 302-1): O consumo total de energia da Companhia e suas controladas foi de 207.491 GJ em 2024, representando um aumento de 8,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo o maior volume de produção. A Companhia tem adotado medidas de eficiência energética, como troca de equipamentos e readaptação de instalações, para conter o crescimento do consumo.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- f) Se o relatório ou documento produzido considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A Companhia considera os ODS na condução de seus negócios e em sua estratégia ASG, observada a totalidade da companhia e suas controladas. Abaixo elencamos cada ODS observadas pela Companhia:

- ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes.
- ODS 3: Saúde e Bem Estar.
- ODS 4: Educação e Qualidade
- ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura.
- ODS 13: Ação Climática.
- ODS 6: Água Potável e Saneamento.
- ODS 7: Energia acessível e limpa
- ODS 12: Consumo e produção responsáveis.

- g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Atualmente, os informes de resultados da Companhia não consideram as recomendações da Força Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

- h) Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa.

- i) Explicação do emissor sobre as seguintes condutas:

- (i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, uma vez que a Companhia divulga informações ASG.

- (ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, uma vez que a Companhia adota matriz de materialidade.

- (iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, uma vez que a Companhia possui indicadores-chave de desempenho.

- (iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia tem ampliado o escopo do monitoramento das métricas relacionadas ao tema ASG e está em processo de avanço e amadurecimento do

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

reporte das informações relacionadas aos temas ASG, mas no momento não realiza auditoria sobre as informações ASG divulgadas.

- (v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**

A Companhia considera os objetivos ODS na condução de seus negócios e em sua estratégia ASG. Contudo a Companhia não segue as orientações da TCFD pois está em processo de avanço e amadurecimento do reporte das informações relacionadas aos temas ASG.

- (vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

A Companhia tem ampliado o escopo do monitoramento das métricas relacionadas ao tema ASG e está em processo de avanço e amadurecimento do reporte das informações relacionadas aos temas ASG, mas momento não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

a) Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 31 de janeiro de 2022, a GPC Química S.A. celebrou acordo comercial para alienar determinados imóveis de sua propriedade não explorados no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Com a concretização da operação, a GPC Química recebeu novos recursos no valor total de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), de acordo com o cronograma de pagamento estabelecido no acordo comercial da operação.

Adicionalmente, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 4 de maio de 2022, em referência ao Fato Relevante divulgado em 31 de janeiro de 2022, a controlada GPC Química, após satisfazer a condição precedente estabelecida em acordo comercial celebrado, conclui a alienação de determinados imóveis de sua propriedade para a DF3 Empreendimentos S.A., sociedade integralmente controlada por ICSTI RIO TERMINAL 1 S.A. Com isso, a Companhia conclui mais uma etapa de seu plano de monetização de ativos não operacionais.

b) Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 3 de abril de 2023, a GPC Química S.A. celebrou acordo comercial para, após a satisfação de condição precedente, alienar a área de sua propriedade não explorada no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Adicionalmente, em 26 de junho de 2023 a Companhia divulgou ao mercado que concluiu a venda da última área disponível do terreno não operacional na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por valor aproximado de R\$ 11,5 milhões.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

a. Evento:	<p>(i) Aumento de capital mediante a capitalização da Reserva Legal e da Reserva Estatutária de Investimentos na GPC Química S.A ("GPC Química") ("Aumento de Capital"); e</p> <p>(ii) Redução de capital correspondente à participação detida pela Companhia na Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo Tubos") com a devolução e entrega de ações ordinárias de emissão da Apolo aos acionistas da GPC Química titulares de ações até a data da AGE, que foi realizada em 29.12.2023 ("Redução de Capital").</p>
b. Principais Condições do Negócio:	<p>(i) Em 29 de dezembro de 2023, os acionistas da GPC Química aprovaram o Aumento de Capital no valor total de R\$ 135.683.636,57 (cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e sete centavos), mediante a capitalização da Reserva Legal e da Reserva Estatutária de Investimentos; e</p> <p>(ii) Aprovaram também a Redução de Capital da Companhia no valor de R\$ 131.815.565,93 (cento e trinta e um milhões, oitocentos e quinze mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos), correspondente à participação detida pela Companhia na Apolo, passando o capital social da Companhia para R\$ 139.868.070,64 (cento e trinta e nove milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, setenta reais e sessenta e quatro centavos), com a devolução e entrega de 25.553.076 ações ordinárias de emissão da Apolo aos acionistas da GPC Química titulares de ações até a data da AGE, que foi realizada em 29.12.2023.</p>
c. Sociedades envolvidas:	GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A.
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia:	Por força da operação, a GPC Química S.A. deixou de ter participação na Apolo Tubos e a Dexxos Participações S.A. aumentou sua participação em 28,6%, passando para 77,3% do capital social da Apolo Tubos e Equipamentos S.A.
e. Quadro societário antes e depois:	Antes da operação, a GPC Química detinha 30,9%, a Dexxos Participações S.A. detinha 48,7% e os demais acionistas 20,3% do capital social da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. Após a conclusão da operação a GPC Química deixou de ter participação na Apolo Tubos e Equipamentos S.A.. Enquanto a Dexxos passou a deter 77,3% do capital social e demais acionistas passaram a representar 22,7% do capital social da Apolo Tubos e Equipamentos S.A..

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

f. Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	Não aplicável.
--	----------------

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

a. Evento:	<p>(i) Incorporações das ações de emissão da GPC Química S.A. ("<u>GPC Química</u>") e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("<u>Apolo Tubos</u>") pela Dexxos Participações S.A. ("<u>Dexxos</u>") ("<u>Incorporações de Ações</u>"); e</p> <p>(ii) Em virtude das Incorporações de Ações, o capital social foi aumentado para R\$ 131.132.541,54 (cento e trinta e um milhões, cento e trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), com emissão de 15.297.103 (quinze milhões, duzentas e noventa e sete mil, cento e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("<u>Aumento de Capital</u>").</p>
b. Principais Condições do Negócio:	<p>(i) Em 10 de maio de 2024, os acionistas da GPC Química e da Apolo Tubos aprovaram as Incorporações de Ações. Em 4 de junho de 2024, os acionistas da Dexxos aprovaram as Incorporações de Ações, bem como o Aumento de Capital.</p> <p>(ii) Em 10 de julho de 2024, a Dexxos informou que nenhum de seus acionistas, ou das suas controladas GPC Química e Apolo Tubos, exerceu direito de recesso nas referidas empresas.</p>
c. Sociedades envolvidas:	<p>GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Dexxos Participações S.A..</p>
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia:	<p>Como resultado das Incorporações de Ações, a Dexxos aumentou sua participação em 7,8% e 22,7% na GPC Química e Apolo Tubos, respectivamente, passando a deter 100% de participação no capital social da GPC Química e da Apolo Tubos.</p>
e. Quadro societário antes e depois:	<p><u>Antes:</u></p> <pre> graph TD DexxosPar[Dexxos Par] -- "92,2%" --> CPC[CPC química] DexxosPar -- "28,6%" --> Apolo[APOLO] CPC -- "0,3%" --> metanor[metanor s.a. metanol do nordeste] CPC -- "16,9%" --> copenor[copenor] Apolo -- "100%" --> ApoloTubulars[APOLÔ TUBULARS] metanor -- "98,4%" --> copenor </pre>

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

<p>f. Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:</p>	<p><u>Depois:</u></p> <pre> graph TD DEXXOS[DEXXOS Par] --- 28,6% MS[metanol s.a. metanol do nordeste] DEXXOS --- 98,4% COPENOR[copenor] CPC[CPC Química] --- 100% CPC CPC --- 0,3% MS CPC --- 16,9% COPENOR APOLLO[APOLLO] --- 100% APOLLO_TUBULARS[APOLLO TUBULARS] APOLLO_TUBULARS --- 100% APOLLO_TUBULARS </pre> <p>Foram contratadas auditorias independentes, conforme divulgado na proposta de administração, responsáveis por elaborar laudos de avaliação e encontrar valor justo para relação de troca.</p>
---	---

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

a. Evento:	Aumento de capital social mediante a utilização do capital autorizado previsto no Artigo 6º do Estatuto Social, por meio da capitalização de parte da Reserva de Investimentos da Companhia de 30 de setembro de 2025 (“ <u>Aumento de Capital</u> ”), com a emissão de 13.663.829 novas ações, sendo 12.942.354 ações ordinárias e 721.475 ações preferenciais a serem bonificadas aos acionistas que estiverem inscritos nos registros da Companhia na data de 19 de dezembro de 2025 (“ <u>Bonificação de ações</u> ”).
b. Principais Condições do Negócio:	Em 10 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante total de R\$ 130.071.494,77 (cento e trinta milhões, setenta e um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos), mediante a emissão de 13.663.829 novas ações, sendo 12.942.354 ações ordinárias e 721.475 ações preferenciais, a serem atribuídas gratuitamente aos acionistas registrados nos livros da Companhia em 19 de dezembro de 2025, consideradas as negociações realizadas até essa data, inclusive, na proporção de 1 (uma) nova ação ordinária ou 1 (uma) nova ação preferencial para cada 8 (oito) ações ordinárias ou 8 (oito) ações preferenciais detidas ou a proporção de 12,499999%, nos termos do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.
c. Sociedades envolvidas:	Não aplicável.
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia:	Em decorrência da operação, o capital social da Companhia passou de R\$ 389.132.541,54 (trezentos e oitenta e nove milhões, cento e trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) para R\$ 519.204.036,31 (quinhentos e dezenove milhões, duzentos e quatro mil, trinta e seis reais e trinta e um centavos), dividido em 122.974.467 ações, sendo 116.481.187 ações ordinárias e 6.493.280 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A proporção de ações para cada acionista foi mantida, uma vez que a distribuição de ações bonificadas foi realizada de forma pro-rata.
e. Quadro societário antes e depois:	Não aplicável.
f. Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:	Não aplicável.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.13 Acordos de acionistas

Após o decurso do prazo de vigência do Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 27 de outubro de 1997 e aditado em 11 de abril de 2002 ("Acordo de Acionistas Original"), sem a sua renovação, em 27 de outubro de 2022 foi celebrado novo acordo de acionistas, considerando os Termos de Adesão ao Acordo de Acionistas celebrados em 31 de janeiro de 2023 e 01 de março 2024 ("Acordo de Acionistas Vigente"), bem como o Primeiro Aditamento e Consolidação do Acordo de Acionistas celebrado em 11 de julho de 2024, conforme devidamente divulgado pela Companhia.

O Acordo de Acionistas Vigente pode ser encontrado por meio do website da CVM e no website da Dexxos, no endereço: www.dexxos.com.br.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia ou de suas controladas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No último exercício social a Companhia não celebrou contratos relevantes diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

- a)** Em setembro de 2023, a GPC Química S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor de R\$ 59,5 milhões, sendo que a primeira tranche de R\$ 28,4 milhões foi recebida em outubro de 2023, e a segunda tranche de R\$ 24,9 milhões, foi recebida em novembro de 2024.
- b)** Em março de 2024, a investida Apolo Tubulars S.A. assinou contrato de financiamento junto à FINEP no valor de R\$ 97,9 milhões com previsão de recebimento em duas tranches, sendo que a primeira tranche de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024.
- c)** Conforme fato relevante do dia 10 de julho de 2024, a Companhia informou ao mercado que nenhum de seus acionistas, ou das suas controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., exerceu direito de recesso nas referidas empresas, consequentemente as incorporações de ações foram concluídas e a Dexxos Participações S.A. passou a deter 100% de participação no capital social das referidas controladas.
- d)** Em setembro de 2024, a Companhia anunciou que o Programa de Recompra de 4,1 milhões de ações ordinárias foi aprovado, o montante corresponde a 4,0% do total de ações ordinárias em circulação. Até o fim de abril de 2025 foram recompradas 978.800 ações, representando 1,0% da totalidade das ações ordinárias.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os comentários a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, dos exercícios findos em 31/12/2024, 31/12/2023 e 31/12/2022. Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma.

A Companhia mantém seus livros e registros contábeis em Reais, a moeda funcional de suas operações no Brasil e de apresentação de suas demonstrações financeiras.

A discussão e análise sobre a situação financeira da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023, 2022 e respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, ou “IASB”. Essas demonstrações financeiras foram auditadas por PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia vem apresentando consistência de resultados positivos, proporcionando sólida recuperação de suas condições financeiras, conforme pode ser observado através dos indicadores abaixo, referente aos exercícios findos em 31/12/2024, 31/12/2023 e 31/12/2022.

Indicadores (R\$ milhares)	2022	2023	2024
EBITDA Ajustado ¹	305,9	280,1	249,0
Patrimônio Líquido	688,0	858,9	951,2
Dívida (Caixa) Líquida ²	219,1	-61,9	15,7
Dívida Líquida ² / EBITDA Ajustado ¹	0,7	-0,2	0,1
Dívida Líquida ² / Patrimônio Líquido	0,3	-0,1	0,0

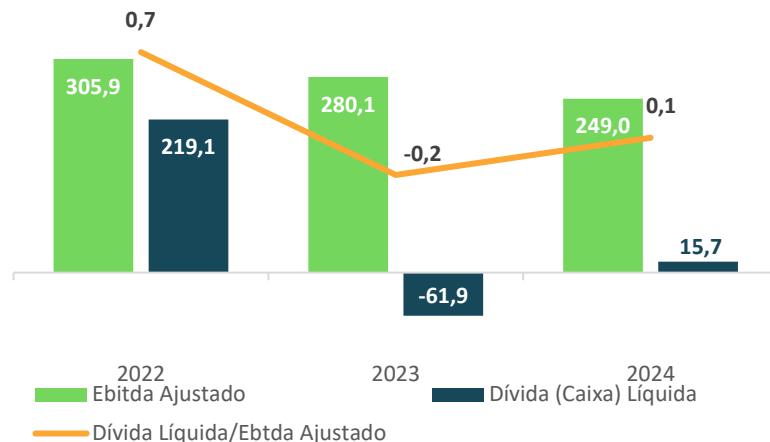
¹ EBITDA Ajustado para valores não recorrentes vide item 2.5

² Endividamento bancário e de impostos parcelados, excluídos passivos de arrendamento, líquido de caixa

Conforme demonstrado em tabela acima e gráficos abaixo, a relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado da Companhia foi de 0,7x em 2022 para -0,2 x em 2023 e aumentou para 0,1x em 2024, considerando o cenário de Dívida Líquida em 2024, em que o Dívida consolidado foi superior ao Caixa da Companhia. Nos últimos anos a Companhia manteve a trajetória de melhoria de seus resultados e equilíbrio financeiro.

O Ebitda Ajustado da Companhia atingiu R\$ 249,0 milhões em 2024, registrando uma redução de 11,1% em relação ao ano de 2023. Nos últimos anos a métrica de dívida líquida se destacou, registrando uma redução de R\$ 203,4 milhões entre os anos de 2024 e 2022, reforçando a posição de liquidez da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



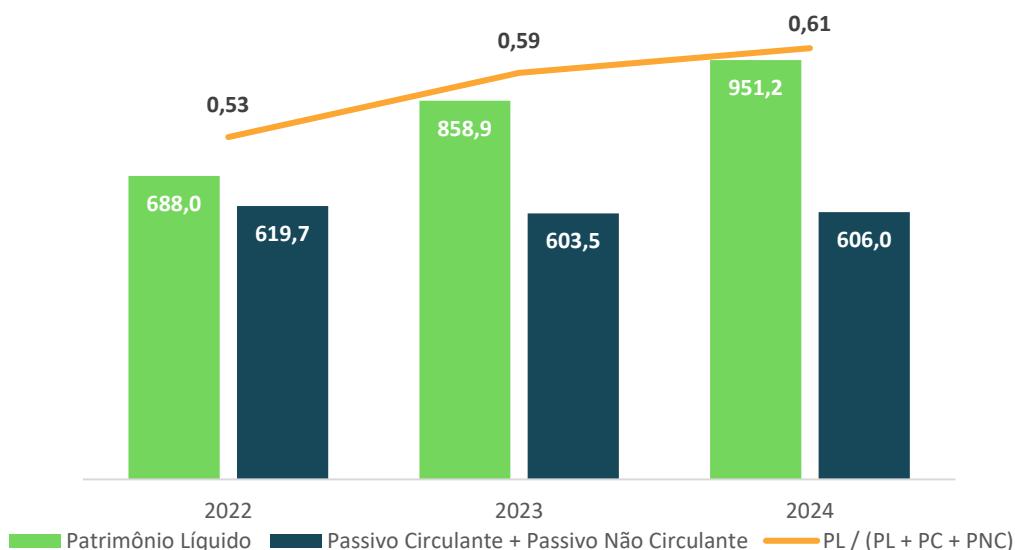
b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Companhia atua em constante exercício de otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de minimizar seus custos financeiros e maximizar o retorno aos acionistas.

Por fim, mediante a reestruturação operacional e financeira da Companhia, os resultados demonstram melhoria da sua estrutura de capital e alavancagem nos últimos três anos, conforme exposto abaixo.

Indicadores (R\$ milhões)	2022	2023	2024
Patrimônio Líquido	688,0	858,9	951,2
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	619,7	603,5	606,0
PL / (PL + Passivo)	0,53	0,59	0,61

A Companhia apresentou aumento da posição de Patrimônio Líquido no decorrer dos últimos anos, saindo de R\$ 668,0 milhões em 31/12/2022 para R\$ 858,9 milhões e, ao final de 2024 registrou R\$ 951,2 milhões, em decorrência do incremento no resultado apurado.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia vem implementando diversas medidas para assegurar uma estrutura econômico-financeira equilibrada e sustentável a longo prazo, conforme destacadas abaixo:

- (i) melhoria nos indicadores de desempenho financeiro como receita, geração de caixa, lucro líquido e redução do grau de alavancagem financeira;
- (ii) diversificação de portfólio dos segmentos operacionais em que a Companhia atua;
- (iii) ampliação de iniciativas direcionadas pela gestão financeira e de capital de giro, notadamente relacionadas ao estoque e contas a receber;
- (iv) unificação das estruturas administrativas das controladas para promover a redução de custos e aumento da sinergia entre as empresas da Companhia;
- (v) monetização de ativos não operacionais, tendo concluído a venda da última parte do terreno de Benfica;

Tais iniciativas, visando enxugar a estrutura da Companhia e aperfeiçoar os processos produtivos, possibilitaram melhoria nos indicadores de liquidez da Companhia (i.e.: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral), proporcionando evolução da higidez financeira em relação aos anos anteriores, conforme expostos abaixo.

Indicadores	2022	2023	2024
Ativo Circulante / Passivo Circulante	2,72	3,31	3,28
(Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante	1,98	2,65	2,26
Caixa e Equivalentes / Passivo Circulante	0,69	1,55	1,14
(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)	2,11	2,42	2,57

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As investidas da Companhia utilizam operações de empréstimos bancários, bem como efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão dos produtos vendidos como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 17 de dezembro de 2021, as investidas Apolo Tubulares S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. firmaram abertura de crédito, com emissão de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), junto à Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, no valor total de até R\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais). Os recursos em questão foram disponibilizados em 15 de março de 2022 e serão utilizados em: (i) aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, componentes e bens de informática e automação; (ii) capital de giro; e/ou (iii) aquisição de outros bens industrializados de fabricação nacional. A referida operação permite a Companhia suportar os planos de desenvolvimento de negócios das investidas e equilíbrio financeiro de sua estrutura de capital.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 19 de setembro de 2023, investida GPC Química S.A. celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (“FINEP”), no valor de R\$ 59,5 milhões, sendo que recebeu a primeira e segunda parcelas de R\$ 28,4 milhões e R\$ 24,9 milhões, respectivamente. Os recursos da Linha de Crédito irão

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

apoiar os projetos de investimento da Companhia, no valor total de R\$ 66,1 milhões, aprovados pela FINEP no âmbito do Plano Estratégico de Inovação (“PEI”). Os projetos têm como objetivo a ampliação da capacidade produtiva, desenvolvimento de tecnologias e aplicações para atender novos mercados pela GPCQ. Com a conclusão dos investimentos, a GPC Química pretende ampliar o escopo de atuação em resinas industriais e especialidades químicas, em linha com seu plano estratégico visando a diversificação de portfólio.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 5 de março de 2024, investida Apolo Tubulars S.A. celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$ 97,9 milhões, sendo que a primeira parcela de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024. Os recursos da Linha de Crédito irão apoiar os projetos de investimento da Companhia, no valor total de R\$ 108,8 milhões, aprovados pela FINEP no âmbito do Plano Estratégico de Inovação. Os projetos têm como objetivo investir em novas tecnologias que permitem adicionar valor aos seus produtos, expandir e diversificar o portfólio, e atingir novos mercados com maior eficiência operacional, em linha com sua visão estratégica.

A composição de empréstimos da Companhia nos últimos anos está exposta no quadro abaixo.

Empréstimos (R\$ milhões)	2022	2023	2024
Em moeda nacional (concursais)	33,2	31,4	29,0
Em moeda nacional (extraconcursais)	245,5	236,9	239,6
Em moeda nacional (antecipação de recebíveis)	-	-	-
Em moeda estrangeira (concursais - indexados pela variação cambial)	17,8	24,1	4,4
Circulante	107,6	101,6	61,7
Não Circulante	188,9	190,8	211,3

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Como resultado da melhoria de seus indicadores operacionais e com a conclusão da reestruturação financeira, a Companhia se encontra em uma situação de crédito mais favorável com maior credibilidade perante instituições financeiras, fornecedores e parceiros. Para realizar investimentos em ativos circulantes, a Companhia usufrui da geração de recursos próprios e empréstimos de longo prazo suportar a ampliação de suas atividades e iniciativas de pesquisa e desenvolvimento de melhorias de processos e novas linhas de produtos.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 19 de setembro de 2023, investida GPC Química S.A. celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$ 59,5 milhões, sendo que recebeu a primeira e segunda parcelas de R\$ 28,4 milhões e R\$ 24,9 milhões, respectivamente. Os recursos da Linha de Crédito irão apoiar os projetos de investimento da Companhia, no valor total de R\$ 66,1 milhões.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 5 de março de 2024, investida Apolo Tubulars S.A. celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$ 97,9 milhões, sendo que a primeira parcela de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024. Os recursos da Linha de Crédito irão apoiar os projetos de investimento da Companhia, no valor total de R\$ 108,8 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os Diretores entendem que as fontes de financiamento para os investimentos aplicados pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento e alavancagem, preservando o perfil de vencimento da dívida financeira e a capacidade de pagamento.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Conforme destacado na tabela do item 2.1.(d) deste formulário, os principais empréstimos da Companhia foram segregados em 4 categorias. Segue abaixo lista apontando as características de tais dívidas.

(i) Empréstimos em moeda nacional – concursais

Foram dadas em garantia em determinados empréstimos concursais em moeda nacional a Cessão Fiduciária de recebíveis e a hipoteca de 2^a grau do terreno de Araucária. As taxas de juros variam conforme opção selecionada no âmbito do Plano de Recuperação Judicial (INPC, TR+1% a.a. e TR + 1,5% a.a.).

(ii) Empréstimo em moeda nacional - extraconcursais

As garantias para determinados empréstimos são a cessão de recebíveis e aval da controladora. As taxas de juros variam entre CDI + 2,70% a.a. até CDI + 3,9% a.a..

(iii) Antecipação de Recebíveis

A Companhia não detinha nenhum registro dessa categoria de empréstimo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(iv) Empréstimos em moeda estrangeira

A investida GPC Química S.A. mantém registrado o Contrato de Câmbio corrigido pela variação cambial + juros de 6,61% a.a..

Os empréstimos da Companhia possuem cláusulas restritivas (“covenants”) que impõe limites aceitáveis na situação econômico-financeira. A síntese dos principais indicadores restritivos estão elencados abaixo:

Indicador	Medida	Inst. Financeira
Dívida Líquida / Ebitda Ajustado	≤ 3,00	BNDES
Patrimônio Líquido / Ativo Total	≥ 0,30	BNDES
Dívida Líquida / Ebitda	≤ 2,50	Citibank
Dívida Líquida / Ebitda	≤ 2,00	BB
Dívida Líquida / Ebitda	≤ 2,50	BTG
Ativo Circulante / Passivo Circulante	≥ 1,10	BTG

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez, considerando os planos de financiamento da dívida, e acompanhamentos trimestrais dos indicadores financeiros e não financeiros previstos contratualmente nos empréstimos. A Administração da Companhia confirma que na data deste Formulário de Referência, a Companhia está em cumprimento de suas obrigações contratuais demonstradas acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Conforme mencionado anteriormente, foi celebrada abertura de linha de crédito pelas investidas Apolo Tubulars e Apolo Tubos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES. Para o efetivo desembolso da linha de crédito contratada depende a satisfação de determinadas condições precedentes estabelecidas na Cédula de Crédito Bancário (“CCB”). Conforme Fato Relevante divulgado, em 15 de março de 2022 a Companhia obteve a liberação dos recursos objeto da linha de crédito, no valor total de R\$ 96.000.000,00.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 19 de setembro de 2023, investida GPC Química S.A. celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$ 59,5 milhões, sendo que recebeu a primeira e segunda parcelas de R\$ 28,4 milhões e R\$ 24,9 milhões, respectivamente.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 5 de março de 2024, investida Apolo Tubulars S.A. celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$ 97,9 milhões, sendo que a primeira parcela de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024. O efetivo desembolso da contratação da Linha de Crédito depende da satisfação de determinadas condições precedentes estabelecidas em contrato.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Comparação das principais contas das demonstrações financeiras

Principais Variações nas Demonstrações de Resultado:

1. Vendas Líquidas e Lucro Bruto

A Companhia apresentou aumento nas contas de Receita Líquida e Lucro Bruto. Em análise comparativa dos últimos três anos, a Receita Líquida saiu de R\$ 2.098,1 milhões em 2022 para R\$ 1.745,3 milhões em 2023 e R\$ 1.810,4 ao final de 2024. O Lucro Bruto registrou R\$ 384,5 milhões em 2022, R\$ 342,0 milhões em 2023 e R\$ 350,5 em 2024. Os principais fatores para a evolução da posição de Receita Líquida e Lucro Bruto na comparação dos últimos três anos foram o volume de vendas das investidas da Companhia, no segmento aço e segmento químico, e oscilação das matérias-primas negociadas em mercados internacionais que compõe a precificação dos produtos vendidos.

2. Despesas Financeiras Líquidas

A Companhia apresentou aumento na conta de Despesas Financeiras Líquidas na comparação entre os anos de 2022 a 2024, o montante foi R\$ 56,1 milhões em 2022, no exercício de 2023 a métrica de Despesas Financeiras Líquidas atingiu R\$ 1,9 milhões e em 2024 a métrica foi de R\$ 7,1 milhões.

Principais Variações nas Demonstrações de Fluxo de Caixa:

1. Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 75,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$ 340,4 milhões em 2023. Essa variação deve-se, principalmente, à redução de estoques e contas a receber que impactaram o capital de giro, reclassificação de ativos e ao crescimento das atividades operacionais da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 88,3 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$ 13,8 milhões em 2023. Essa variação é oriunda dos investimentos realizados em linha com a estratégia de expansão da Companhia.

3. Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 98,1 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a R\$ 72,5 milhões negativos em 2023. Essa variação deve-se, principalmente, à amortização de empréstimos devidos que foi menor que o exercício anterior e, inclusive, o menor volume de captações.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os comentários a seguir refletem a visão da administração da Companhia quanto aos resultados operacional e financeiro, conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia. Os valores estão expressos em milhões de reais, salvo se indicado de outra forma. Vale ressaltar que as operações da Companhia estão concentradas em suas Controladas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia encerrou o ano de 2024 com resultados financeiros e operacionais consistentes, impulsionados pela combinação de negócios dos segmentos químico e aço. Os principais destaques do ano de 2024 em comparação com 2023 são:

- a) Resultados de 2024 em comparação com o exercício de 2023:
 - i) Receita Líquida de **R\$ 1,8 bilhão (+3,7%)**
 - ii) Lucro Bruto de **R\$ 350,5 milhões (+2,5%)** com margem bruta de **19,4% (-0,2 p.p.)**
 - iii) Ebitda Ajustado de **R\$ 249,0 milhões (-11,1%)** com margem de **13,8% (-2,3 p.p.)**
 - iv) Lucro Líquido ajustado de **R\$ 144,9 milhões (-18,6%)** com margem de **8,0% (-2,2 p.p.)**
 - v) Dívida Líquida de **R\$ 15,7 milhões** com índice de alavancagem de **0,1x**
- b) Resultados do 4T24 em comparação com o 4T23:
 - i) Receita Líquida de **R\$ 489,4 milhões (+16,0%)**
 - ii) Lucro Bruto de **R\$ 74,7 milhões (+10,6%)** com margem bruta de **15,3% (-0,8 p.p.)**
 - iii) Ebitda Ajustado de **R\$ 54,4 milhões (+15,7%)** com margem de **11,1% (0,0 p.p.)**
 - iv) Lucro Líquido ajustado de **R\$ 35,9 milhões (-30,5%)** com margem de **7,3% (-4,9 p.p.)**
- c) Em março de 2024, a investida Apolo assinou contrato de financiamento junto à FINEP no valor de R\$ 97,9 milhões com previsão de recebimento em duas tranches, sendo que a primeira tranche de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024;
- d) Em junho de 2024, a Companhia concluiu as incorporações das ações de emissão da GPC Química S.A. e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. pela Dexxos Participações S.A., que passou a deter 100% de participação no capital social das referidas subsidiárias;
- e) Em agosto de 2024, a Companhia iniciou suas atividades na nova unidade de especialidades químicas na planta de Araucária, Paraná, por meio de sua subsidiária GPC Química;
- f) Em setembro de 2024, a Companhia anunciou que o Programa de Recompra de 4,1 milhões de ações ordinárias foi aprovado, o montante corresponde a 4,0% do total de ações ordinárias em circulação. Até o fim de fevereiro de 2025 foram recompradas 624.600 ações, representando 0,6% da totalidade das ações ordinárias;
- g) Em novembro de 2024, a GPQ Química S.A. obteve a liberação de recursos da segunda tranche do financiamento FINEP, no montante de R\$ 24,9 milhões; e
- h) A Dexxos foi listada entre as maiores empresas do Brasil em duas publicações renomadas, no ranking Valor 1000 do Valor Econômico e no ranking 500 Melhores e Maiores da Revista Exame.

Considerações sobre as informações financeiras¹

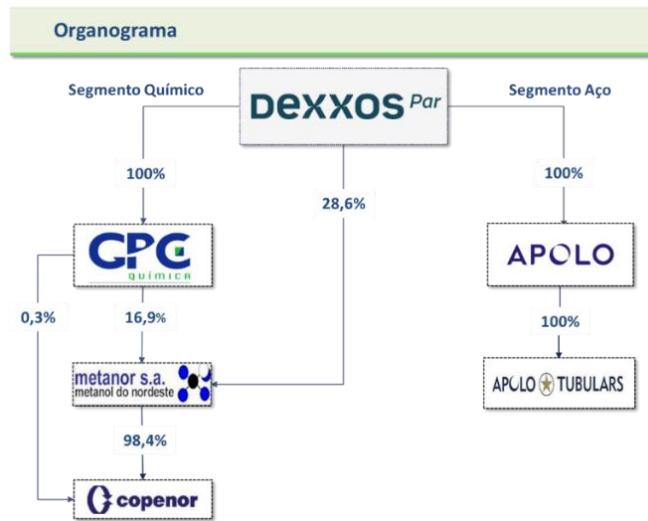
As informações financeiras apresentadas neste documento foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

¹ Alguns valores e percentuais incluídos neste documento foram arredondados para facilitar a apresentação e, por isso, podem apresentar diferenças em relação aos quadros e notas das informações das demonstrações financeiras. Adicionalmente, pela mesma razão, os valores totais em determinadas tabelas podem não refletir a soma aritmética dos valores precedentes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

As informações aqui apresentadas correspondem às informações consolidadas da Companhia, exceto se explicitamente indicado. Os resultados dos segmentos químico e aço representam, respectivamente, os números consolidados da GPC Química S.A. e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A., empresas controladas pela Companhia por meio de participação direta, sem a eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Os resultados da Metanor S.A. são reconhecidos por equivalência patrimonial.

Organograma da Companhia | Estrutura Societária



Destaques Financeiros | Resultado Consolidado

Dexxos Participações								
(em R\$ mi, exceto quando indicado)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Receita bruta	606,2	523,0	15,9%	604,1	0,4%	2.242,1	2.170,7	3,3%
Químico	463,3	399,6	15,9%	448,8	3,2%	1.618,8	1.451,1	11,6%
Aço	143,0	123,3	15,9%	155,2	(7,9%)	623,2	719,6	(13,4%)
Receita líquida	489,4	422,0	16,0%	494,1	(1,0%)	1.810,4	1.745,3	3,7%
Lucro bruto	74,7	67,6	10,0%	91,7	(18,5%)	350,5	342,0	2,5%
Margem bruta (%)	15,3%	16,0%	(0,8 p.p.)	18,6%	(3,3 p.p.)	19,4%	19,6%	(0,2 p.p.)
EBITDA	55,5	55,9	(0,7%)	66,3	(16,4%)	262,4	293,8	(10,7%)
Margem EBITDA (%)	11,3%	13,2%	(1,9 p.p.)	13,4%	(2,1 p.p.)	14,5%	16,8%	(2,3 p.p.)
Lucro líquido	35,2	61,6	(42,9%)	38,5	(8,5%)	153,2	211,3	(27,5%)
Margem líquida (%)	7,2%	14,6%	(7,4 p.p.)	7,8%	(0,6 p.p.)	8,5%	12,1%	(3,6 p.p.)
EBITDA ajustado⁽¹⁾	54,4	47,0	15,7%	61,0	(10,8%)	249,0	280,1	(11,1%)
Margem EBITDA ajustada (%)	11,1%	11,1%	(0,0 p.p.)	12,3%	(1,2 p.p.)	13,8%	16,1%	(2,3 p.p.)
Lucro líquido ajustado⁽²⁾	35,9	51,6	(30,5%)	38,5	(6,7%)	144,9	178,0	(18,6%)
Margem líquida ajustada (%)	7,3%	12,2%	(4,9 p.p.)	7,8%	(0,4 p.p.)	8,0%	10,2%	(2,2 p.p.)
Caixa (Dívida) líquida^(3,4)	(15,7)	61,9	-77,7	47,0	-62,7	(15,7)	61,9	-77,7
Caixa Líq. / EBITDA LTM ⁽⁵⁾	(0,1x)	0,2x	(0,3x)	0,2x	(0,3x)	(0,1x)	0,2x	(0,3x)

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA consta no Anexo B.I deste documento.

Nota (2): Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores, ajustado para resultados não recorrentes, porém considerando seus respectivos impactos fiscais, vide Anexo B.IV.

Nota (3): Considera a exclusão dos passivos de arrendamento (IFRS-16).

Nota (4): Considera ajuste a valor presente dos bancos e impostos parcelados / outros. Ver nota explicativa 2.2 (d) das DFs.

Nota (5): Dívida Líquida, excluindo os efeitos do IFRS-16 e EBITDA ajustado considerando os últimos 12 meses (“EBITDA LTM”). Caixa Líquido se refere ao saldo de caixa e equivalentes deduzido do saldo total do endividamento da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Destaques operacionais | Segmento Químico

GPC Química S.A. (100%)

(em R\$ mi, exceto quando indicado)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Volume (kton)	163,0	158,7	2,7%	164,9	(1,2%)	606,6	555,6	9,2%
Receita bruta	463,3	399,6	15,9%	448,8	3,2%	1.618,8	1.451,1	11,6%
Receita líquida	376,1	321,0	17,2%	366,3	2,7%	1.310,8	1.177,3	11,3%
Lucro bruto	52,3	48,6	7,8%	66,4	(21,2%)	246,2	195,6	25,9%
Margem bruta (%)	13,9%	15,1%	(1,2 p.p.)	18,1%	(4,2 p.p.)	18,8%	16,6%	2,2 p.p.
EBITDA	42,7	51,3	(16,8%)	52,2	(18,3%)	198,5	210,4	(5,6%)
Margem EBITDA (%)	11,4%	16,0%	(4,6 p.p.)	14,3%	(2,9 p.p.)	15,1%	17,9%	(2,7 p.p.)
EBITDA ajustado⁽¹⁾	41,8	43,9	(4,9%)	50,2	(16,8%)	193,0	180,5	6,9%
Margem EBITDA ajustada (%)	11,1%	13,7%	(2,6 p.p.)	13,7%	(2,6 p.p.)	14,7%	15,3%	(0,6 p.p.)

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA constam no Anexo B deste documento.

Desempenho Operacional do Segmento Químico

Mercado de Painéis de Madeira: principal nicho de atuação do segmento químico da Companhia, expandiu 18,5% em 2024 em relação ao ano de 2023 segundo o IBÁ², impulsionado pela demanda doméstica e exportações que cresceram 16,4% e 35,4% no período, respectivamente. Na comparação entre o 4T24 com o 3T24, o mercado total de painéis de madeira teve recuo de 5,0% no período, como resultado da desaceleração no mercado doméstico de 3,9% e das exportações em 14,3%. Em relação ao 4T23, o mercado doméstico registrou crescimento de 18,0% no trimestre, enquanto as exportações da indústria desaceleraram 4,3%, resultando em uma expansão de 15,3% no consolidado do mercado de painéis de madeira particulada.

O **Volume de Vendas** da GPC Química atingiu 606,6 mil toneladas (kton) em 2024, um ganho de 9,2% (ou 51,1 kton) em comparação com o exercício de 2023, refletindo o incremento das vendas de resinas termofixas para o mercado de painéis de madeira. No 4T24 o volume vendido foi de 163,0 kton e teve uma redução de 1,2% (ou 1,9 kton) comparado ao 3T24. Em paralelo, o volume nesse trimestre registrou aumento de 2,7% (ou 4,3 kton) com relação ao desempenho do 4T23, quando foi registrado 158,7 kton em volume de vendas, impulsionado pela melhora do mercado de painéis de madeira somado à continuidade na estratégia de comercialização de produtos intermediários³.

No exercício de 2024, a **Receita Líquida** foi de R\$ 1,3 bilhão, reportando um crescimento de 11,3% (ou R\$ 133,5 mi) em relação ao ano anterior que registrou R\$ 1,2 bilhão, principalmente devido aos maiores volumes de vendas ao setor de painéis de madeira. No 4T24, a receita líquida atingiu R\$ 376,1 mi, representando um aumento de 2,7% (ou R\$ 9,8 mi) contra o 3T24, quando reportou R\$ 366,3 mi. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, a receita líquida do 4T24 expandiu 17,2% (ou R\$ 55,1 mi), resultado de uma ampliação do preço líquido médio em 14,1% no período.

Em 2024, o segmento químico apresentou um **Lucro Bruto** de R\$ 246,2 mi com margem bruta de 18,8%, refletindo um incremento de 25,9% (ou R\$ 50,7 mi) e ganho na margem bruta de 2,2 p.p., comparado aos valores reportados em 2023, refletindo o incremento de vendas de resinas termofixas para painéis particulados. O lucro bruto no 4T24 atingiu R\$ 52,3 mi com margem bruta de 13,9%, registrando uma diminuição de 21,2% (ou R\$ 14,1 mi) no período contra o 3T24, devido principalmente ao mix de produtos vendidos. Em relação ao 4T23, a métrica do trimestre obteve aumento de 7,8% (ou R\$ 3,8 mi), impulsionado pelas vendas ao mercado de painéis de madeira.

² IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores – www.iba.org

³ Produtos químicos e seus derivados.

2.2 Resultados operacional e financeiro

O **EBITDA ajustado** de 2024 atingiu R\$ 193,0 mi com 14,7% de margem EBITDA ajustada, refletindo um crescimento de 6,9% (ou R\$ 12,5 mi) na visão contra o exercício de 2023. No 4T24 a métrica atingiu R\$ 41,8 mi com 11,1% de margem EBITDA ajustada, registrando uma redução de 16,8% (ou R\$ 8,5 mi) comparado ao trimestre imediatamente anterior. O resultado do 4T24, em relação ao 4T23, registrou uma diminuição de 4,9% (ou R\$ 2,1 mi) e recuo da margem EBITDA ajustada em 2,6 p.p., impactado principalmente pela maior participação de resinas termofixas no mix de vendas que contribui com maiores despesas relacionadas a vendas.

Destaques operacionais | Segmento Aço

Apolo Tubos e Equipamentos S.A. - Consolidado (100%)

(em R\$ mi, exceto quando indicado)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Volume (kton)	13,4	12,1	10,4%	15,7	(14,8%)	59,0	58,7	0,4%
Receita bruta	143,0	123,3	15,9%	155,2	(7,9%)	623,2	719,6	(13,4%)
Receita líquida	113,3	100,9	12,3%	127,9	(11,4%)	499,6	568,0	(12,0%)
Lucro bruto	22,4	19,0	17,6%	25,3	(11,4%)	104,3	146,5	(28,8%)
Margem bruta (%)	19,7%	18,8%	0,9 p.p.	19,7%	(0,0 p.p.)	20,9%	25,8%	(4,9 p.p.)
EBITDA	11,8	7,8	51,1%	13,8	(14,7%)	64,9	107,9	(39,8%)
Margem EBITDA (%)	10,4%	7,7%	2,7 p.p.	10,8%	(0,4 p.p.)	13,0%	19,0%	(6,0 p.p.)
EBITDA ajustado⁽¹⁾	13,2	7,8	69,0%	13,8	(4,6%)	66,3	108,0	(38,6%)
Margem EBITDA ajustada (%)	11,6%	7,7%	3,9 p.p.	10,8%	0,8 p.p.	13,3%	19,0%	(5,7 p.p.)

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA constam no Anexo B deste documento.

Desempenho Operacional do Segmento Aço

Mercado de Construção Civil: de acordo com o relatório de Sondagem da Indústria da Construção publicado pela CNI, o indicador de nível de atividade avançou 0,2 p.p. em 2024 contra o ano de 2023. Em paralelo, a indústria ampliou a utilização média de capacidade instalada em suas operações em 0,9 p.p. em 2024 quando atingiu 67,7%, contra 66,8% registrado em 2023. Na visão trimestral, a utilização média foi de 68,0%, representando um ganho 1,0 p.p. contra o 4T23 e 0,7 p.p. contra o 3T24, demonstrando um crescimento do mercado de construção civil.

Mercado de Energia Fotovoltaica: nos últimos anos, a Companhia se estruturou para atender o mercado fotovoltaico, buscando diversificar seu portfólio. Ao longo do exercício de 2024 as vendas do segmento aço destinadas a este mercado somaram aproximadamente 10% das vendas totais. Segundo a ABSOLAR, em dezembro de 2024, a geração de energia fotovoltaica representou 21,9% da matriz energética brasileira, atingindo 54,0 GW, refletindo um aumento de 39,5%⁴ em relação a dezembro de 2023.

Mercado de O&G: a Petrobras anunciou aceleração de investimentos em ativos *onshore* a serem explorados⁵. Em paralelo, as atividades de produtores independentes de petróleo no Brasil cresceram nos últimos anos com o início de programas de revitalização em campos maduros, permitindo a geração de novas oportunidades para a Companhia no segmento aço. Aliado a este momento, o REATE⁶ (Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres) que foi iniciado em 2020 e busca promover o crescimento da produção de barris diários de óleo equivalente. No mercado internacional, a Companhia tem o potencial de comercialização para os Estados Unidos limitado pelo sistema de cotas de importação adotado pelo governo norte-americano.

⁴ <https://www.absolar.org.br/mercado/infografico/>

⁵ <https://brasilenergia.com.br/petroleoegas/empresas/petrobras-volta-ao-onshore-brasileiro-com-aquisicao-de-sondas-e-servicos>

⁶ <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/reate-2020>

2.2 Resultados operacional e financeiro

O **Volume de Vendas** do segmento aço foi de 13,4 kton no 4T24, expansão de 10,4% (ou 1,3 kton) em comparação com o 4T23, impulsionado principalmente pelos mercados de óleo e gás e fotovoltaico. Em relação ao 3T24, o resultado desse trimestre registrou uma queda de 14,8% (ou 2,3 kton), refletindo menores vendas para os mercados de atuação. Durante o exercício de 2024 o volume de vendas atingiu 59,0 kton, apresentando um aumento de 0,4% (ou 0,3 kton) comparado ao ano anterior, refletindo o crescimento do mercado de construção civil e infraestrutura, assim como o mercado de óleo e gás, que mais do que compensaram a queda de vendas ao setor fotovoltaico no período.

No quarto trimestre de 2024 a **Receita Líquida** alcançou R\$ 113,3 mi, representando um aumento de 12,3% (ou R\$ 12,4 mi) em relação ao resultado do 4T23 em que foi apurado R\$ 100,9 mi, devido aos maiores volumes para os mercados de óleo e gás e fotovoltaico. Em comparação com o 3T24, a métrica no trimestre registrou redução de 11,4% (ou R\$ 14,6 mi), refletindo menores vendas no período. O resultado do ano de 2024 foi de R\$ 499,6 mi, apresentando queda de 12,0% (ou R\$ 68,4 mi) com relação a 2023, impactado pelo menor preço líquido médio e composição do mix de vendas.

O **Lucro Bruto** no 4T24 foi de R\$ 22,4 mi, registrando um crescimento de 17,6% (ou R\$ 3,4 mi) contra o 4T23 quando foi apurado R\$ 19,0 mi, no mesmo período a margem bruta totalizou 19,7% contra 18,8%, ampliação de 0,9 p.p. devido a composição do portfólio. Em comparação com o trimestre imediatamente anterior, o lucro bruto apresentou queda de 11,4% (ou R\$ 2,9 mi) e manteve a margem bruta em 19,7%. O resultado acumulado do exercício de 2024 atingiu R\$ 104,3 mi, contra R\$ 146,5 mi registrados em 2023, representando uma diminuição de 28,8% sendo que os fatores que contribuíram para esse recuo foram a queda no preço líquido médio e composição do mix de vendas.

No 4T24, o **EBITDA ajustado** atingiu R\$ 13,2 mi, apurando um incremento de 69,0% (ou R\$ 5,4 mi) e ganho da margem EBITDA ajustada em 3,9 p.p. contra o 4T23. Em paralelo, comparado ao 3T24 a métrica teve uma redução de 4,6% (ou R\$ 0,6 mi). Observando o ano de 2024, o EBITDA ajustado alcançou R\$ 66,3 mi com margem de 13,3%, apurando uma retração em relação aos R\$ 108,0 mi que foram alcançados em 2023. O resultado do EBITDA ajustado acompanhou a dinâmica do Lucro Bruto nos períodos analisados.

Desempenho consolidado da Holding e Coligadas

Diante do contexto demonstrado acima para cada segmento operacional, o **EBITDA ajustado** consolidado da Dexxos atingiu R\$ 54,4 mi no 4T24 e margem EBITDA ajustada de 11,1%, resultado de uma expansão de 15,7% (ou R\$ 7,4 mi) em comparação ao 4T23. Em paralelo, a métrica nesse trimestre teve uma diminuição de 10,8% (ou R\$ 6,6 mi) em relação ao 3T24. O **EBITDA ajustado** durante o ano de 2024 totalizou R\$ 249,0 mi, contra a apuração de R\$ 280,1 milhões em 2023, representando um recuo de 11,1% (ou R\$ 31,1 mi), refletindo uma combinação do crescimento das operações do segmento químico e desaceleração do segmento aço.

Com relação ao **Lucro Líquido ajustado**, a métrica atingiu R\$ 35,9 mi com margem líquida de 7,3% no 4T24, apurando uma queda de 30,5% (ou R\$ 15,8 mi) frente ao valor apurado no 4T23, devido principalmente ao aumento da alíquota efetiva no período e variações cambiais apuradas no resultado financeiro. Nesse trimestre, a métrica registrou queda de 6,7% (ou R\$ 2,6 mi) e de 0,4 p.p. de margem líquida ajustada comparado ao 3T24. Com relação ao ano de 2024, o resultado totalizou R\$ 144,9 mi, representando uma redução 18,6% (ou R\$ 33,1 mi), enquanto a margem líquida no período foi de 8,0% contra 10,2% que foi registrado em 2023.

Com relação à Metanor, o **Lucro Líquido** em 2024 foi de R\$ 30,1 mi, ampliação de 51,9% comparado ao valor apurado em 2023, que totalizou R\$ 19,9 mi. Dessa forma, o resultado da equivalência patrimonial das coligadas foi de R\$ 14,8 mi em 2024, contra R\$ 9,0 mi no mesmo período do ano anterior.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Endividamento

Ao final de 2024 a Companhia registrou um saldo de dívida líquida de R\$ 15,7 mi contra um saldo de caixa líquido de R\$ 61,9 mi apurado em dezembro de 2023. Atualmente, a dívida bruta é composta por 76,1% de dívidas de longo prazo, com as dívidas fiscais representando cerca de 20,1% da dívida bruta total.

Endividamento (R\$ mm)	4T24	4T23	4T22	4T21	4T20	4T19
Dívida bruta	363,6	399,5	428,9	494,6	280,0	346,9
Curto prazo	86,7	130,4	149,5	232,3	95,1	153,3
Bancos	61,7	101,6	107,6	133,7	30,6	68,1
Antecipação de Recebíveis ⁽¹⁾	–	–	–	53,1	18,1	50,7
Impostos Parcelados	21,1	25,1	38,5	42,2	42,5	29,9
Outros	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	2,0
Passivos de arrendamento ⁽²⁾	3,1	2,9	2,6	2,7	3,2	2,5
Longo prazo	276,9	269,1	279,4	262,2	185,0	193,7
Bancos ⁽³⁾	211,3	190,8	188,9	148,7	56,4	42,3
Impostos Parcelados	52,1	62,6	72,3	93,5	119,3	142,2
Outros ⁽³⁾	10,5	10,1	9,8	9,0	7,6	5,9
Passivos de arrendamento ⁽²⁾	3,0	5,5	8,5	11,0	1,7	3,3
Caixa e equivalentes de caixa	341,8	452,9	198,8	97,9	40,6	12,0
Dívida líquida	21,9	(53,5)	230,2	396,6	239,4	335,0
(-) Passivos de arrendamento	(6,1)	(8,4)	(11,1)	(13,7)	(4,8)	(5,8)
Dívida (Caixa) líquida (ex. IFRS-16)	15,7	(61,9)	219,1	382,9	234,6	329,1
EBITDA Ajustado LTM	249,0	280,0	305,9	315,5	151,4	80,7
Dív. Líq.(ex. IFRS-16) / EBITDA LTM	0,1x	(0,2x)	0,7x	1,2x	1,5x	4,1x

Nota (1): Até 2018 as antecipações de recebíveis eram contabilizadas no contas a receber e não no passivo de curto prazo. Na tabela acima foi feito um ajuste pro-forma para refletir as antecipações de recebíveis no passivo circulante desde 2015.

Nota (2): A partir de 2019, a Companhia adotou a metodologia do IFRS-16 e passou a contabilizar o arrendamento como um passivo.

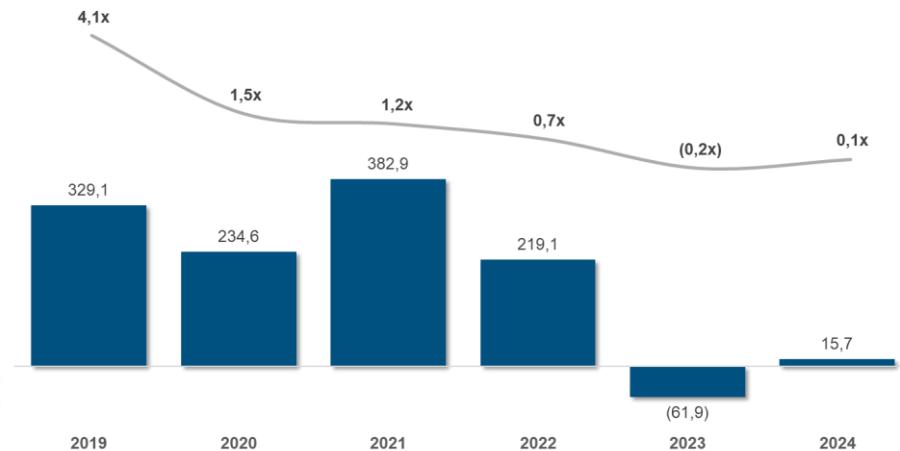
Nota (3): Ajuste a valor presente em bancos e impostos parcelados / outros considerado retroativamente desde dezembro de 2016. Vide nota explicativa 2.2 (d) das DFs.

Nota (4): Abertura da dívida líquida por empresa está disponível no ANEXO C deste documento.

2.2 Resultados operacional e financeiro

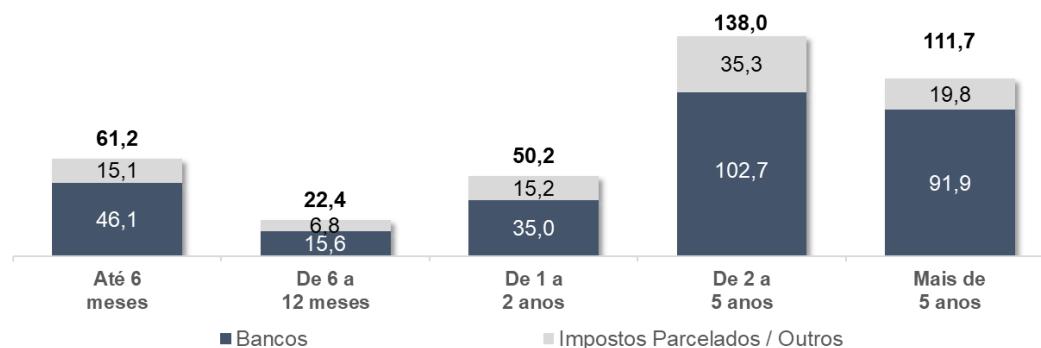
Evolução da Dívida (Caixa) líquida (ex. IFRS-16) e da relação dívida líquida (ex. IFRS-16) por EBITDA LTM

(Em R\$ milhões)



Cronograma de amortização⁽¹⁾ e perfil da dívida (ex. IFRS-16)

(Em R\$ milhões)



Nota (1): A diferença entre o valor da dívida no cronograma de amortização e no balanço patrimonial é o ajuste a valor presente: (i) Bancos = R\$ 18,3 mi; (ii) Impostos Parcelados / Outros = R\$ 7,7 mi.

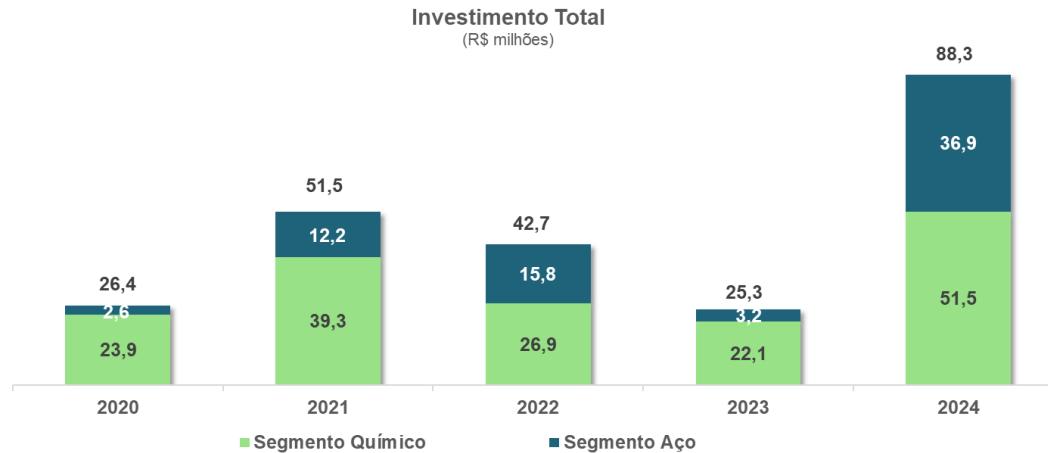
Em dezembro de 2024, o endividamento bancário da Companhia registrou um prazo médio de 4,9 anos, superior aos 3,6 anos registrados ao final de 2023, aumento influenciado principalmente pela captação de novas dívidas de longo prazo.

O custo médio da Dívida Bruta foi de 9,3% no 4T24, representando uma redução de 1,8 p.p. em relação ao custo médio apurado no 4T23, refletindo principalmente as captações de dívida realizadas nesse período. Em paralelo, comparado ao custo médio do 3T24, o resultado do trimestre teve um incremento de 0,3 p.p., por influência da ampliação dos índices de inflação e do CDI no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Investimentos

Em linha com seu planejamento estratégico, a Companhia intensificou o seu programa de investimentos visando o crescimento de receitas e diversificação dos negócios nos segmentos químico e aço. Nos últimos 5 exercícios sociais os investimentos totalizaram R\$ 234,3 milhões.



Em agosto de 2024, a Companhia iniciou suas atividades na nova unidade de especialidades químicas na planta de Araucária, Paraná, por meio de sua subsidiária GPC Química. Os investimentos têm como objetivo o desenvolvimento de aplicações para atender novos mercados, ampliando o escopo de atuação em resinas industriais e especialidades químicas, no âmbito do plano estratégico de diversificação da Companhia.

Em setembro de 2023, a investida GPC Química assinou contrato de financiamento com a FINEP, no valor de R\$ 59,5 milhões, sendo que a segunda parcela de R\$ 24,9 milhões foi recebida em novembro de 2024. O objetivo da referida linha de crédito é fazer frente aos projetos no âmbito do Plano Estratégico de Inovação (“PEI da GPC Química”), visando a expansão da capacidade produtiva, desenvolvimento de tecnologias e aplicações para atender novos mercados pela GPC Química. Com a conclusão dos investimentos, a GPC Química pretende ampliar o escopo de atuação em resinas industriais e especialidades químicas, em linha com seu plano estratégico visando a diversificação de portfólio.

Em março de 2024, a investida Apolo assinou contrato de financiamento com a FINEP, no valor de R\$ 97,9 milhões, sendo que a primeira parcela de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024. O objetivo da referida linha de crédito é fazer frente aos projetos no âmbito do Plano Estratégico de Inovação (“PEI da Apolo”), visando investir em novas tecnologias que permitam adicionar valor aos seus produtos, expandir e diversificar o portfólio, além de atingir novos mercados com maior eficiência operacional, em linha com sua visão estratégica.

A Companhia segue buscando oportunidades de geração de valor e diversificação de portfólio em ambos os segmentos, mantendo a disciplina na alocação de capital e sustentabilidade a longo prazo de suas operações.

Desempenho ESG

Em linha com a visão de desenvolver negócios sustentáveis a longo prazo, a Dexxos divulga a seguir informações relativas ao tema ESG (sigla em inglês para os aspectos ambientais, sociais e de governança), destacando os itens de maior materialidade para os setores de sua atuação, com o compromisso de seguir aprimorando o monitoramento dos indicadores, visando a evolução constante acerca do assunto. Os principais destaques relacionados à agenda ESG são:

2.2 Resultados operacional e financeiro

- Atingimos a marca de 711 mil litros de água de reuso;
- Superamos 7.900 mudas de árvores plantadas, somando aproximadamente 925 toneladas de gases de efeito estufa compensados;
- Assistência social a mais de 120 famílias por meio da Associação Cultural Carlos Fernando Coutinho, atuando desde 1996;
- A unidade de Araucária (PR) recebeu a chancela e o troféu Aterro Zero, demonstrando que a unidade não destina resíduos para aterros sanitários;
- A subsidiária GPC Química recebeu o selo ESG em foco 2024, emitido pelo Sistema FIEP.

TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES

GRI403-9

Em 2024, a Companhia registrou 3 acidentes com afastamento em suas operações em, aproximadamente, 1,6 milhão hora-homem trabalhadas, resultando na taxa de 0,38 acidentes com afastamento para cada 200 mil horas trabalhadas. A Companhia segue realizando e intensificando treinamentos focados na segurança, como forma de reforçar o comprometimento interno com a segurança do trabalho em suas unidades.

Taxa de frequência de acidentes com afastamento (TFA)	4T24	4T23	Δ	3T24	Δ	2024	2023	Δ
Segmento Químico	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,47	-100,0%
Segmento Aço	0,00	0,00	0,0%	0,69	-100,0%	0,52	0,87	-39,8%
Total	0,00	0,00	0,0%	0,49	-100,0%	0,38	0,76	-50,6%

Adicionalmente, a Companhia, em conjunto com suas empresas controladas, mantém todos os funcionários cobertos por sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional auditado internamente, atualmente, cerca de 800 funcionários estão resguardados.

CONSUMO DE ÁGUA

GRI 303-1

O consumo de água decorrente das operações da Companhia é majoritariamente proveniente de águas superficiais fornecida por concessionárias, seguido por águas subterrâneas (poços artesianos). Durante o ano de 2024, o consumo total de água foi de 586.417 mil m³, apresentando um aumento de 18,7% do total utilizado em relação ao mesmo período do exercício anterior, conforme quadro abaixo.

Consumo de água (m ³)	4T24	4T23	Δ	3T24	Δ	2024	2023	Δ
Água de superfície	103.171	63.589	62,2%	98.126	5,1%	418.889	277.868	50,8%
Água subterrânea	49.355	56.173	-12,1%	19.026	159,4%	167.527	216.185	-22,5%
Total	152.526	119.762	27,4%	117.152	30,2%	586.417	494.054	18,7%
Água de reuso (m ³)	34.575	25.325	36,5%	36.470	-5,2%	132.294	114.751	15,3%
Água de reuso (%)	22,7%	21,1%	1,5 p.p.	31,1%	-8,5 p.p.	22,6%	23,2%	-0,7 p.p.

Adicionalmente, a Companhia manteve o emprego de água de reuso em patamares significativos em 2024 (22,6%). O patamar atual de água de reuso permite o uso sustentável de recursos hídricos, com a redução de volume para a rede de esgoto e o aumento de disponibilidade de água potável por meio de tratamento de efluentes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

CONSUMO DE ENERGIA GRI 302-1

O consumo de energia oriunda das operações da Companhia é proveniente do fornecimento das concessionárias distribuidoras de energia elétrica. Em 2024, o consumo total de energia da Companhia e suas controladas foi de 207.491 gigajoules (GJ), o que representa um aumento de 8,4% em relação ao exercício anterior, conforme quadro abaixo.

Consumo de energia (GJ)	4T24	4T23	Δ	3T24	Δ	2024	2023	Δ
Segmento Químico	36.187	32.006	13,1%	36.802	-1,7%	143.249	124.305	15,2%
Segmento Aço	14.862	14.624	1,6%	16.879	-12,0%	64.242	67.050	-4,2%
Total	51.049	46.630	9,5%	53.681	-4,9%	207.491	191.355	8,4%

Vale ressaltar que o consumo de energia proveniente das operações da Companhia mantém elevada correlação com o volume de produção. Adicionalmente, a Companhia vem desenvolvendo iniciativas em seus parques fabris visando à eficiência energética para contenção do consumo de energia como a troca de equipamentos e readequação de instalações, dentre outras.

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da Dexxos Participações encerraram o pregão de 30 de dezembro de 2024 com uma cotação de R\$ 8,37 por ação, apresentando uma desvalorização de 28,0% na comparação com o encerramento do 4T23, que foi de R\$ 11,62, e redução de 6,8% com relação à cotação de 30 de setembro de 2024, que foi de R\$ 8,98. Neste mesmo horizonte de análise, o índice Ibovespa apresentou redução de 10,4% em comparação ao final de 2023 e desvalorização de 8,7% com relação à cotação de 30 de setembro de 2024. O volume financeiro médio negociado por dia das ações ordinárias da Companhia durante o 4º trimestre de 2024 foi de R\$ 1,1 mi, para fins de comparação, no trimestre imediatamente anterior o volume financeiro médio foi de aproximadamente R\$ 1,0 mi. No encerramento do 4T24 o valor de mercado da Companhia era de R\$ 915,5 milhões considerando as ações ordinárias e preferenciais.

4T24	
Valor de mercado (R\$ mi) - 30/12/24	915,51
Cotação média diária (R\$/ação) - Trimestre	8,57
Volume médio/dia (R\$ mi)	
4º trimestre de 2024	1,1
3º trimestre de 2024	1,0
2º trimestre de 2024	1,1
1º trimestre de 2024	1,3
4º trimestre de 2023	1,0

Fonte: Infomoney e Investing.com.

Nota: O valor de mercado considera o total de ações, ordinárias e preferenciais.

2.2 Resultados operacional e financeiro



Fonte: Infomoney e Investing.com

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos em suas Demonstrações Financeiras do ano de 2024 em comparação às adotadas no exercício de 2023.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas e/ou parágrafo de ênfase no parecer do auditor.

Segue transrito abaixo as responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

“Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:”

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.*
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.*
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.*
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.*

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

- *Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.*
- *Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.*

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

- a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu nos últimos três anos e não existe previsão de ocorrer introdução ou alienação de segmento operacional.

- b) constituição, aquisição ou alienação de participações societárias

Não ocorreu nos últimos três anos e não existe previsão de ocorrer constituição, aquisição ou alienação de participações societárias.

- c) eventos e operações não usuais

Dexxos Participações (consolidado)
(Em milhões de reais)

	2022	2023	2024
Lucro do período antes das participações minoritárias	179,9	211,3	153,2
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	43,5	50,0	70,4
(+) Resultado Financeiro	56,1	1,9	7,1
(+) Depreciações e Amortizações	25,7	30,6	31,7
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	305,2	293,8	262,4
(-) Equivalência Patrimonial	-9,7	-9,0	-14,8
(+/-) Outras Receitas / (Despesas) não recorrentes	-	-	-
Crédito de PIS e COFINS s/ ICMS	-	-	-
Reversão Provisão para Contingências	-	-	-
Ajuste Propriedade para Investimentos	3,7	-	-
Ajuste REFIS IV	-	-	-
Honorários de Êxito	2,9	2,3	-
Honorários Adm Judicial	1,4	0,1	-
Provisão Crédito Guaxupé	-	-	-
Honorários Sucumbência	3,2	-	1,4
Venda de terreno	1,1	-7,0	-
Creditos de Pis e Cofins	-1,9	-	-
Ganho de Impostos	-	-0,9	-
Honorários de Precatório	-	0,9	-
Outros Ajustes	-	-	-
LAJIDA / EBITDA Ajustado	305,9	280,1	249,0

Conforme quadro acima, em 2023, destacamos a alienação de ativo não operacional, a referida propriedade é um imóvel situada no bairro de Benfica, Cidade do Rio de Janeiro/RJ.

2.5 Medições não contábeis

a) valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza o LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) Ajustado e o Lucro líquido Ajustado como formas de medição de resultado não contábeis em suas informações financeiras, bem como a Dívida líquida (ex-IFRS16) e a Dívida líquida (ex-IFRS16) / LAJIDA (EBITDA) LTM como formas de medição de endividamento e alavancagem não contábeis em suas informações financeiras.

(i) LAJIDA (EBITDA), LAJIDA (EBITDA) Ajustado e Lucro líquido Ajustado

O LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) ou EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com as suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido antes de (i) do resultado financeiro líquido; (ii) do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro; e (iii) das despesas de depreciação e amortização.

Em adição ao LAJIDA (EBITDA) divulgado em consonância à Resolução CVM 156, a Companhia divulga medição de LAJIDA (EBITDA) Ajustado, tendo por objetivo representar o quanto a Companhia gera de recursos através de suas operações recorrentes, excetuando a ocorrência de eventos pontuais.

O Lucro líquido é o rendimento real da Companhia. Ele é determinado através do cálculo da diferença entre o valor total de suas receitas e o valor total de seus custos e despesas.

Em adição ao Lucro líquido divulgado, a Companhia divulga medição de Lucro líquido Ajustado, tendo por objetivo representar o rendimento real da Companhia gerado através de suas operações recorrentes, excetuando a ocorrência de eventos pontuais.

Dexxos Participações

(em R\$ mi, exceto quando indicado)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Receita bruta	606,2	523,0	15,9%	604,1	0,4%	2.242,1	2.170,7	3,3%
Químico	463,3	399,6	15,9%	448,8	3,2%	1.618,8	1.451,1	11,6%
Aço	143,0	123,3	15,9%	155,2	(7,9%)	623,2	719,6	(13,4%)
Receita líquida	489,4	422,0	16,0%	494,1	(1,0%)	1.810,4	1.745,3	3,7%
Lucro bruto	74,7	67,6	10,6%	91,7	(18,5%)	350,5	342,0	2,5%
Margem bruta (%)	15,3%	16,0%	(0,8 p.p.)	18,6%	(3,3 p.p.)	19,4%	19,6%	(0,2 p.p.)
EBITDA	53,0	55,9	(5,2%)	66,3	(20,2%)	259,9	293,8	(11,5%)
Margem EBITDA (%)	10,8%	13,2%	(2,4 p.p.)	13,4%	(2,6 p.p.)	14,4%	16,8%	(2,5 p.p.)
Lucro líquido	33,5	61,6	(45,6%)	38,5	(12,8%)	151,6	211,3	(28,3%)
Margem líquida (%)	6,9%	14,6%	(7,8 p.p.)	7,8%	(0,9 p.p.)	8,4%	12,1%	(3,7 p.p.)
EBITDA ajustado⁽¹⁾	51,9	47,0	10,4%	61,0	(14,9%)	249,0	280,1	(11,1%)
Margem EBITDA ajustada (%)	10,6%	11,1%	(0,5 p.p.)	12,3%	(1,7 p.p.)	13,8%	16,1%	(2,3 p.p.)
Lucro líquido ajustado⁽²⁾	34,2	51,6	(33,7%)	38,5	(10,9%)	143,3	178,0	(19,5%)
Margem líquida ajustada (%)	7,0%	12,2%	(5,2 p.p.)	7,8%	(0,8 p.p.)	7,9%	10,2%	(2,3 p.p.)
Caixa (Dívida) líquida^(3,4)	(15,3)	61,9	-77,2	47,0	-62,3	(15,3)	61,9	-77,2
Caixa Liq. / EBITDA LTM ⁽⁵⁾	(0,1x)	0,2x	(0,3x)	0,2x	(0,3x)	(0,1x)	0,2x	(0,3x)

(ii) Dívida líquida (ex-IFRS16) e Dívida líquida (ex-IFRS16) / LAJIDA (EBITDA) LTM

A Dívida líquida (ex-IFRS16) é calculada pelo somatório de todas as dívidas contratadas pela Companhia, líquidas da posição de caixa e equivalentes de caixa, excetuados os passivos de arrendamento conforme metodologia do IFRS-16 e tem por objetivo representar os compromissos financeiros assumidos junto a terceiros em sua composição de capital.

2.5 Medições não contábeis

O LAJIDA (EBITDA) LTM é calculado pelo somatório do LAJIDA (EBITDA) Ajustado dos últimos doze meses.

A Dívida líquida (ex-IFRS16) / LAJIDA (EBITDA) LTM é calculada pela divisão da Dívida líquida (ex-IFRS16) pelo LAJIDA (EBITDA) LTM e tem por objetivo representar a capacidade da Companhia em custear seu endividamento através da geração de recursos proveniente de suas operações recorrentes.

Endividamento (R\$ mm)	2024	2023	2022
Dívida bruta	363,6	399,5	428,9
Caixa e equivalentes de caixa	342,2	452,9	198,8
Dívida líquida	21,5	(53,5)	230,2
(-) Passivos de arrendamento	(6,1)	(8,4)	(11,1)
Dívida (Caixa) líquida (ex. IFRS-16)	15,3	(61,9)	219,1
EBITDA Ajustado LTM	249,0	280,0	305,9
Dív. Líq.(ex. IFRS-16) / EBITDA LTM	0,1x	(0,2x)	0,7x

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas

Seguem abaixo conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas da Companhia.

(i) Ajustes de LAJIDA (EBITDA) (Em milhares de reais)

(Em milhares de Reais)

	Dexxos Participações	
	12M24	12M23
Lucro do período antes das participações minoritárias	153.199	211.286
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	70.435	49.976
(+) Despesas Financeiras	77.828	76.088
(-) Receitas Financeiras	(70.764)	(74.147)
(+) Depreciações e amortizações	31.687	30.552
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	262.386	293.755
 (-) Equivalência Patrimonial	 (14.777)	 (9.031)
 (+/-) Outras Receitas / (Despesas) não recorrentes		
(+) Honorários de exito Processos	-	2.313
(+) Honorários Sucumbência	1.399	-
(+) Ganho venda terreno	-	(7.018)
(+) Ganho Impostos	-	(927)
(+) Honorários Adm Judicial	-	132
(+) Honorários Precatório	-	916
 LAJIDA (EBITDA) ajustado	 249.008	 280.140

2.5 Medições não contábeis

(ii) Ajustes de Lucro líquido

	Dexxos Participações	
	12M24	12M23
(Em milhares de Reais)		
Lucro do período antes das participações minoritárias	151.560	211.286
(+/-) Outras Receitas / (Despesas) não recorrentes	-	2.313
(+) Honorários de exito Processos	1.399	-
(+) Honorários de Sucumbência	-	(7.018)
Ganho venda terreno	(927)	-
Ganho impostos	132	-
Honorários Adm Judicial	916	-
Honorários Pracatório	1.559	-
IR/CS	(476)	1.559
Lucro líquido Ajustado	152.483	208.261
Acionistas controladores	143.266	177.966
Acionistas não controladores	9.217	30.295
	-	0
	-	0
	-	0

(iii) Ajustes de Dívida líquida (ex-IFRS16)

Endividamento (R\$ mm)	2024	2023	2022
Dívida bruta	363,6	399,5	428,9
Caixa e equivalentes de caixa	342,2	452,9	198,8
Dívida líquida	21,5	(53,5)	230,2
(-) Passivos de arrendamento	(6,1)	(8,4)	(11,1)
Dívida (Caixa) líquida (ex. IFRS-16)	15,3	(61,9)	219,1
EBITDA Ajustado LTM	249,0	280,0	305,9
Dív. Líq.(ex. IFRS-16) / EBITDA LTM	0,1x	(0,2x)	0,7x

Nota (1): A partir de 2019, a Companhia adotou a metodologia do IFRS-16 e passou a contabilizar o arrendamento como um passivo.

Nota (2): Ajuste a valor presente em empréstimos e fornecedores (RJ) considerado retroativamente desde dezembro de 2016. Vide nota explicativa 2.2 (e) das DF's.

c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia acredita que as medidas não contábeis apresentadas nesta seção e nas seções 1 e 2 deste Formulário de Referência representam informações úteis adicionais sobre o desempenho e tendências relacionadas aos resultados operacionais da Companhia e que, quando analisadas em conjunto com as medidas contábeis da Companhia apresentadas neste Formulário de Referência, auxiliam um entendimento mais significativo sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não aplicável.

2.7 Destinação de resultados

	Exercício Social encerrado em 31/12/2024	Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Exercício Social encerrado em 31/12/2022
a) Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com o Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p> <p>À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.</p> <p>Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia deverão ser distribuídos como</p>	<p>De acordo com o Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p> <p>À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.</p> <p>Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia deverão ser distribuídos como</p>	<p>De acordo com o Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p> <p>À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.</p> <p>Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia deverão ser distribuídos como</p>

2.7 Destinação de resultados

	dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei n.º 6.404/76.	dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei n.º 6.404/76.	dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei n.º 6.404/76.
a.i) Valores das Retenções de Lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou lucro líquido no valor de R\$146,1 milhões, sendo que R\$89,1 milhões do seu lucro total declarado foram retidos, dos quais R\$7,3 milhões foram destinados à Reserva Legal, R\$81,8 milhões à Reserva para Investimentos nas suas investidas.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou lucro líquido no valor de R\$183,5 milhões, sendo que R\$135,5 milhões do seu lucro total declarado foram retidos, dos quais R\$8,7 milhões foram destinados à Reserva Legal, R\$56,4 milhões à Reserva para Investimentos nas suas investidas e R\$70,4 milhões à Reserva Reflexa de Incentivos Fiscais.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia registrou lucro líquido no valor de R\$159,2 milhões, sendo que R\$134,1 milhões do seu lucro total declarado foram retidos, dos quais R\$8,0 milhões foram destinados à Reserva Legal, R\$47,5 milhões à Reserva para Investimentos nas suas investidas e R\$78,6 milhões à Reserva Reflexa de Incentivos Fiscais.
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	O montante total da reserva legal corresponde a 5,0%, e o montante total da reserva investimentos nas suas investidas corresponde a 56,0% do lucro líquido total da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.	O montante total da reserva legal corresponde a 4,8%, o montante total da reserva para investimentos nas suas investidas corresponde a 30,7% e o montante total da reserva reflexa de incentivos fiscais corresponde a 38,4% do lucro líquido total da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.	O montante total da reserva legal corresponde a 5,0%, o montante total da reserva para investimentos nas suas investidas corresponde a 29,8% e o montante total da reserva reflexa de incentivos fiscais corresponde a 49,4% do lucro líquido total da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras para apresentação à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes	Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras para apresentação à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes	Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras para apresentação à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes

2.7 Destinação de resultados

	<p>valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p> <p>O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.95, será imputado ao valor do dividendo obrigatório.</p> <p>A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participação nos lucros, observadas as disposições legais. A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório.</p> <p>À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou</p>	<p>valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p> <p>O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.95, será imputado ao valor do dividendo obrigatório.</p> <p>A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participação nos lucros, observadas as disposições legais. A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório.</p> <p>À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou</p>	<p>valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.</p> <p>O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.95, será imputado ao valor do dividendo obrigatório.</p> <p>A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participação nos lucros, observadas as disposições legais. A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório.</p> <p>À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou</p>
--	---	---	---

2.7 Destinação de resultados

	<p>indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.</p> <p>A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.</p> <p>Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia serão distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando a assembleia geral de acionistas o decidir expressamente.</p> <p>Dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 anos contados de sua disponibilização aos acionistas</p>	<p>indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.</p> <p>A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.</p> <p>Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia serão distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando a assembleia geral de acionistas o decidir expressamente.</p> <p>Dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 anos contados de sua disponibilização aos acionistas</p>	<p>indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.</p> <p>A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.</p> <p>Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia serão distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando a assembleia geral de acionistas o decidir expressamente.</p> <p>Dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 anos contados de sua disponibilização aos acionistas</p>
--	--	--	--

2.7 Destinação de resultados

	prescreverão em favor da Companhia.	prescreverão em favor da Companhia.	prescreverão em favor da Companhia.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano.</p> <p>O estatuto social da Companhia prevê, ainda, o levantamento de balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e, por determinação do Conselho de Administração, o levantamento de balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.</p>	<p>Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano.</p> <p>O estatuto social da Companhia prevê, ainda, o levantamento de balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e, por determinação do Conselho de Administração, o levantamento de balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.</p>	<p>Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano.</p> <p>O estatuto social da Companhia prevê, ainda, o levantamento de balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e, por determinação do Conselho de Administração, o levantamento de balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.</p>
d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	N/A.	N/A.	N/A.

2.7 Destinação de resultados

<p>e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Em 29 de março de 2023 o Conselho de Administração aprovou a Política de Destinação de Resultados e está disponível para consulta nos websites da CVM e da Companhia. Adicionalmente, foi aprovado em Assembleia Geral o Plano de Incentivo a Longo Prazo no dia 04 de janeiro de 2021, a ata sobre a referida Assembleia está disponível para consulta nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da Companhia (www.dexxos.com.br).</p>	<p>Em 29 de março de 2023 o Conselho de Administração aprovou a Política de Destinação de Resultados e está disponível para consulta nos websites da CVM e da Companhia. Adicionalmente, foi aprovado em Assembleia Geral o Plano de Incentivo a Longo Prazo no dia 04 de janeiro de 2021, a ata sobre a referida Assembleia está disponível para consulta nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da Companhia (www.dexxos.com.br).</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía política de destinação de resultados. Entretanto, foi aprovado em Assembleia Geral o Plano de Incentivo a Longo Prazo no dia 04 de janeiro de 2021, a ata sobre a referida Assembleia está disponível para consulta nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da Companhia (www.dexxos.com.br)</p>
---	--	--	--

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

- (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

A Diretoria da Companhia esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2024.

- (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2024.

- (iii) contratos de construção não terminada

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de construção não terminada evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2024.

- (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2024.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 31/12/2024, a controlada Apolo Tubos e Equipamentos S.A. possuía R\$ 5,3 milhões de saldo a constituir de imposto de renda e contribuição sobre lucro líquido diferidos não evidenciados em seu ativo nas demonstrações financeiras.

Em 31/12/2024, a Dexxos Participações S.A. possuía R\$ 8,5 milhões de saldo a constituir de imposto de renda e contribuição sobre lucro líquido diferidos não evidenciados em seu ativo nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- (a) *Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

O saldo a constituir de imposto de renda e contribuição sobre o lucro líquido diferidos não evidenciados nas demonstrações financeiras e contemplados no item 2.8 poderá ser utilizado futuramente para redução de valores de IRPJ e CSLL a pagar.

- (b) *Natureza e o propósito da operação*

Natureza e propósito já contemplados no item 2.8

- (c) *Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Natureza e montante já contemplados no item 2.8

2.10 Planos de negócios

a) investimentos

O Plano de Negócios da Companhia é lastreado em determinadas premissas e expectativas de mercado e crescimento, utilizando-se de determinadas tendências futuras que afetam ou podem vir a afetar a Companhia.

Embora a Companhia acredite que essas premissas sejam razoáveis e baseadas em expectativas da operação, as mesmas estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições, e que podem ser afetadas por diversos fatores como, por exemplo: (i) conjuntura econômica; (ii) intervenções governamentais; (iii) alterações na legislação vigente; (iv) alterações no mercado financeiro; e (v) eventos de força maior.

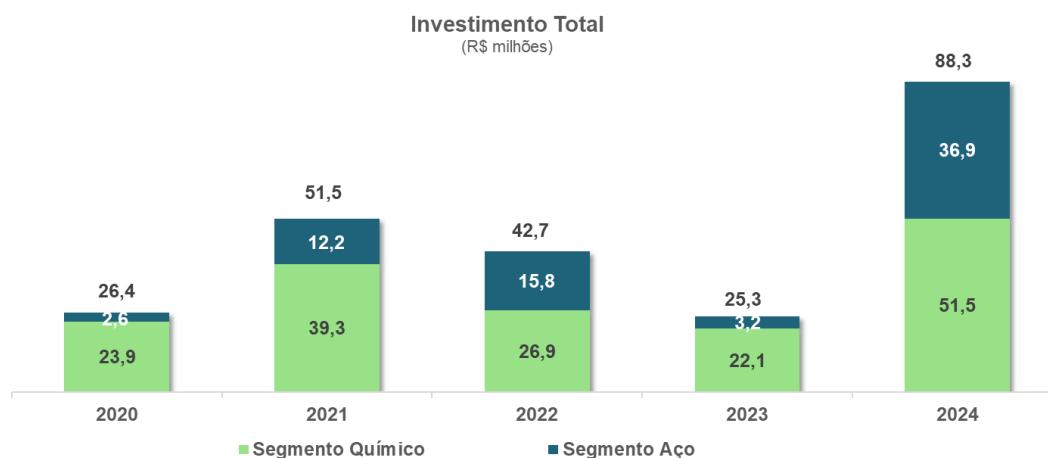
i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia (e suas Controladas) tem realizado investimentos estratégicos nos últimos anos, o que tem proporcionado o seu crescimento e competitividade no mercado.

Nesse sentido, o Plano de Negócios objetiva reforçar as unidades produtivas da Companhia nas seguintes frentes:

- Melhorias em processos produtivos e sistemas visando maior eficiência tecnológica e aprimoramento da qualidade dos produtos oferecidos com confiabilidade para atender às exigências técnicas, industriais e mercadológicas.
- Expansão da capacidade produtiva devido ao aumento na demanda pelos seus produtos, gerando uma oportunidade de ampliação das operações da Companhia, tanto no segmento de aço quanto segmento químico.
- Ampliação de portfólio de produtos com o objetivo de diversificar as receitas das unidades do segmento aço e químico, utilizando-se dos *sites*, infraestrutura e *know-how* de cada operação.

Nos últimos 5 anos, os investimentos realizados pela Companhia, através de suas controladas, totalizaram R\$234,3 milhões, sendo R\$88,3 milhões somente no último ano, conforme gráfico abaixo.



Em linha com seu Plano de Negócios, a Companhia pretende seguir com a execução de seus investimentos, buscando desenvolver suas operações e continuar oferecendo produtos de alta qualidade com eficiência em seus processos industriais. Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia objetiva, sujeito às condições de mercado, investir

2.10 Planos de negócios

aproximadamente R\$ 65,0 milhões, sendo: (i) R\$ 31,6 milhões destinados ao segmento aço; e (ii) R\$ 33,4 milhões destinados ao segmento químico.

Investimento	Exercício de 2025 (em R\$ mil)
Segmento Aço	31.600
Segmento Químico	33.40
Investimento Total	65.000

ii. fontes de investimentos

A Companhia e suas Controladas vêm utilizando recursos próprios e financiamentos bancários para realização de seus investimentos.

Em setembro de 2023, a investida GPC Química assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor de R\$ 59,5 milhões, sendo que a primeira parcela de R\$ 28,4 milhões foi recebida em outubro de 2023, recebendo a primeira parcela de R\$ 28,4 milhões em outubro de 2023 e em novembro de 2024, obteve a liberação de recursos da segunda tranche, no montante de R\$ 24,9 milhões.

Em março de 2024, a investida Apolo assinou contrato de financiamento junto à FINEP no valor de R\$ 97,9 milhões, sendo que a primeira parcela de R\$ 45,5 milhões foi recebida em abril de 2024, restando a segunda parcela que será desembolsada ao longo de 30 meses, conforme previsto em contrato.

A estrutura de capital consolidada e mais informações sobre fontes de financiamento para capital de giro e investimentos da Companhia podem ser verificadas através da alínea ‘b’ e alínea ‘d’ constante ao item 2.1 deste Formulário de Referência.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia conduziu o processo de desinvestimento de ativos não operacionais através de: (i) venda dos ativos da unidade descontinuada de metanol em Benfica (RJ); e (ii) nos termos do plano de recuperação judicial, de alienações de partes do terreno de Benfica (RJ), através das quais a Companhia alienou pelo montante aproximado de R\$60 milhões entre 2019 e 2020. Adicionalmente, em 2022 e 2023, a Companhia alienou mais 3 áreas do terreno de Benfica (RJ) pelo valor total aproximado de R\$71,5 milhões.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos

A administração da Companhia avalia constantemente a evolução dos mercados onde atua e da demanda de seus clientes, visando adequar e atualizar da maneira mais eficiente a sua capacidade instalada, sempre na busca pelo melhor retorno ao investimento realizado e conformidade com as exigências ambientais para atender futuras necessidades de mercado.

Durante o exercício social de 2024, a Companhia continuou investindo em infraestrutura e equipamentos para ampliar o mix de produtos em seu portfólio do segmento aço, com a aquisição de equipamentos e soluções para o fornecimento de estruturas com valor agregado.

2.10 Planos de negócios

c) novos produtos e serviços

A administração a Companhia avalia constantemente a evolução dos mercados onde atua e da demanda de seus clientes em diversos setores, visando adequar e atualizar a oferta de produtos e serviços de acordo com as necessidades e oportunidades de mercado, em consonância com sua estratégia de buscar crescimento e diversificação.

Durante o exercício social de 2024, a Companhia continuou investindo em infraestrutura e equipamentos para ampliar o mix de produtos em seu portfólio do segmento aço, com a aquisição de equipamentos e soluções para o fornecimento de estruturas com valor agregado.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2024, a Companhia se estruturou para atender o mercado fotovoltaico, buscando diversificar seu portfólio. Ao longo do exercício de 2024 as vendas do segmento aço destinadas a este mercado somaram aproximadamente 10% das vendas totais.

Em paralelo, a Companhia segue administrando os temas relacionados a questões ASG de maior materialidade para os setores de sua atuação, com o compromisso de seguir aprimorando o monitoramento de seus indicadores, visando a evolução constante de sua agenda.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia entende que as seguintes informações merecem destaque:

a) Em 24 julho de 2013, a Companhia e suas controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (em conjunto, as "Recuperandas") apresentaram Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de novembro de 2013 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 2013. O PRJ foi aditado, conforme deliberação dos credores em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de outubro de 2016 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 16 de novembro de 2016, o que foi informado ao mercado em geral e aos acionistas da Companhia através de Fato Relevante divulgado em 18 de novembro de 2016. Em 20 de dezembro de 2019, o Administrador Judicial reconheceu o cumprimento substancial e regular das obrigações estabelecidas no aditivo ao Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas. Em 04 de fevereiro de 2020 o Ministério Público apresentou parecer favorável ao encerramento do processo de recuperação judicial. Em 12 de novembro de 2020, foi disponibilizada nos autos do processo de Recuperação Judicial sentença declarando o cumprimento das obrigações previstas no PRJ e seu respectivo aditivo durante o período de inspeção judicial, de 2 (dois) anos, e declarando o encerramento do processo de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas. Em 31 de agosto de 2021, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia, foi disponibilizada nos autos do referido processo certidão de trânsito em julgado da sentença de encerramento da Recuperação Judicial.

b) Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 5 de agosto de 2021, em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) publicada em 14 de maio de 2021, na qual restou definido, em repercussão geral, que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal, as sociedades controladas GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulares S.A. ("Controladas") tiveram seu resultado positivamente impactado (apesar de não serem parte diretamente do referido julgado), com o reconhecimento de, aproximadamente, R\$ 68,6 milhões de créditos tributários sendo, aproximadamente, R\$ 35,8 milhões de principal e R\$ 32,8 milhões de atualização monetária.

Destaca-se que o montante *supra* indicado foi contabilizado e refletido nas demonstrações financeiras das Controladas e da Companhia dos dois primeiros trimestres de 2021 e que tais créditos são principalmente compensados com débitos tributários federais, esperando-se que sejam consumidos dentro do período de um ano.

c) Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 31 de janeiro de 2022, a controlada GPC Química S.A. ("GPC Química") celebrou acordo comercial para, após a satisfação de condição precedente, alienar determinados imóveis de sua propriedade, não explorados no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, pelo montante total de R\$ 60 milhões.

Adicionalmente, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 4 de maio de 2022, em referência ao Fato Relevante divulgado em 31 de janeiro de 2022, a controlada GPC Química, após satisfazer a condição precedente estabelecida em acordo comercial celebrado, concluiu a alienação de determinados imóveis de sua propriedade para a DF3 Empreendimentos S.A., sociedade integralmente controlada por ICSTI RIO TERMINAL 1 S.A. Com isso, a Companhia conclui mais uma etapa de seu plano de monetização de ativos não operacionais.

d) Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 3 de abril de 2023, a GPC Química S.A. celebrou acordo comercial para, após a satisfação de condição precedente, alienar a área de sua propriedade não explorada no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Em 26 de junho de 2023, a GPC Química concluiu a alienação no valor total de R\$ 11,5 milhões.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução da CVM n.º 480, de 1º de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Assim, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções e estimativas até o momento, optou-se por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve riscos significativos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os fatores de risco mencionados abaixo, e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou valor de mercado de seus valores mobiliários podem ser afetados de maneira adversa, seja por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, seja pelas informações contidas neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia pode diminuir em razão de qualquer desses ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores podem perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os fatores de risco descritos abaixo são aqueles que a Companhia tem conhecimento e que acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia desconhece ou que atualmente considera irrelevantes também podem afetá-la de forma adversa.

Para os fins deste item, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter, causará ou terá um "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia significa que tal risco, incerteza ou problema pode afetar adversa e materialmente as atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou valor de mercado de seus valores mobiliários. Expressões similares incluídas neste item devem ser compreendidas nesse contexto.

Os termos "nós", "nossa", "Companhia" ou "Dexxos Participações", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, à Dexxos Participações S.A. e suas controladas GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A., em conjunto, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

a) Com relação à Companhia

Acontecimentos decorrentes da pandemia do COVID-19 podem afetar adversamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou estado de pandemia como consequência da disseminação global do SARS-CoV-2 (coronavírus causador do COVID-19). A pandemia do COVID-19 tem sido responsável por uma série de fatalidades ao redor do mundo, incluindo o Brasil, além de ter compelido governos de diversas jurisdições, incluindo, de forma geral, estados e municípios brasileiros, a adotar políticas e medidas sanitárias para controlar a propagação da doença, como quarentenas, lockdowns, restrições a viagens e transportes públicos e fechamento prolongado de pontos comerciais e de trabalho. Essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral e impactaram a atividade econômica mundial, incluindo a brasileira, com a redução ou suspensão das operações de empresas de diversos setores, redução expressiva do consumo e aumento do desemprego em uma série de jurisdições.

O nível de endividamento da Companhia pode afetar adversamente sua capacidade de financiar suas atividades, refinanciar seu endividamento existente ou reagir a mudanças macroeconômicas ou setoriais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em 31 de dezembro de 2024, a Dívida Bruta da Companhia – correspondente ao resultado da soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos, antecipação de recebíveis, parcelamento de imposto, fornecedores concursais e passivos de arrendamento – era de R\$ 363,6 milhões. O nível de endividamento da Companhia pode resultar em consequências negativas e relevantes, incluindo (i) necessidade de alocação, pela Companhia, de recursos significativos de seu caixa operacional para honrar suas obrigações financeiras, o que pode reduzir o caixa disponível para financiar suas atividades e futuros investimentos, incluindo aquisições estratégicas e/ou exploração de novas oportunidades de negócios; (ii) aumento da vulnerabilidade da Companhia a desacelerações ou outras mudanças adversas nas condições econômicas ou setoriais; (iii) limitação da capacidade de planejamento da Companhia e/ou redução de sua capacidade de reação a mudanças no ambiente econômico, de negócios, setoriais, competitivas e/ou regulatórias; (iv) limitação da capacidade da Companhia de captar recursos adicionais no futuro e/ou aumento de seu custo de capital; e (v) desvantagem competitiva da Companhia em relação a seus concorrentes que tenham um menor nível de endividamento.

A Companhia pode contrair financiamentos adicionais no futuro, onerando em garantia uma parcela substancial de seus ativos, o que pode potencializar os correspondentes riscos a que está atualmente exposta. Além disso, caso uma parcela substancial dos ativos da Companhia esteja onerada em favor de determinados credores, a Companhia pode não dispor de ativos suficientes para satisfazer integralmente os créditos de eventuais credores quirografários em caso de sua insolvência, falência ou liquidação.

Adicionalmente, qualquer rebaixamento da classificação de risco da Companhia (*rating*) pode afetar adversamente sua capacidade de contrair financiamentos no futuro ou o custo para sua contratação, o que pode dificultar ou encarecer o financiamento de suas operações ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras e, consequentemente, afetar sua situação financeira e resultados operacionais. Além disso, a classificação de risco da Companhia é sensível à classificação de risco do Brasil. Para mais informações sobre o risco de rebaixamento da classificação de risco do Brasil, veja neste item 4.1, alínea (j) — "Qualquer rebaixamento da classificação de risco do Brasil (*rating*) pode afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia." Para mais informações, ver Seção 10.1, alínea (f.), item (iv) deste Formulário de Referência.

A perda de membros da alta administração da Companhia ou seu insucesso em atrair e reter pessoal qualificado pode ter um efeito adverso para a Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende, em larga escala, do desempenho de sua alta administração. O sucesso e crescimento futuros da Companhia estão diretamente associados à sua capacidade de manter os atuais membros de sua alta administração, assim como atrair e reter novos profissionais qualificados. O setor de atuação da Companhia é altamente competitivo e a Companhia não pode garantir que terá sucesso em manter os membros de sua alta administração ou atrair e reter pessoal qualificado. A perda de qualquer membro da alta administração da Companhia ou seu insucesso em atrair e reter outros profissionais qualificados pode ter um efeito adverso à Companhia.

Incêndios, desastres naturais e outros acidentes, incluindo os além do controle da Companhia, podem afetar adversamente seus negócios e resultar em perda de receita ou despesas mais elevadas.

Qualquer interferência grave em qualquer dos imóveis utilizados ou investidos pela Companhia, incluindo nas instalações industriais neles localizadas, decorrente de incêndio, desastres naturais ou outros acidentes graves, incluindo em razão de fatores fora do controle da Companhia, pode prejudicar sua capacidade de, entre outros efeitos adversos, utilizar tais imóveis e instalações e, consequentemente, ter um efeito material adverso em suas operações e receitas e aumentar seus custos e despesas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Acidentes de grande magnitude, desastres naturais ou outras interferências graves em qualquer dos imóveis e/ou instalações industriais utilizados pela Companhia podem prejudicar sua capacidade de produção, resultar em interferências significativas em suas operações, importar em custos significativos à Companhia para realocar ou restabelecer as correspondentes operações, resultar em disputas legais, reclamações e custos associados e, consequentemente, impactar negativamente sua condição financeira e seus resultados operacionais. Além disso, incidentes como esses normalmente recebem ampla cobertura da mídia, o que pode impactar de forma negativa e significativa a reputação e imagem da Companhia. É possível que os seguros contratados pela Companhia não sejam suficientes para compensar adequadamente por todos os danos diretos e indiretos que a Companhia venha a incorrer como resultado de desastres naturais e outros acidentes.

O imóvel onde está localizada a unidade industrial do Rio de Janeiro da Apolo Tubos é alugado. Caso a Apolo Tubos não seja capaz de manter ou renovar o contrato de locação ou de celebrar novo contrato ou renová-lo em condições que sejam comercialmente adequadas, a Companhia pode ser adversamente afetada.

A unidade industrial da Apolo Tubos no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro está instalada em um imóvel alugado. Caso não seja capaz de (i) manter o contrato de locação; (ii) celebrar novo contrato; ou (iii) renová-lo em condições que entenda serem adequadas, a Apolo Tubos pode ter suas atividades adversamente impactada, em razão de (a) custos decorrentes da realocação de operações; e (b) perda e/ou diminuição de receita, incluindo se não for capaz de localizar imóvel substituto adequado para sua unidade industrial e/ou se demorar para localizá-lo ou se localizá-lo a preços elevados. Nesses casos, a situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A materialização de riscos não cobertos pelas apólices de seguro pode afetar a Companhia adversamente.

Não há como garantir que as apólices de seguro da Companhia serão adequadas ou suficientes para protegê-la contra todos os riscos a que está exposta. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que será capaz de manter suas apólices de seguro, renová-las a preços comercialmente razoáveis ou em termos que entenda ser adequados e/ou contratá-las junto às mesmas seguradoras ou seguradores similares com as quais atualmente contrata. Além disso, a Companhia está sujeita a riscos para os quais não conta com seguro, como guerra, furacões e outros eventos de força maior ou caso fortuito. A ocorrência de uma perda significativa que não esteja coberta por apólice de seguro, não seja indenizável ou seja parcialmente indenizável pode exigir que a Companhia comprometa recursos expressivos para cobrir tais perdas, o que pode afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais.

Os controles internos da Companhia podem não ser suficientes para prevenir ou detectar violações da legislação aplicável ou das políticas internas por seus administradores, empregados e fornecedores, incluindo violações de leis e regulamentos de prevenção e combate à fraude, corrupção, suborno, lavagem de dinheiro e infrações à concorrência. Violações ou alegações e investigações de violações de tais leis podem prejudicar a reputação da Companhia e resultar em um efeito material adverso em seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia, suas partes relacionadas e outras pessoas jurídicas nas quais investe estão sujeitas a leis e regulamentos de prevenção e combate à corrupção, fraudes e suborno, tais como, a título exemplificativo, a Lei n° 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, que dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, a Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei n.º 12.529/12 (Lei de Defesa da Concorrência), a Lei n.º 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), assim como outras normas relacionadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir que seus controles internos e procedimentos de conformidade serão suficientes para prevenir ou detectar todas as condutas inapropriadas, fraudes ou violações da legislação aplicável ou políticas internas da Companhia por seus empregados, administradores, fornecedores e outros agentes, partes relacionadas e investidas ou assegurar que todos atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita.

Falhas em observar a Lei Anticorrupção, qualquer outra lei ou regulamento aplicável de combate à corrupção ou qualquer política interna relevante da Companhia, ou alegações ou investigações de possível conduta inapropriada envolvendo, em qualquer caso, a Companhia, suas partes relacionadas e outros acionistas, sociedades controladas, sob controle comum ou investidas ou qualquer de seus respectivos empregados, particularmente qualquer membro da alta administração, acionistas, sociedades controladas, sob controle comum ou investidas, fornecedores ou outros agentes podem resultar em penalidades, multas, sanções, perda de licenças de funcionamento ou danos significativos à reputação da Companhia, o que pode afetá-la material e adversamente.

A Companhia não pode prever se qualquer de seus atuais acionistas acionistas ou acionistas que desinvestiram na Companhia, sociedades controladas, sob controle comum ou investidas ou outras partes relacionadas ou associadas à Companhia enfrentarão investigações formais ou se serão responsabilizados com relação à prática de qualquer conduta inapropriada associada a qualquer questão relacionada a leis e/ou regulamentos aplicáveis de combate à corrupção, o que pode prejudicar a reputação da Companhia, afetando adversamente e materialmente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Interrupções inesperadas nos equipamentos da Companhia podem gerar redução ou paralisação da produção.

Interrupções inesperadas no processo produtivo das principais plantas industriais da Companhia podem aumentar seus custos de produção e reduzir suas receitas e suas margens. Essas interrupções podem advir de (i) falhas imprevisíveis ou periódicas em equipamentos essenciais ao processo produtivo da Companhia, como parques reatores de resinas, plantas de formol e máquinas de corte e conformação de tubos; (ii) determinação de órgão da administração pública; e/ou (iii) eventos inesperados, como incêndios, explosões ou condições climáticas severas. A Companhia experimentou no passado e pode experimentar no futuro períodos de paralisações ou produção reduzida em suas instalações industriais. Interrupções do processo produtivo da Companhia podem afetar negativamente sua produtividade e seus resultados operacionais. Além disso, qualquer interrupção do processo produtivo pode exigir que a Companhia tenha de dispensar recursos adicionais que podem ser expressivos para remediar o evento que motivou tal interrupção, o que pode reduzir o caixa disponível para o financiamento de suas operações e investimentos. Além disso, longas interrupções no processo produtivo da Companhia podem comprometer sua capacidade de honrar com suas obrigações perante seus clientes, resultando em perdas de negócio e afetando seus negócios, resultados operacionais, operações, fluxos de caixa e situação financeira.

Interrupções ou falhas nos sistemas de informação da Companhia podem resultar em efeitos adversos em suas operações.

As operações da Companhia são altamente dependentes do desempenho de seus sistemas de informação, os quais são essenciais para diversas áreas críticas de suas operações, incluindo: (i) relatórios contábeis e financeiros; (ii) faturamento e cobrança; (iii) codificação e conformidade; (iv) suprimentos; e (v) planejamento e controle de produção. Além disso, a Companhia coleta e armazena informações comerciais proprietárias em seus sistemas, e pode ter acesso a informações confidenciais ou dados pessoais em alguns de seus negócios sujeitos às leis de privacidade e proteção de dados, regulamentos e controles impostos por clientes. Os sistemas de tecnologia da

4.1 Descrição dos fatores de risco

informação da Companhia podem tornar-se vulneráveis a ações externas e estão sujeitos a danos advindos de diferentes fontes, incluindo desastres naturais, falhas nas telecomunicações ou na rede, vírus, ataques cibernéticos e outras falhas de segurança, de modo que as medidas preventivas adotadas pela Companhia para evitar imprevistos que possam afetar seus sistemas de informação podem não ser suficientes.

Quaisquer falhas nos sistemas de informação da Companhia, incluindo ataques cibernéticos externos ou ações internas decorrentes de negligência e/ou má conduta de seus funcionários, podem resultar em interrupções, atrasos ou perda ou corrompimento de informações, incluindo informações contábeis, financeiras e de controle de produção. Indisponibilidades ou interrupções dos sistemas de informação também podem comprometer o sistema de cobrança da Companhia. Os custos para tratar as vulnerabilidades e/ou problemas mencionados anteriormente podem ser significativos e podem afetar as operações da Companhia. Qualquer desses fatores pode ter um efeito material adverso na situação financeira e resultados operacionais da Companhia e prejudicar sua reputação.

Um incidente de segurança cibernética pode resultar em paralisação de suas plantas industriais, divulgação indevida de informações confidenciais ou comprometimento de sistemas críticos de informação da Companhia, o que pode causar potenciais danos a clientes, expor a Companhia a obrigações de indenização de acordo com a legislação brasileira, prejudicar sua reputação e, consequentemente, afetar adversamente seus negócios.

A Companhia coleta e armazena em suas redes informações sensíveis, incluindo dados pessoais de clientes, colaboradores e terceiros em seus sistemas, informações sobre propriedade intelectual e informações privadas sobre seus negócios.

A manutenção segura dessas informações e da tecnologia é fundamental para as operações da Companhia. Ameaças de pessoas ou grupos mal-intencionados, novas vulnerabilidades e novos e avançados ataques a sistemas de informação resultam em riscos de incidentes de segurança cibernética, os quais têm se tornado cada vez mais sofisticados e difusos.

Não há garantias de que a Companhia não estará sujeita a incidentes de segurança cibernética que contornem suas medidas de segurança, impactem sua integridade, sua disponibilidade ou o sigilo de informações pessoais de seus clientes ou outras informações sujeitas às leis de sigilo, ou interfiram em seus sistemas de informação, dispositivos ou negócios.

À medida que ameaças cibernéticas continuem a evoluir, a Companhia pode ter de despender recursos adicionais significativos para continuar modificando ou aprimorando suas medidas de proteção e/ou investigando e remediando qualquer vulnerabilidade de segurança cibernética.

A ocorrência de qualquer desses eventos pode resultar em (i) danos a clientes; (ii) interrupções e atrasos nos negócios; (iii) perda, apropriação indevida, corrompimento ou acesso não autorizado a informações; (iv) litígio e potencial responsabilização de acordo com a legislação brasileira aplicável, incluindo as relativas à privacidade, segurança e defesa do consumidor; e (v) dano reputacional, o que pode ter um efeito material adverso na situação financeira e resultados operacionais da Companhia e prejudicar sua reputação.

Os negócios, práticas e políticas da Companhia estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podem ser adversamente afetados pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, (Lei Geral de Proteção de Dados) ("LGPD"), em vigor desde 18 de setembro de 2020, regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e estabelece os princípios a serem observados por todos os setores da economia nas

4.1 Descrição dos fatores de risco

operações de tratamento de dados pessoais, independentemente da forma como o dado pessoal é coletado (ambiente eletrônico ou físico).

A LGPD estabelece direitos aos titulares de dados pessoais, hipóteses legais para o tratamento de dados pessoais, requisitos para obtenção de consentimento, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos de dados e a transferências internacionais de dados. Ainda, a LGPD prevê sanções administrativas (vigentes desde 1º de agosto de 2021, em razão da Lei n.º 14.010/2020) para o descumprimento de suas disposições, a serem aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD").

Em relação às sanções administrativas, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, estará sujeita, de forma isolada ou cumulativa, à (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) multa de até 2% do faturamento (excluídos os tributos) da sociedade infratora, do seu grupo ou conglomerado no Brasil, conforme apurado no mais recente exercício social, limitada a R\$50,0 milhões por violação; (iii) multa diária, limitada a R\$50,0 milhões por violação; (iv) divulgação da violação; (v) bloqueio ou eliminação dos dados pessoais a que se refere a violação; (vi) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a violação por até seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pela sociedade infratora; (vii) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração por até seis meses, prorrogável por igual período; e (viii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Além das sanções administrativas previstas na LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados pessoais atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que eventualmente causar, bem como por aqueles eventualmente causados por quaisquer de suas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações da LGPD.

Considerando o tratamento de dados pessoais pela Companhia, esta pode estar vulnerável a falhas na proteção dos dados pessoais, como vazamento de dados pessoais e outras informações, o que, de acordo com a LGPD, constituiria uma violação às suas disposições, consequentemente, sujeitando a Companhia a sanções administrativas (financeiras ou não) previstas na LGPD e nas demais leis vigentes aplicáveis à Companhia, prejudicando os resultados da Companhia e a sua reputação.

Os acionistas da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, calculado e ajustado nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como a Companhia, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral de acionistas que tal distribuição é incompatível com a

4.1 Descrição dos fatores de risco

situação financeira da Companhia. Na hipótese da ocorrência desses eventos, os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

A Companhia está sujeita a determinadas regras da legislação tributária em razão da inscrição de débitos fiscais em programas específicos de parcelamentos divulgados pelas autoridades tributárias. Caso a Companhia deixe de cumprir quaisquer dessas regras, os programas poderão ser rescindidos e os benefícios decorrentes deles cancelados.

A Companhia está inscrita em programas de parcelamento instituídos pelas autoridades fiscais competentes, referentes a débitos de tributos federais e estaduais, conforme descrito no item 4.7 deste Formulário de Referência.

Os programas de parcelamento fiscal aos quais a Companhia aderiu estabelecem como condição o cumprimento de determinados requisitos, inclusive em relação à regularidade do pagamento dos débitos sujeitos aos parcelamentos. Caso a Companhia não cumpra com as regras estabelecidas, os programas poderão ser rescindidos e os respectivos benefícios e descontos cancelados. O eventual inadimplemento poderá ocasionar também a imediata exigibilidade do valor remanescente do débito, com incidência dos acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, o que pode impactar os resultados operacionais e/ou financeiros da Companhia.

Decisões desfavoráveis à Companhia em procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais podem afetá-la negativamente.

A Companhia é parte de diversos procedimentos judiciais e administrativos de natureza cível, ambiental, tributária, previdenciária e trabalhista, com alguns envolvendo obrigações e/ou montantes relevantes. Além disso, a Companhia pode se envolver no futuro em novos e relevantes procedimentos judiciais, administrativos e arbitrais. A Companhia não pode prever os respectivos resultados finais, que podem ser desfavoráveis aos seus interesses.

De acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, a Companhia constitui provisões contábeis apenas para procedimentos que apresentam probabilidade de perda provável. A Companhia não pode garantir que terá provisões para cobrir total ou parcialmente as perdas decorrentes de seus procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais. Decisões desfavoráveis aos interesses da Companhia que a impossibilitem de conduzir seus negócios na forma inicialmente planejada ou que eventualmente determinem desembolsos de montantes substanciais que não estejam adequadamente provisionados podem ter um efeito adverso nos negócios e situação financeira da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia e determinadas controladas são partes em Termos de Ajustamento de Conduta perante o Ministério Público do Trabalho. Em caso de descumprimento das obrigações firmadas, a Companhia e determinadas controladas poderão ser condenadas ao pagamento de multas pelo descumprimento das obrigações, o que poderá ocasionar efeito adverso nos negócios e situação financeira da Companhia. Para mais informações sobre Termos de Ajustamento de Conduta, ver item 4.7 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As existentes e potenciais novas ações legais podem demandar atenção da administração da Companhia, custos adicionais para sua defesa e, em determinadas situações, a constituição de provisões que podem afetar seus resultados financeiros. Além disso, a Companhia pode ter que constituir provisões contábeis para contingências judiciais em razão de outras questões, obrigando-a a dispor de recursos significativos. Decisões desfavoráveis aos interesses da Companhia em qualquer dos procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais dos quais seja parte podem afetá-la negativamente. Para mais informações sobre os procedimentos judiciais e/ou administrativos relevantes da Companhia, veja itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia poderá não ser capaz de executar com sucesso seu plano de negócios

A habilidade da Companhia em implementar seu plano de negócios, cujas principais iniciativas envolvem o crescimento e expansão da Companhia, depende de uma série de fatores, dentre os quais a capacidade da Companhia de identificar, avaliar e concluir novos investimentos, ou mesmo investir em ativos que não tenham o sucesso e/ou retorno esperados. Poderão, ainda, ocorrer problemas na estruturação e execução de tais investimentos. Caso a Companhia seja incapaz de implementar seu plano de negócios, seus resultados podem ser adversamente afetados, gerando baixos retornos ou perdas e, assim, prejudicando sua capacidade de gerar valor no longo prazo para seus acionistas.

Esses riscos poderão ser causados por diversos fatores, incluindo:

- a realização de investimentos que não contribuam para as estratégias de crescimento ou de geração de receita da Companhia;
- pagamento superior ao valor justo dos negócios em que a Companhia pretenda investir;
- a falha na identificação de todos os passivos, incluindo passivos contingentes, dos ativos imobiliários e empresas nas quais a Companhia venha a investir, tais como contingências civis, fiscais, ambientais, trabalhistas e previdenciárias e passivos resultantes de má conduta no passado, durante o processo de auditoria (*due diligence*) a ser conduzido;
- a insuficiência de recursos necessários disponíveis para executar o plano de negócios conforme planejado; e
- incapacidade de obter financiamento ou financiamento em condições favoráveis, ou de concluir os investimentos nas condições conforme previstas ou que atendam as expectativas de retorno da Companhia;

O mapeamento impreciso ou incorreto dos riscos acima poderá afetar a capacidade da Companhia de ter sucesso em seu plano de negócios.

Para maiores informações sobre o plano de negócios, consulte o item 2 deste Formulário de Referência.

Novos entrantes internacionais e verticalização de produção

A maior competitividade do mercado de aço global e a atratividade do setor de painéis de madeiras no Brasil pode suscitar a entrada de novos produtores internacionais e com maior escala, acirrando a concorrência e competitividade nos mercados de atuação, impactando o desempenho de vendas da Companhia nos segmentos químico e aço. Adicionalmente, a possibilidade de verticalização, por parte de siderúrgicas e produtores de painéis de madeira, pode afetar a participação de mercado e a capacidade de crescimento da Companhia.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, que pode não estar disponível, estar em condições desfavoráveis ou desvantajosas ou ser obtido por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, o que pode resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode vir a ter de captar recursos adicionais no futuro, inclusive para fazer frente à sua estratégia de crescimento, que exige um maior volume de recursos, inclusive no que tange a necessidade de capital de giro. A Companhia não pode garantir que suas operações serão suficientes para financiar integralmente sua estratégia de crescimento. Caso a Companhia seja obrigada a buscar recursos nos mercados financeiro e de capitais, eles podem não estar disponíveis, ou estarem disponíveis em condições desfavoráveis ou desvantajosas, o que pode restringir o crescimento e desenvolvimento dos negócios da Companhia e afetar adversamente sua situação financeira e o resultado de suas operações.

A Companhia também pode recorrer a operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de sua emissão. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência de seus acionistas, o que pode resultar na diluição de sua participação no capital social da Companhia.

A Companhia pode apresentar receitas menores em caso de desaceleração de mercado.

A maior parcela de receitas da Companhia advém exclusivamente de suas operações no Brasil, que apresenta condições macroeconômicas desafiadoras com cenário de ciclo de alta nas taxas de juros e baixo crescimento do PIB. O agravamento das condições econômicas e das taxas de emprego no Brasil pode reduzir a produção e demanda dos produtos das Controladas da Companhia e, consequentemente, afetar adversamente e materialmente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

b) Com relação ao controlador da Companhia

A Companhia não tem acionista controlador, nem grupo de controle definido.

c) Com relação aos acionistas da Companhia

Os acionistas da Companhia poderão tomar decisões de desinvestimento na Companhia a partir de interpretações acerca das mudanças políticas e econômicas no país, bem como no setor de atuação da Companhia, o que pode resultar na desvalorização da cotação das ações de emissão da Companhia.

As mudanças de percepção de acionistas sobre o país e o setor de atuação da Companhia, influenciadas, entre outros motivos, por mudanças político-econômicas no Brasil e de perspectivas quanto às áreas de atuação da Companhia no mundo, podem gerar movimentos de desinvestimento destes acionistas e por consequência gerar oscilações negativas no valor das ações de emissão da Companhia. O investimento ou desinvestimento em ações de emissão da Companhia por investidores relevantes podem levar a um efeito sobre a percepção do valor e do volume negociado das ações de nossa emissão no mercado. Investidores podem vir a estabelecer correlação entre a cotação das ações de nossa emissão e diversos ativos, entre eles, índices, títulos públicos ou outros investimentos de renda fixa ou variável, podendo a volatilidade desses ativos também impactar a cotação das ações de nossa emissão.

d) Com relação a controlada e coligadas da Companhia

Eventual processo de insolvência da Companhia ou de qualquer das sociedades nas quais detém participação pode ser conduzido em bases consolidadas.

Eventual processo de insolvência da Companhia e/ou de qualquer das sociedades nas quais detém participação pode, em determinadas situações, ser conduzido como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso ocorra, os acionistas da Companhia

4.1 Descrição dos fatores de risco

poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores das sociedades nas quais detém participação.

e) Com relação aos fornecedores

A Companhia é altamente depende de serviços públicos, em especial os de fornecimento de água, energia elétrica e bombeiros, bem como de investimentos públicos em infraestrutura, principalmente em transporte terrestre rodoviário. Qualquer diminuição ou interrupção desses serviços ou redução dos investimentos públicos na manutenção e melhoria da malha rodoviária pode causar dificuldades na operação dos polos industriais e demais propriedades da Companhia e, consequentemente, afetar negativamente seus negócios.

Os serviços públicos, em especial os de fornecimento de água, energia elétrica e bombeiros, são fundamentais para o desenvolvimento regular das operações da Companhia. Qualquer diminuição ou interrupção desses serviços pode afetar as atividades da Companhia como todo, obrigando-a a buscar o fornecimento de tais serviços por prestadores de serviços alternativos, que podem não estar disponíveis ou estar disponíveis a custos mais elevados. Como exemplo, caso haja interrupção no fornecimento de energia elétrica, é necessária a contratação de empresas terceirizadas especializadas, o que geralmente representa um gasto adicional elevado para a Companhia e, consequentemente, um aumento significativo em suas despesas operacionais. Desse modo, qualquer interrupção ou redução na prestação dos serviços públicos essenciais à condução dos negócios da Companhia pode gerar efeitos adversos nas operações da Companhia, que, de acordo com a extensão da interrupção ou diminuição desses serviços públicos, pode aumentar expressivamente suas despesas operacionais ou dificultar, reduzir ou mesmo interromper o processo produtivo da Companhia e, consequentemente, afetá-la adversamente.

Adicionalmente, o principal modal de transporte utilizado pela Companhia é o modal rodoviário. A melhoria da infraestrutura de transporte rodoviário ou mesmo a manutenção da malha rodoviária existente é essencial para garantir a entrega de matérias-primas para as operações da Companhia, bem como os produtos para seus clientes. A piora na qualidade da malha rodoviária brasileira ou interrupções no tráfego poderá dificultar as entregas dos produtos aos clientes, aumento de acidentes no transporte ou mesmo inviabilizar a estrutura logística de entregas da Companhia, o que pode afetar negativamente as atividades da Companhia, causando um efeito adverso relevante nas receitas da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada em caso de atrasos nas alfândegas.

Diversos insumos que a Companhia utiliza em suas operações são produzidos ou fabricados no exterior e importados por fornecedores que os revendem no mercado brasileiro. Greves nos locais de entrada, como portos, rodovias e aeroportos, atrasos nas alfândegas ou inspeções da Receita Federal do Brasil ou da Polícia Federal podem afetar a disponibilidade de tais insumos, o que pode ter um efeito material adverso nas operações da Companhia.

Aumentos nos preços das matérias-primas ou redução de sua oferta podem afetar negativamente as operações da Companhia.

As matérias-primas utilizadas pela Companhia em suas atividades, tais como metanol, ureia, aço, zinco, melamina e fenol, representaram, nos últimos três anos, cerca de 80% do custo de produção da Companhia. Os preços em questão são determinados por um conjunto de fatores, incluindo preços praticados internacionalmente, além da oferta, demanda e custos de transporte. Assim, a escassez dessas matérias-primas no mercado interno pode afetar adversamente a capacidade de produção da Companhia, assim como aumentos nos preços das matérias-primas podem reduzir as margens de lucro da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Atrasos ou interrupções no fornecimento das matérias primas ou sua escassez podem afetar os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Diversas matérias primas utilizadas pela Companhia em suas atividades, como, por exemplo, metanol, ureia, aço e zinco, por sua complexidade e sofisticação, são produzidas, fabricadas e distribuídas por um número limitado de fornecedores nacionais e internacionais. Atrasos ou interrupções do fornecimento de tais matérias primas podem comprometer o processo produtivo da Companhia e consequentemente sua capacidade de honrar com suas obrigações perante seus clientes, além de aumentar seus custos de produção por ociosidade de suas plantas industriais. Além disso, um aumento significativo da demanda por determinadas matérias primas pode resultar em sua escassez e/ou em aumentos significativos de seus preços, aumentando, consequentemente, os custos com matérias primas da Companhia. Qualquer desses fatores pode afetar adversamente as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

f) Com relação aos clientes

A Companhia está sujeita ao risco de inadimplemento de seus clientes.

A Companhia está sujeita ao risco de descumprimento, por seus clientes, de suas obrigações contratuais, incluindo suas obrigações pecuniárias. Caso não seja capaz de avaliar adequadamente o risco de inadimplemento de seus clientes, a Companhia pode sofrer com um aumento dos níveis de inadimplemento por parte de seus clientes, o que pode afetar sua condição financeira e seus resultados operacionais.

g) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

As atividades da Companhia estão sujeitas a extensa regulamentação, o que pode implicar maiores despesas ou obstrução de produção, de modo a afetar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia depende de autorizações e licenças emitidas pelo Poder Público para o desenvolvimento de suas atividades. A obtenção dessas licenças e autorizações está sujeita à outorga pelas autoridades governamentais competentes e à fiscalização de órgãos governamentais, tais como Ibama, Prefeituras, Corpo de Bombeiros e Polícia Federal, no que diz respeito à operação das instalações industriais da Companhia, uso do solo, proteção do meio-ambiente, tributação, dentre outros, que afetam as atividades de produção e certas negociações com clientes. Além disso, para o processo de licenciamento das instalações industriais da Companhia, que podem gerar impactos ambientais, é obrigatória a realização de investimentos e ações para compensar esses impactos, além de obrigar a Companhia a informar periodicamente o cumprimento de padrões de segurança ambiental e eventuais condicionantes estabelecidos pelos órgãos ambientais competentes.

A Companhia é obrigada a manter e renovar de tempos em tempos licenças e autorizações de diversas autoridades governamentais para desenvolver seus negócios. A Companhia não pode assegurar que estará sempre em conformidade com essas licenças e autorizações, nem que terá sucesso em manter, renovar ou obter quaisquer licenças e autorizações exigidas no futuro e/ou no prazo devido.

A falta ou o atraso na obtenção ou renovação de uma dessas autorizações ou licenças em tempo hábil por qualquer razão, inclusive (i) por ação do Ministério Público, (ii) por interrupção ou imposição de restrições ao funcionamento de nossas fábricas por imposição do Poder Público (inclusive em virtude da pandemia do COVID-19), e (iii) pelo não cumprimento de medidas socioambientais compensatórias e condicionantes de licenças, ou a violação ou o não cumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, podem levar à interrupção das atividades das Controladas, bem como à aplicação de outras penalidades e passivos tais como

4.1 Descrição dos fatores de risco

imposição de multas pecuniárias relevantes, ordens de correção (incluindo ordens para investigar e/ou limpar contaminação), interdição ou fechamento de unidades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, embargos e demais restrições às suas atividades, além de outras penalidades civis e criminais, que poderão nos afetar adversamente.

Em razão dessas penalidades, a Companhia pode sofrer atrasos e aumento de custos na implantação de novas instalações e/ou na manutenção e operação das atuais instalações, o que também pode causar um impacto adverso relevante sobre sua capacidade operacional e de geração de caixa.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita ao aumento de alíquotas existentes, à criação de novos tributos e à modificação do regime de tributação, assim como a mudanças na interpretação por autoridades fiscais da aplicabilidade sobre nossas operações de tributos e regimes de tributação. Tais alterações podem afetar nossa tributação e possíveis benefícios tributários, inclusive aqueles decorrentes da distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

A natureza dos negócios desenvolvidos pela Companhia é sensível a fortes intervenções governamentais ou legislativas que podem restringir as atividades de produção. Adicionalmente, o Poder Público pode editar novas normas mais rigorosas, adotar ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode acarretar no aumento de nossos custos para nos adequarmos a estas novas regras ou interpretações ou a abdicar de receitas e benefícios. Qualquer mudança nesse sentido por parte do Poder Público poderá afetar de maneira negativa os negócios e operações da Companhia, resultando em um efeito adverso sobre seus resultados. Como exemplo disso, temos os impactos observados pela Companhia, quando do anúncio da medida adotada pelos Estados Unidos da América, através da Seção 232 do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, que atingiu as indústrias de aço brasileiras pela aplicação das tarifas e cotas de importação existentes no dispositivo, ao atribuir limites ao volume de importação de aço proveniente do Brasil, ocasionando reflexos no plano de exportações da Apolo Tubulares S.A. e, consequentemente, afetando os negócios da Companhia, conforme descrito no item 1.8 deste Formulário de Referência.

h) Com relação aos países estrangeiros nos quais a Companhia atua

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não atua de forma relevante em países estrangeiros, razão pela qual entende não estar a quaisquer riscos relevantes relacionados. Contudo, a Companhia possui vendas direcionadas ao exterior, conforme descrito no item 1.7 deste Formulário de Referência.

i) Com relação a questões socioambientais

A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar na obrigação da Companhia de reparação de danos ambientais, na imposição de sanções administrativas e penais e/ou em danos reputacionais.

As atividades da Companhia estão sujeitas a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à conservação e proteção do meio ambiente. Dentre outras obrigações, a Companhia deve obter licenças ambientais e/ou dispensas formais de licenciamento para algumas de suas atividades, bem como deve observar normas relacionadas a padrões para o descarte de efluentes, controle de odores, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, utilização de produtos químicos controlados, exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas, uso de água e gerenciamento ambiental de áreas contaminadas.

A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar na obrigação de a Companhia reparar danos ambientais na esfera cível e sujeitá-la a sanções de natureza penal e administrativa (tanto a Companhia quanto seus administradores), o que pode afetar adversamente sua

4.1 Descrição dos fatores de risco

disponibilidade de caixa, sua imagem e reputação e seus resultados operacionais. Caso a legislação ambiental brasileira se torne mais rigorosa, a Companhia pode ser obrigada a despender recursos não previstos para adequar-se às regras impostas, o que poderá afetar sua disponibilidade de recursos, resultando, consequentemente, em um impacto adverso no resultado financeiro da Companhia.

Adicionalmente, a legislação ambiental também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, podendo atribuir responsabilidade pessoal aos administradores e eventualmente a acionistas para viabilizar o resarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, a Companhia, seus acionistas e administradores poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental.

Os negócios da Companhia estão sujeitos a incidentes ambientais, de saúde, segurança e direitos humanos.

A viabilidade do negócio da Companhia está intrinsecamente ligada ao bem-estar do meio ambiente, dos trabalhadores e das comunidades em que atua. As atividades da Companhia envolvem o uso, manuseio, armazenamento, descarte e disposição de substâncias perigosas no meio ambiente e o uso de recursos naturais, resultando em riscos significativos e potenciais impactos adversos às pessoas e ao meio ambiente, incluindo incêndio, explosão, vazamentos de gases tóxicos, derramamento ou infiltrações de substâncias poluentes ou outros materiais perigosos, bem como atividades envolvendo equipamentos móveis, veículos ou maquinários e outros incidentes e acidentes potencialmente fatais. Podem ocorrer incidentes devido a deficiências na identificação e avaliação de riscos ou na implementação de uma gestão de riscos robusta e, uma vez que esses riscos se materializam, eles podem resultar em impactos ambientais e sociais significativos, violações de direitos humanos, danos a ou destruição de instalações de produção, ferimentos, doença e mortes, envolvendo empregados, prestadores de serviços ou membros da comunidade circunvizinha às operações, bem como atrasos na produção, prejuízos financeiros e possível responsabilidade civil. Além disso, os empregados da Companhia podem estar expostos a doenças tropicais e contagiosas que podem afetar sua saúde e segurança. Não obstante as normas, políticas, controles e procedimentos de monitoramento da Companhia, suas operações permanecem sujeitas a incidentes ou acidentes, que podem afetar de maneira adversa seus negócios, suas partes interessadas, sua reputação ou os direitos humanos.

Parte das atividades que a Companhia exerce depende de licenças e autorizações ambientais e a não obtenção ou a obtenção intempestiva de tais licenças e autorizações pode afetar as atividades da Companhia

Algumas atividades desenvolvidas pela Companhia dependem de licenças e autorizações ambientais. A Companhia está em processo de renovação de parte dessas licenças e autorizações e deixou de observar o termo legal para apresentação de certos pedidos de renovação. Dessa forma, é possível que ocorra exercício de atividades sem as respectivas licenças ou autorizações, o que inclui o exercício de atividades com base em protocolos de renovação intempestivos, podendo resultar na aplicação de multas, outras sanções administrativas e sanções criminais. Além disso, a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças e autorizações necessárias para sua operação. As atividades da Companhia podem ser afetadas caso ocorra a impossibilidade de operação de suas atividades, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Eventual descumprimento das condicionantes de licenças e autorizações ambientais pode afetar as atividades da Companhia

A obtenção de licenças e autorizações ambientais para determinadas atividades da Companhia, das quais sejam esperados impactos ambientais relevantes, incluindo a Licença de Operação – LO, podem exigir o atendimento de condicionantes complexas e onerosas para a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A impossibilidade da Companhia em atender às exigências técnicas (condicionantes) estabelecidas por tais órgãos ambientais nas licenças e/ou autorizações ambientais poderão resultar na aplicação de multas, outras sanções administrativas e sanções criminais, podendo prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, o desenvolvimento das atividades da Companhia, resultando, consequentemente, em um impacto adverso no resultado financeiro da Companhia.

A escassez de recursos naturais e de energia pode afetar as operações da Companhia.

A escassez de recursos naturais como água e de energia, incluindo em decorrência de alterações climáticas associadas ao aquecimento global e à atuação do homem sobre o meio ambiente, pode impactar as operações da Companhia, que dependem amplamente de tais recursos e de energia. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo de tais recursos e de geração de energia. Adicionalmente, assim como ocorre para o mercado em geral, as cadeias produtivas das indústrias de energia e de recursos hídricos, incluindo as geradoras, distribuidoras e comercializadoras de energia e as distribuidoras de água, também estão sujeitas a esses e outros fatores, como, por exemplo, insolvência, falência e liquidação, o que pode aumentar a exposição da Companhia a riscos de contrapartes. Caso qualquer desses fatores ocorra, as operações da Companhia podem ser materialmente impactadas.

O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos e eventuais acidentes relacionados a descarte de resíduos podem resultar em multas e indenizações significativas pela Companhia e afetar sua imagem e reputação.

As instalações da Companhia geram resíduos potencialmente danosos, que necessitam de tratamento e descarte adequados. Esse processo de descarte de resíduos está sujeito à fiscalização dos órgãos ambientais competentes. A Companhia pode sofrer multas e sanções na esfera administrativa, por conta do descumprimento da legislação ambiental relacionada ao descarte de resíduos. Além disso, o descarte não adequado desses resíduos pode resultar em consequências para a Companhia, seus administradores ou prepostos também na esfera penal, caso resulte em um eventual acidente que venha a causar contaminação do meio ambiente e afete o bem-estar da população, sem prejuízo da responsabilidade pela reparação do dano causado na esfera cível e do comprometimento de sua imagem e reputação. Como o processo de descarte de resíduos está sujeito à fiscalização dos órgãos ambientais competentes, caso a Companhia deixe de observar os requisitos legais, elas podem sofrer autuações e multas, potencialmente impactando a sua obtenção das autorizações necessárias à condução de suas atividades.

Nesse sentido, a GPC Química, controlada da Companhia, encontra-se em processo de gerenciamento de áreas contaminadas em decorrência de episódio de contaminação no seu imóvel localizado à Avenida Brasil, n.º 3.666, parte, Benfica, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Nos termos da Licença Ambiental de Recuperação n.º IN003547 ("LAR"), a GPC Química se comprometeu a, dentre outras condições, realizar ações para limpeza, monitoramento e remediação do solo e da água subterrânea, bem como a tomar medidas de controle ambiental, como se abster de captar e utilizar águas subterrâneas e de lançar resíduos não tratados em corpos d'água. O não cumprimento das condições estabelecidas pela LAR pode sujeitar a GPC Química às sanções previstas na Lei Federal n.º 9.605/1998 e na Lei Estadual n.º 3.467/2000 e ao cancelamento da LAR.

Preocupações crescentes com as mudanças climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento dessas regulações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Preocupações crescentes por parte dos governos com relação a mudanças climáticas podem resultar na imposição de regulamentações ambientais mais restritivas e consequentemente, na imposição de custos associados ao controle de emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"). Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

j) Com relação a fatores macroeconômicos

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de valores mobiliários brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações de emissão da Companhia, com frequência envolve um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissoras em outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. O mercado de valores mobiliários do Brasil é substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil em comparação aos grandes mercados de valores mobiliários internacionais. Tais características de mercado podem limitar de forma significativa a capacidade dos nossos acionistas de vender ações de nossa emissão de que sejam titulares pelo preço e no momento em que desejarem, o que pode afetar de forma significativa o preço de mercado das ações de nossa emissão. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido ou mantido, o preço de negociação das ações de nossa emissão pode ser negativamente impactado. Além disso, o preço das ações distribuídas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após sua realização. O preço de mercado de nossas ações pode variar significativamente como resultado de vários fatores, muitos dos quais estão fora de nosso controle. O ingresso ou saída das ações de emissão da Companhia em índices de ações pode resultar em variações substanciais na participação de fundos passivos no capital da Companhia, através da aquisição ou venda de ações de nossa emissão. Movimentos relevantes de aquisição ou venda de ações de emissão da Companhia podem afetar de forma significativa o preço de mercado das ações de nossa emissão.

Pandemias, epidemias ou surtos de doenças infecciosas, como o COVID-19, podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão adversa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Pandemias, epidemias ou surtos de doenças infecciosas podem ter um efeito adverso no mercado e economia global. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia da COVID-19, doença causada por um novo coronavírus (SARS-CoV-2), que desencadeou severas medidas por autoridades governamentais ao redor do mundo com o objetivo de controlar sua disseminação, incluindo restrição ao fluxo de pessoas, com limitações a viagens e utilização de transportes públicos, quarentenas e lockdowns, fechamento prolongado de estabelecimentos comerciais, interrupções na cadeia de suprimentos e redução de consumo de uma maneira geral. No Brasil, alguns Estados e Cidades seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e recomendação de isolamento social, que resultaram no

4.1 Descrição dos fatores de risco

fechamento de parques, shopping centers, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais, industriais e espaços públicos.

Essas medidas, aliadas às incertezas provocadas pela pandemia do COVID-19, tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, ocasionando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 ao longo do mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia do COVID-19. Impactos semelhantes a esses podem voltar a ocorrer, provocando novas oscilações dos ativos negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações ordinárias de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de seus valores mobiliários, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e financiamento de suas operações, inclusive em termos aceitáveis.

O governo brasileiro exerceu e continua exercendo influência significativa na economia brasileira, o que pode afetar adversamente as atividades e o desempenho financeiro em geral da Companhia.

O governo brasileiro frequentemente exerce influência significativa na economia brasileira, alterando ocasionalmente políticas e normas de forma significativa. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar suas políticas e normas incluíram frequentemente, entre outros, aumentos das taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preços, controles cambiais, desvalorizações cambiais, adoção de novos impostos e alteração da alíquota de impostos existentes, controles de capital e limitações a importações. A Companhia não tem controle e não pode prever as medidas e políticas que o governo brasileiro pode adotar no futuro. A Companhia, seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e o valor de mercado das ações de sua emissão podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas e normas brasileiras e por fatores econômicos gerais, incluindo:

- expansão ou contratação da economia brasileira;
- taxas de juros e políticas monetárias;
- ambiente regulatório pertinente às atividades das Controladas da Companhia;
- taxas de câmbio e variações cambiais;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiro, de capitais e crédito brasileiros;
- controles de importações e exportações;
- controles cambiais e restrições a remessas ao exterior;
- alterações de leis e regulamentos de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos;
- políticas fiscais e alterações na legislação tributária;
- instabilidade econômica, política e social;
- reduções de salários e níveis econômicos;
- aumentos das taxas de desemprego;
- greves e normas trabalhistas;
- greves em portos, alfândegas, aeroportos e autoridades fiscais;
- alterações de normas pertinentes ao setor de transporte;
- escassez ou racionamento de energia e água;
- instabilidade de preços; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no ou que afetem o Brasil.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Incógnitas com relação à implementação pelo Governo Federal de mudanças em políticas e normas que afetem esses ou outros fatores no futuro podem impactar o desempenho econômico, contribuir para incertezas econômicas no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro e dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

A Companhia não pode prever as medidas que o Governo Federal tomará em resposta a pressões macroeconômicas ou outras condições econômicas. Qualquer desses fatores pode afetar adversamente as atividades, situação financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A instabilidade política pode prejudicar os resultados operacionais da Companhia.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. As crises políticas ocorridas no Brasil afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas inapropriadas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional, incluem financiamento de campanhas e violações de práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção.

Questões que decorreram ou que podem decorrer das diversas investigações de corrupção e lavagem de dinheiro em curso no Brasil, a maior delas conhecida como Operação Lava-Jato e mais recentemente fraudes no INSS, têm afetado e podem continuar afetando negativamente a economia, os mercados e os preços de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. A Companhia não pode prever o resultado de tais investigações, tampouco o respectivo impacto na economia ou no mercado de capitais brasileiros.

Na última eleição presidencial, de governadores, de deputados federais e de senadores, houve significativa volatilidade nas taxas de câmbio, taxas de juros e preços de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Incertezas com relação às medidas que venham a ser adotadas no futuro pelo Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco do Brasil e podem ter um efeito significativo e adverso nos negócios e resultados operacionais da Companhia e de suas Controladas.

O Presidente do Brasil tem o poder de determinar políticas e orientar a condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro de empresas, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever as políticas que serão adotadas pelo Governo Federal, tampouco os respectivos impactos na economia brasileira e na Companhia.

Adicionalmente, o impasse entre o Governo Federal e o Congresso Nacional tem gerado incertezas com relação à implementação, pelo Governo Federal, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, incluindo a legislação aplicável, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar os negócios, situação financeira, resultados operacionais, perspectivas e o preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

A moeda brasileira tem sido historicamente volátil, sofrendo frequentes desvalorizações nas últimas três décadas. Desde 1999, o Banco Central do Brasil permite a livre flutuação da taxa de câmbio no Brasil, tendo o Real experimentado frequentes e significativas variações em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Ao longo desse período, o governo

4.1 Descrição dos fatores de risco

brasileiro implementou uma série de planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinhas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária para mensal), controles cambiais, mercados cambiais duplos e sistema de câmbio flutuante. Apesar de a desvalorização do Real, no longo prazo, estar geralmente associada ao índice de inflação no Brasil, a desvalorização do Real ocorrida em períodos menores resultou em variações significativas da taxa de câmbio entre o Real, o dólar norte-americano e outras moedas. A Companhia não pode prever se o Banco Central do Brasil ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o Real flutue livremente ou intervirá no mercado cambial, retornando ao sistema de banda cambial ou outro. O Real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar norte-americano. Além disso, de acordo com a legislação brasileira, caso ocorra um desbalanceamento grave na balança de pagamentos brasileira ou haja razões substanciais que prevejam um desbalanceamento grave, podem ser impostas restrições temporárias com relação a remessas de recursos ao exterior. A Companhia não pode garantir que tais medidas não serão adotadas pelo governo brasileiro no futuro.

A desvalorização do Real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e resultar em aumentos nas taxas de juros, o que pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e, especificamente, os custos de insumos utilizados pelas Controladas da Companhia. Tal fator pode afetar adversamente a Companhia. Adicionalmente, em caso de uma desaceleração econômica, a desvalorização do Real em relação ao dólar norte-americano pode resultar em uma redução do consumo, pressões deflacionárias e redução do crescimento da economia como um todo. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras pode resultar em uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira. De acordo com as circunstâncias, a desvalorização ou valorização do Real pode afetar material e adversamente o crescimento da economia brasileira e os negócios da Companhia.

A maior parte das receitas da Companhia é denominada em Reais. No entanto, determinados insumos utilizados pelas Controladas da Companhia são importados, o que os torna, portanto, sujeitos às variações de preços decorrentes de flutuações da taxa de câmbio.

A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combatê-la historicamente afetaram de forma adversa a economia brasileira. Altos níveis de inflação no futuro podem afetar adversamente a Companhia e o preço de mercado das ações de sua emissão.

Ao longo de sua história, o Brasil experimentou taxas de inflação extremamente elevadas. A alta da inflação, as políticas adotadas para combatê-la e incertezas com relação a uma possível intervenção governamental no futuro contribuíram para um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado de capitais brasileiro em diversos momentos.

O Brasil pode experimentar altos níveis de inflação no futuro, o que pode levar o governo brasileiro, em resposta a pressões inflacionárias, a intervir na economia e introduzir políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira, o mercado de capitais brasileiro e os negócios da Companhia e de suas Controladas. No passado, as intervenções do governo brasileiro incluíram a manutenção de uma política monetária restritiva, com altas taxas de juros que restringiram a disponibilidade de crédito e reduziram o crescimento econômico, resultando em volatilidade das taxas de juros.

Caso o Brasil experimente inflações ou deflações substanciais no futuro, a Companhia e suas Controladas podem ser adversamente afetadas. Tais pressões também podem afetar a capacidade da Companhia e de suas Controladas de acessar mercados financeiros internacionais e resultar em políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia. Além disso, as Controladas da Companhia podem não ser capazes de ajustar os preços que cobram de seus clientes com o fim de compensar os impactos da inflação em seus custos e despesas, resultando em aumento de seus custos e despesas e redução de sua margem operacional líquida.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Mudanças nas políticas fiscais e legislação tributária podem afetar adversamente a Companhia e suas Controladas.

O Governo Federal tem frequentemente implementado e pode continuar implementando mudanças em suas políticas fiscais, incluindo alterações de alíquotas, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, recolhimento de contribuições temporárias. Algumas dessas medidas podem resultar em aumentos de tributos que podem afetar negativamente os negócios da Companhia, como a redução de isenções de imposto sobre lucros e dividendos. Aumentos de tributos também podem impactar material e adversamente a rentabilidade do setor e os preços praticados pela Companhia, restringir a capacidade delas de realizar negócios em seus atuais e futuros mercados e impactar negativamente seus resultados financeiros, o que pode afetá-las adversamente, caso não sejam capazes de repassar integralmente aos seus clientes por meio dos preços que cobra por seus produtos os custos adicionais associados a tais mudanças na política fiscal.

Na data deste Formulário de Referência, o Congresso Nacional considera uma ampla reforma tributária, que inclui mudanças do sistema tributário nacional, com a eliminação ou unificação de determinados tributos, como PIS, COFINS, ICMS e ISS, e a possibilidade de criação de novos tributos, incluindo tributos sobre operações financeiras. Há outros projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que buscam revogar isenções fiscais sobre lucros distribuídos e dividendos e alterar ou revogar leis relacionadas aos juros sobre capital próprio, conforme o caso. Aprovações dessas propostas legislativas relacionadas a questões tributárias podem impactar as obrigações tributárias da Companhia, que, por sua vez, podem ter um efeito material adverso em sua situação financeira e resultados operacionais e afetar sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

Insucesso do governo brasileiro de implementar reformas críticas para aprimorar o sistema tributário e previdenciário brasileiro, a legislação trabalhista e outras áreas-chave para a vitalidade macroeconômica brasileira podem afetar adversamente a Companhia.

A rigidez legislativa, particularmente nos mercados de bens e trabalho, continua a impactar negativamente a competitividade e produtividade da economia brasileira e dificultar a alocação de recursos ao seu mais eficiente uso. Tributos distorcidos sobre o consumo, tributação sobre investimentos e ausência de flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro são entraves para um crescimento contínuo e robusto da economia brasileira. Adicionalmente, o arcabouço legal e administrativo com base no qual indivíduos, empresas e governos interagem permanece onerado por restrições burocráticas. Além disso, o baixo nível de confiança nas autoridades públicas e no Estado de Direito continua a impor desafios adicionais. Não há garantias que o governo brasileiro implementará reformas adequadas, endereçando tais impedimentos, com o fim de um maior crescimento econômico, o que, como resultado, pode afetar a Companhia adversamente.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem ter um efeito adverso relevante na economia global, nas cadeias de suprimentos e em preços de insumos e commodities, podendo prejudicar os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de emissores brasileiros é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores a acontecimentos nesses países pode resultar em um efeito adverso no preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissão de emissores brasileiros. Tais eventos podem incluir disputas comerciais, como a disputa recente entre os Estados Unidos e a China e que foi recentemente expandida a outros países, incluindo o Brasil, após o anúncio do Presidente dos Estados Unidos com relação à aplicação de novas tarifas a produtos siderúrgicos exportados do Brasil, ou disputas

4.1 Descrição dos fatores de risco

entre os Estados Unidos e o Irã. Crises em outros países da América Latina e de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial dos Estados Unidos e países da União Europeia, podem reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Tal fator pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações das Controladas da Companhia no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos pode afetar adversamente os negócios e o preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa a economia e o mercado de capitais do Brasil, como (i) oscilações no preço de mercado de emissores brasileiros; (ii) indisponibilidade de crédito; (iii) redução do consumo; (iv) desaceleração da economia; (v) instabilidade cambial; e (vi) pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou não serem capazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer desses acontecimentos pode prejudicar a negociação das ações de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e o financiamento de suas operações no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos.

Portanto, o Brasil está sujeito a acontecimentos que incluem, por exemplo: (i) a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos; (ii) o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que desencadeou a invasão pela Rússia em determinadas áreas do território ucraniano, dando início a uma crise militar e geopolítica com reflexos mundiais; (iii) a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China; e (iv) crises na Europa e em outros países, que afetam a economia global, que estão produzindo e/ou poderão produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços e títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem afetar negativamente a situação financeira da Companhia.

A concentração bancária no Brasil pode prejudicar a disponibilidade e o custo do crédito.

De acordo com o Relatório de Economia Bancária 2022, divulgado pelo Banco Central do Brasil, em 2024, os cinco maiores bancos brasileiros — Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Itaú e Santander — concentravam 75,4% dos ativos totais, o que fez com que o Brasil figurasse no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados do mundo. A título de comparação, em 2006, a concentração era de 60%.

Essa concentração pode afetar a concorrência, com possíveis efeitos sobre taxas bancárias e outros preços. Adicionalmente, um eventual problema de relacionamento com um dos bancos pode afetar a capacidade de financiamento da Companhia e de suas Controladas.

A volatilidade e a iliquidex inerentes ao mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem ações de emissão da Companhia ao preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações de emissão da Companhia, envolve frequentemente um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissores em determinados outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, incluindo:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e
- restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode garantir que haverá um mercado líquido, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de sua emissão pelo preço e no momento desejados.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou seu eventual sucessor pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade dos acionistas de venderem seus ativos ao preço e momento desejados. Além disso, o preço das ações alienadas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após sua realização. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais além do controle da Companhia.

Qualquer rebaixamento da classificação de risco do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu PIB, flutuações acentuadas do Real em relação ao dólar norte-americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor. Tal cenário pode se intensificar com as políticas que vierem a ser adotadas pelo governo brasileiro.

A continuação ou o agravamento da atual situação econômica brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem resultar em novos rebaixamentos pelas agências de rating. Qualquer novo rebaixamento das classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Interrupções inesperadas nos equipamentos da Companhia podem gerar redução ou paralisação da produção.

Interrupções inesperadas no processo produtivo das principais plantas industriais da Companhia podem aumentar seus custos de produção e reduzir suas receitas e suas margens. Essas interrupções podem advir de (i) falhas imprevisíveis ou periódicas em equipamentos essenciais ao processo produtivo da Companhia, como parques reatores de resinas, plantas de formol e máquinas de corte e conformação de tubos; (ii) determinação de órgão da administração pública; e/ou (iii) eventos inesperados, como incêndios, explosões ou condições climáticas severas. A Companhia experimentou no passado e pode experimentar no futuro períodos de paralisações ou produção reduzida em suas instalações industriais. Interrupções do processo produtivo da Companhia podem afetar negativamente sua produtividade e seus resultados operacionais. Além disso, qualquer interrupção do processo produtivo pode exigir que a Companhia tenha de dispensar recursos adicionais que podem ser expressivos para remediar o evento que motivou tal interrupção, o que pode reduzir o caixa disponível para o financiamento de suas operações e investimentos. Além disso, longas interrupções no processo produtivo da Companhia podem comprometer sua capacidade de honrar com suas obrigações perante seus clientes, resultando em perdas de negócio e afetando seus negócios, resultados operacionais, operações, fluxos de caixa e situação financeira.

A Companhia pode apresentar receitas menores em caso de desaceleração de mercado.

A maior parcela de receitas da Companhia advém exclusivamente de suas operações no Brasil, que apresenta condições macroeconômicas desafiadoras com cenário de ciclo de alta nas taxas de juros e baixo crescimento do PIB. O agravamento das condições econômicas e das taxas de emprego no Brasil pode reduzir a produção e demanda dos produtos das Controladas da Companhia e, consequentemente, afetar adversamente e materialmente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Aumentos nos preços das matérias-primas ou redução de sua oferta podem afetar negativamente as operações da Companhia.

As matérias-primas utilizadas pela Companhia em suas atividades, tais como metanol, ureia, aço, zinco, melamina e fenol, representaram, nos últimos três anos, cerca de 80% do custo de produção da Companhia. Os preços em questão são determinados por um conjunto de fatores, incluindo preços praticados internacionalmente, além da oferta, demanda e custos de transporte. Assim, a escassez dessas matérias-primas no mercado interno pode afetar adversamente a capacidade de produção da Companhia, assim como aumentos nos preços das matérias-primas podem reduzir as margens de lucro da Companhia.

Novos entrantes internacionais e verticalização de produção

A maior competitividade do mercado de aço global e a atratividade do setor de painéis de madeiras no Brasil pode suscitar a entrada de novos produtores internacionais e com maior escala, acirrando a concorrência e competitividade nos mercados de atuação, impactando o desempenho de vendas da Companhia nos segmentos químico e aço. Adicionalmente, a possibilidade de verticalização, por parte de siderúrgicas e produtores de painéis de madeira, pode afetar a participação de mercado e a capacidade de crescimento da Companhia.

A Companhia está sujeita ao risco de inadimplemento de seus clientes.

A Companhia está sujeita ao risco de descumprimento, por seus clientes, de suas obrigações contratuais, incluindo suas obrigações pecuniárias. Caso não seja capaz de avaliar adequadamente o risco de inadimplemento de seus clientes, a Companhia pode sofrer com um aumento dos níveis

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

de inadimplemento por parte de seus clientes, o que pode afetar sua condição financeira e seus resultados operacionais.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Os riscos de mercado aos quais a Companhia e suas Controladas estão expostas envolvem, principalmente, (i) riscos de taxas de juros, (ii) riscos cambiais, (iii) riscos de liquidez e (iv) riscos de crédito, conforme abaixo destacados.

a) Riscos de taxas de juros

Os empréstimos contraídos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas poderão incorrer em perdas decorrente de flutuações nas taxas de juros que impactem seus fluxos de caixa e aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzam o ganho com suas aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de empréstimos e financiamentos em moeda doméstica consolidado da Companhia totalizava R\$ 248,6 milhões e R\$ 4,4 milhões em moeda estrangeira.

Em linha com a Instrução CVM nº 475/08, o risco de mercado relacionado à taxa de juros foi cotejado estimando-se um cenário provável de variação das taxas CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024		
	Cenário real	Cenário I	Cenário II
Exposição de passivos a taxa de juros			
Passivos, líquidos, atrelados à TJLP	28.959	28.959	28.959
Passivos, líquidos, atrelados ao CDI	239.641	239.641	239.641
Taxa em 31 de dezembro de 2024			
TJLP	6,89%	8,61%	10,33%
CDI	10,88%	13,60%	16,32%
Taxa estimada conforme cenários de stress			
TJLP	7,57%	9,47%	11,36%
CDI	11,97%	14,96%	17,95%
Diferença entre as taxas			
TJLP	0,69%	0,86%	1,03%
CDI	1,09%	1,36%	1,63%
Aumento do passivo	2.807	3.508	4.210

b) Riscos cambiais

Decorrem da possibilidade da Companhia e suas Controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em dólar, no montante de R\$ 12,4 milhões, conforme demonstrado na tabela abaixo.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos em R\$ de instrumentos atrelados a moeda estrangeira		
Ativos		
Contas a receber em USD	18.530	4.483
Importações em andamento em USD	<u>39.486</u>	<u>7.661</u>
Passivos		
Empréstimos em USD	(4.381)	(24.131)
Contas a pagar em USD	<u>(66.059)</u>	<u>(52.291)</u>
Exposição líquida	<u>(12.424)</u>	<u>(64.278)</u>

Em linha com a Instrução CVM nº 475/08, segue demonstrada abaixo análise de sensibilidade relativa à exposição cambial líquida ao dólar americano em relação ao real. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$ 6,8115 por US\$1,00 aumento de 10% sobre a cotação real de 31 de dezembro de 2024. Para o cenário II, foi considerada a cotação de R\$ 5,5731 por US\$1,00 redução de 10% sobre a cotação real de 31 de dezembro de 2024.

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024		
	Real	Cenário I - aumento de 10%	Cenário II - redução de 10%
		10%	10%
Exposição cambial líquida (indexada ao USD)	(12.424)	(12.424)	(12.424)
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2024	6,1923	6,1923	6,1923
Taxa cambial estimada conforme cenários de stress		6,8115	5,5731
Diferença entre as taxas		0,6192	(0,6192)
Ganho (perda)		(1.242)	1.242

c) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com suas obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores, empréstimos, financiamentos, salários, provisões e encargos sociais a recolher e outros passivos.

Adicionalmente, a administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado					Totais
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores - terceiros	120.920	420	572	143	17.466	139.521
Empréstimos - terceiros	46.086	15.612	34.981	102.707	91.854	291.239
Empréstimos - partes relacionadas	151	151	302	906	5.368	6.878
Passivo de arrendamento	1.727	1.373	2.563	476		6.139
Impostos e contribuições a recolher - parcelamento	14.725	6.382	14.608	35.131	2.359	73.205
	183.609	23.938	53.026	139.363	117.047	516.982
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores - terceiros	90.820	442	800	2.400	14.914	109.376
Empréstimos - terceiros	66.007	35.564	55.052	85.635	70.346	312.604
Empréstimos - partes relacionadas	145	144	289	867	5.397	6.842
Passivo de arrendamento	1.474	1.414	2.595	2.947		8.430
Impostos e contribuições a recolher - parcelamento	15.722	9.420	19.160	39.778	3.687	87.767
	174.168	46.984	77.896	131.627	94.344	525.019

d) Riscos de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes da inadimplência de seus clientes, de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa ou contrapartes de seus instrumentos financeiros.

A Companhia e suas controladas estão expostas a tais riscos em suas atividades operacionais (principalmente em relação às contas a receber de clientes) e de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros, o que pode afetar negativamente as operações, condição financeira e resultados operacionais.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela administração, bem como a utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

Seguem abaixo os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 referentes a valores acumulados em diversos exercícios e a provisão de perda determinada, conforme indicado a seguir:

	A vencer	Vencidos		Total
		até 180 dias	acima de 180 dias	
Em 31 de dezembro de 2024				
Taxa de perda esperada	0,8	0,6	100,0	2,9
Valor bruto - Contas a receber	238.814	11.633	5.499	255.946
Provisão para perdas esperadas	(1.804)	(65)	(5.499)	(7.368)
Em 31 de dezembro de 2023				
Taxa de perda esperada	0,8	0,8	78,6	2,6
Valor bruto - Contas a receber	210.440	23.277	5.278	238.995
Provisão para perdas esperadas	(1.779)	(175)	(4.146)	(6.100)

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A movimentação da perda esperada para as contas a receber está demonstrada conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial		
Adições (reversões), líquidas, na estimativa de perdas esperadas	6.100	5.743
Saldo final	7.368	6.100

e) Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de resguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefício às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Seguem abaixo os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Financiamentos	20.425	20.038	272.981	292.380
Impostos Parcelados	19	1.156	73.205	87.767
Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.755)	(3.020)	(341.761)	(452.932)
Dívida Líquida	11.690	18.174	4.425	(72.785)
Patrimônio Líquido	951.170	727.788	951.170	858.921
Índice de Alavancagem Financeira	1,23%	2,50%	0,47%	-8,47%

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos relativos a questões legais e administrativas de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental.

Para fins deste item 4.4. do Formulário de Referência, foram considerados como processos individualmente relevantes aqueles que possam vir a impactar: (i) de forma negativa o patrimônio ou os negócios da Companhia e/ou suas Controladas, pelo critério de materialidade; ou (ii) negativamente a imagem ou a operação da Companhia e/ou suas Controladas.

Com relação à materialidade, foram considerados processos com contingência passiva com valor superior a 5% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de março de 2025, constante das informações trimestrais, no valor de R\$ 999.766.000,00 (novecentos e noventa e nove milhões e setecentos e sessenta e seis mil reais), ou seja, materialidade superior a R\$ 49.988.300,00 (quarenta e nove milhões e novecentos e oitenta e oito mil e trezentos reais).

A Companhia e suas Controladas são partes em aproximadamente 419 (quatrocentos e dezenove) ações judiciais e processos administrativos relacionados a matérias cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais.

Nessa mesma data estava provisionado no Balanço da Companhia o valor de R\$ 7.842.733,16 (sete milhões oitocentos e quarenta e dois mil setecentos e trinta e três reais e dezesseis centavos) para fazer face às perdas prováveis, em linha com os processos indicados nessa seção deste Formulário de Referência, sem prejuízo das ações e processos cujas perdas não são passíveis de estimativa de valor.

Processos Administrativos

(i) Tributários:

1 – Processo administrativo n.º 16045.720026/2016-67	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal – Ribeirão Preto.
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
c. data de instauração	14/09/2016.
d. partes do processo	Impugnante: Apolo Tubulars S.A. Impugnada: Secretaria da Receita Federal do Brasil.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$45.064.407,96 em dezembro de 2024.
f. principais fatos	Impugnação a Auto de Infração lavrado para cobrança de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF relativamente aos anos-calendário de 2010 a 2013, bem como de multa isolada pela suposta falta de recolhimento das estimativas do IRPJ relativas aos meses de outubro de 2012 e janeiro de 2013, além de multa de lançamento de ofício proporcional de 150% e juros de mora.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de 1ª Instância: Em 29/03/2017 foi julgada parcialmente procedente a impugnação apresentada, afastando o agravamento da multa de ofício (reduzindo o percentual da multa de lançamento de ofício proporcional de 150% para 75%) com relação ao IRPJ, CSLL e IRRF, relativamente à parte das despesas objeto da autuação.
h. estágio do processo	Aguarda-se distribuição e julgamento do Recurso Voluntário no CARF.
i. chance de perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual decisão contrária pode impactar negativamente o patrimônio da Apolo Tubulars S.A. e, indiretamente, da Companhia e/ou seus negócios.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor referido no item "e".
l. valor provisionado, se houver	Não há.

2 – Processo administrativo n.º 10711.721861/2021-03	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal – Ribeirão Preto.
b. instância	1ª Instância Administrativa.
c. data de instauração	30/11/2021
d. partes do processo	Impugnante: Apolo Tubulars S.A. Impugnada: Secretaria da Receita Federal do Brasil.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$41.946.677,04 em dezembro de 2024
f. principais fatos	Impugnação ao Auto de Infração visando a cobrança de suposta diferença de Imposto de Importação - II, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI Vinculado à Importação, PIS-Importação, COFINS-Importação, todos acrescidos de multa de ofício de 75% e juros de mora, além de multa equivalente a 100% da diferença entre o preço declarado e o preço arbitrado de luvas de aço carbono importadas, objetos da Declaração de Importação 21/1680351-8.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de 1ª Instância: Em 24 de outubro de 2022 foi julgada procedente a Impugnação apresentada, cancelando integralmente o crédito tributário em discussão.
h. estágio do processo	Aguarda-se distribuição e julgamento do Recurso de Ofício no CARF.
i. chance de perda	Remota.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual decisão contrária pode impactar negativamente o patrimônio da Apolo Tubulars S.A. e, indiretamente, da Companhia e/ou seus negócios.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor referido no item "e".
l. valor provisionado, se houver	Não há.

(ii) Ambientais:

1 – Inquérito Civil n.º 0701.22.001770-4/2023-11	
a. juízo	Ministério Público.
b. instância	01ª Promotoria de Justiça de Uberaba/MG.
c. data de instauração	27/04/2023.
d. partes do processo	Autor: Ministério Público 1ª Promotoria de Justiça de Uberaba. Ré: GPC Química.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 243.356,96 em dezembro de 2023 (decorrente do somatório da multa diária aplicada, a qual encontrava-se suspensa em janeiro de 2023).
f. principais fatos	Trata-se de Inquérito Civil instaurado a partir do Auto de Infração nº 3245/2022, lavrado por emissões acima do limite permitido pela legislação vigente. (Processo Administrativo 107/194.488/2022)
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 16/09/2024 a GPC Química comunicou o cumprimento de todas as suas obrigações ao MP, pelo que se aguarda a promoção de arquivamento.
h. estágio do processo	Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”) em 20/09/2023. Aguardando arquivamento.
i. chance de perda	Provável.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo em referência é considerado individualmente relevante, uma vez que aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente à GPC Química, pode afetar negativamente a imagem e operação da GPC Química e/ou da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de descumprimento do TAC, poderá ser ajuizada de ação de execução ou Ação Civil Pública
l. valor provisionado, se houver	R\$ 243.356,96

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos Judiciais

(i) Cíveis:

1 – Processo n.º 0162135-63.2014.8.19.0001	
a. juízo	6ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	15 de maio de 2014.
d. partes do processo	Autora/Reconvinda: GPC Química S.A. Ré/Reconvinte: Companhia Ultragaz S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	(a) R\$ 86.273.000,00 em dezembro/2022 (ação principal) (b) R\$ 2.528.948,84 (reconvenção)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Indenizatória buscando reaver os prejuízos causados pela Ré Ultragaz à GPC Química em razão do descumprimento do Contrato de Fornecimento de Dimetil Éter e Outras Avenças (por ter a Ultragaz deixado de cumprir com as aquisições mínimas do produto que havia sido contratualmente estipulada), celebrado entre as partes em novembro de 2007. Em 20 de outubro de 2014 a Ultragaz apresentou Reconvenção para requerer o pagamento de indenizações por alegados danos materiais, lucros cessantes e danos morais, bem como multas contratuais decorrentes do suposto inadimplemento do contrato pela GPC Química.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Em dezembro de 2023, foi proferida sentença parcialmente procedente rejeitando o pedido inicial e acolhendo os pedidos da reconvenção, condenando a GPCQ a reembolsar a Ultragaz pelo saldo positivo de 1.271,976 toneladas de adiantamento, conforme especificado no contrato, correspondente a R\$ 2.528.948,84, conforme cálculos elaborados pelo assistente técnico da GPC Química.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento das Apelações interpostas pelas Partes.
i. chance de perda	Possível.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual decisão contrária pode afetar negativamente o patrimônio da GPC Química e, indiretamente, da Companhia e/ou seus negócios. No caso de êxito da ação, a GPC Química receberá o valor pleiteado.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de improcedência da ação principal, a GPC Química não receberá os recursos referidos no item "e", alínea "a", acima, podendo ser condenada, ainda, ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência. Em caso de procedência final da reconvenção, a GPC Química pode ser condenada ao pagamento total ou parcial das verbas pleiteadas pela Reconvinte Ultragaz, referidos no item "e", alínea "b"
l. valor provisionado, se houver	Não há.

2 – Processo n.º 5002042-17.2017.4.04.7008	
a. juízo	1ª Vara Federal de Paranaguá/PR.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	21 de julho de 2005.
d. partes do processo	Autor: Instituto GT3 – Grupo de Trabalho do Terceiro Setor. Ré: GPC Química S.A., Sociedad Naviera Ultragas Ltda., Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, Arauco do Brasil S.A., Cattalini Terminais Marítimos S.A., Hexion Química do Brasil Ltda., Instituto Água e Terra – IAT/PR, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Methanex Chile AS, Petrobras Transporte S.A. – Transpetro e União.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$82.121.410,00 em dezembro de 2024.
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública buscando a reparação dos danos ambientais decorrentes da explosão do Navio NT Vicuña, em 15 de novembro de 2004, no Porto de Paranaguá/PR, que resultou no derramamento de óleo combustível, óleos lubrificantes e carga a bordo no meio ambiente. A Autora requereu (i) a implementação de todos os meios necessários para a limpeza e recuperação da área degradada; (ii) o monitoramento da área degradada às expensas dos Réus; e (iii) a condenação dos Réus ao pagamento de indenização pelos danos ambientais e morais suportados.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>A GPC Química foi incluída no polo passivo do processo na qualidade de adquirente da carga transportada no Navio NT Vicuña.</p> <p>Destaca-se que o Superior Tribunal de Justiça, em 25 de outubro de 2017, no âmbito do julgamento dos Recursos Especiais n.º 1.596.081/PR e 1.602.106/PR, pela sistemática dos Recursos Representativos de Controvérsia, fixou a tese de que as empresas adquirentes da carga transportada pelo Navio Vicuña no momento de sua explosão, no Porto de Paranaguá/PR, em 15 de novembro de 2004, não respondem pela reparação dos danos alegadamente suportados por pescadores da região atingida, haja vista a ausência de nexo causal a ligar tais prejuízos (decorrentes da proibição temporária da pesca) à conduta por elas perpetrada (mera aquisição pretérita do metanol transportado). O trânsito em julgado foi certificado em ambos os recursos repetitivos.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<p><u>Sentença:</u> Em 26 de abril de 2021, foi proferida sentença de improcedência dos pedidos em face da GPC Química e outros réus. Por outro lado, alguns Réus foram condenados de forma subsidiária e solidária a reparar danos ambientais havidos.</p> <p><u>Embargos de Declaração:</u> Em 1º de agosto de 2021 foram julgados parcialmente procedente para retificar apenas o erro material no tocante à equívoco na grafia do nome da GPC Química.</p>
h. estágio do processo	Aguardando julgamento das Apelações interpostas em 06/12/2021.
i. chance de perda	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual decisão contrária pode afetar negativamente o patrimônio da GPC Química e, indiretamente, da Companhia e/ou seus negócios.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Não há.

(ii) Ambiental:

1 – Processo Judicial n.º 0004362-46.2023.8.16.0025	
a. juízo	1ª Vara Cível de Araucária/PR.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	08/05/2023.
d. partes do processo	Promovente: Ministério Público de Araucária. Promovidas: GPC Química S/A e Hidropel Hidrogeologia e Perfurações Ltda.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.200.612,50 em dezembro de 2024.
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública buscando a reparação por danos causados ao meio ambiente, tendo em vista alegada ocorrência de poluição em corpo hídrico causada pela perfuração de um poço artesiano realizada pela Hidropel nas dependências da GPC Química, na qual utilizava-se o produto químico Lauril Eter Sulfato de Sódio.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A.
h. estágio do processo	Aguardando decisão de 1 ^a instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo em referência é considerado individualmente relevante, uma vez que aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente à GPC Química e/ou à Companhia, pode afetar negativamente sua imagem e patrimônio.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor referido no item “e” ou celebração de TAC
l. valor provisionado, se houver	Não há.

Processos Trabalhistas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em processos trabalhistas que fossem considerados materialmente relevantes.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Os processos individualmente relevantes descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência não têm valor de provisionamento para informação, com data base de 31 de dezembro de 2024.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Não há processos relevantes que não tenham sido previamente revelados.

4.7 Outras contingências relevantes

A Companhia e suas controladas aderiram a programas de parcelamentos ordinários e especiais nos âmbitos federal e estadual para o pagamento de tributos em cobrança administrativa e judicial, sendo que determinadas adesões contaram com decisões judiciais e administrativas favoráveis para garantir a adesão. Alguns destes parcelamentos contemplaram prejuízos fiscais acumulados os quais ainda requerem homologação perante à RFB / PGFN. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos devedores totais desses parcelamentos eram de R\$ 54,7 milhões no âmbito federal e de R\$ 18,5 milhões no âmbito estadual.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos e gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política**

A Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos e riscos de mercado. A fim de gerir tais situações, a Administração da Companhia e de suas controladas atua de forma a dirimir os impactos em questão, sempre em consonância aos poderes estabelecidos nos respectivos Estatutos Sociais.

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos**

Não se aplica, já que a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos.

- c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não se aplica, já que a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As principais práticas de controles internos da Companhia e de suas controladas se dão de forma a assegurar o fiel cumprimento das normas e atribuições de poderes estabelecidas nos respectivos Estatutos Sociais, incluindo a adoção de Programa de Integridade e Conformidade e Código de Ética e Conduta.

A Companhia possui um conjunto de controles internos capaz de assegurar a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como garantir a precisão e transparência das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contábeis aceitos.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Conforme Estatuto Social, a Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observadas as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, além das disposições legais e estatutárias pertinentes.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Gerência de Finanças e Controles em conjunto com a auditoria externa.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A auditoria independente examina periodicamente o ambiente de controles internos com o objetivo de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras e fornecer recomendações para o aprimoramento de seus controles internos. Anualmente são fornecidos recursos e tópicos de aprimoramento aos controles internos pela auditoria independente. Com relação ao último exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas deficiências significativas com relevância suficiente para serem reportadas à Administração.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores da Companhia, na busca pelo aprimoramento contínuo de seus processos de controle, guiando-se também pelas recomendações de seus auditores independentes, avaliaram as recomendações e tópicos de aprimoramento com base na relevância, na probabilidade e na possível magnitude de distorções auferidas e consideraram que os planos de ação definidos estão adequados para a correta implementação.

5.3 Programa de integridade

a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia e suas controladas, aplicáveis a todos os administradores, empregados e terceiros, bem como quaisquer outros que atuem em nome da Companhia, que mantenham ou queiram manter, relações comerciais com a Companhia, visando assegurar que os negócios sejam conduzidos à luz das normas legais, da ética e integridade, seguindo as melhores práticas de governança são:

- i) **Código de Ética e Conduta:** cuja finalidade é orientar quanto à conduta esperada daqueles que atuam em nome da Companhia e reforçar que a Companhia não é conivente com práticas de suborno ou corrupção;
- ii) **Leis Anticorrupção:** Todas as Leis Brasileiras ou Estrangeiras, incluindo, mas não limitada ao Código Penal Brasileiro, Lei da Empresa Limpa (Lei 12.846/2013) e seu respectivo Decreto Regulamentador (11.129/2022), Foreign Corrupt Practices Act - FCPA, Sarbanes-Oxley Act, UK-Anti Bribery Act, dentre outras;
- iii) **Departamento de Compliance:** responsável pela investigação e tratamento de potenciais descumprimentos de disposições legais, regulamentos, políticas e códigos internos, fraude ou erro daqueles que exercem atividades para ou em nome da Companhia;
- iv) **Treinamento de Compliance:** realizado periodicamente para 100% de seus empregados/administradores, com o objetivo de incentivar a adesão ao Programa de Compliance, bem como prevenir, detectar ou remediar potenciais ocorrências de violações ao Código de Ética e Conduta ou legislação correlata;
- v) **Due Diligence de Terceiros:** para contratação de fornecedores ou prestadores de serviços deve ser realizada pesquisa prévia a fim de identificar a existência de inconformidades capazes de inviabilizar a contratação, conforme os critérios definidos pelo Código de Ética e Conduta;
- vi) **Canal de Denúncia:** a Companhia e suas controladas possuem Canal de Denúncia terceirizado e independente, garantido o anonimato se assim o denunciante desejar, disponível 24 horas.

Ademais, os riscos são reavaliados periodicamente e os procedimentos e as práticas adaptados conforme necessário.

ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Compete ao Departamento de Compliance, instituído pela Diretoria Executiva da Companhia, monitorar a eficiência e o funcionamento da efetividade do Programa de Compliance, apresentando aos membros do Conselho de Administração da Companhia, relatórios periódicos acerca da origem, quantidade, natureza, classificação do risco e diagnóstico das denúncias recebidas pela Companhia e/ou sociedades por ela controladas.

iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

5.3 Programa de integridade

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;*

A Companhia possui Código de Ética e Conduta formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de junho de 2021, o qual se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados, bem como terceiros que atuem em nome da Companhia ou que mantenham, ou queiram manter, relações comerciais com a Companhia.

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;*

Os treinamentos de *compliance* são aplicados anualmente a todos os membros do conselho de administração, conselho fiscal, diretoria e empregados.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;*

As sanções disciplinares aplicáveis estão previstas no Item 9 do Código de Ética e Conduta da Companhia e na legislação vigente, podendo ser aplicada advertência por escrito, suspensão, destituição, término do vínculo empregatício ou da relação contratual de negócios, conforme o caso.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.*

O Código de Ética e Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de junho de 2021 e atualizado em 12/06/2023, e pode ser consultado na versão consolidada no website da Companhia.

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;*
- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;*
- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;*
- *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias.*

A Companhia possui canal de denúncia terceirizado e independente, disponível 24 horas, acessível tanto para empregados quanto para terceiros, sendo garantido o anonimato se assim o denunciante desejar. O canal de denúncia (link e telefone de acesso) está disponível no site da Companhia.

O Departamento de *Compliance* é o órgão competente pela apuração dos fatos relatados na denúncia.

c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

A Companhia e seus administradores não cometem fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

5.3 Programa de integridade

- d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

As práticas da Companhia voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública e contra o público em geral estão descritas no Código de Ética e Conduta da Companhia.

5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como em suas práticas de gerenciamento dos mesmos.

5.5 Outras informações relevantes

A Companhia julga não haver outras informações relevantes acerca de gerenciamento de riscos e controles internos.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
ANDREA PALHARES VASCONCELOS					
016.694.037-26	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
4.876.054	4,186	0	0,000	4.876.054	3,965
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ANTÔNIO EDUARDO PEIXOTO DE CASTRO PALHARES					
016.694.067-41	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
1.953.148	1,677	0	0,000	1.953.148	1,588
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ANTÔNIO JOAQUIM PEIXOTO DE CASTRO					
986.324.697-20	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
1.975.273	1,696	0	0,000	1.975.273	1,606
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL					
00.360.305/0001-04	Brasil	Não	Não	30/12/2025	
Não					
0	0,000	529.149	8,149	529.149	0,430
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CAMILA MARIA LODI PALHARES					
083.569.457-71	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
799.310	0,686	0	0,000	799.310	0,650
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CELINA CORREA PEIXOTO DE CASTRO PALHARES					
016.694.077-13	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
2.207.665	1,895	0	0,000	2.207.665	1,795
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
CESAR AUGUSTO PEIXOTO DE CASTRO PALHARES					
013.050.107-79	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
207.247	0,178	0	0,000	207.247	0,169
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
EDUARDO DE FARIA					
797.748.227-49	Brasil	Não	Não	30/12/2025	
Não					
7.309.687	6,275	0	0,000	7.309.687	5,944
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
EMÍLIO SALGADO FILHO					
629.291.947-15	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
922.961	0,792	0	0,000	922.961	0,751
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	

GURGUEIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES BDR NIVEL 1					
36.021.733/0001-50	Brasil	Não	Não	05/01/2026	
Não					
10.800.000	9,272	1.000.000	15,401	11.800.000	9,595
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
HEITOR DIAS PALHARES NETO					
024.093.007-07	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
648.500	0,557	0	0,000	648.500	0,527
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Imobiliária Mondesir S/A					
42.267.534/0001-29	Brasil	Não	Não	30/12/2025	
Não					
8.007.001	6,874	18.309	0,282	8.025.310	6,526
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
JOÃO CARLOS PEIXOTO DE CASTRO PALHARES					
094.484.117-15	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
241.117	0,207	0	0,000	241.117	0,196
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JOÃO PEDRO SILVA SALGADO					
119.137.477-78	Brasil	Sim	Não	11/07/2024	
Não					
101.249	0,087	0	0,000	101.249	0,082
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JORGE PAULO PEIXOTO DE CASTRO PALHARES					
016.694.097-67	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
4.876.054	4,186	0	0,000	4.876.054	3,965
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
JULIANA MARIA LODI PALHARES					
053.787.557-35	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
807.521	0,693	0	0,000	807.521	0,657
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
LUIS FELIPE BRANDAO DOS SANTOS					
269.348.177-53	Brasil	Não	Não	30/12/2025	
Não					
2.292.249	1,968	748.887	11,533	3.041.136	2,473
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCELO PRADEZ DE FARIA STALLONE					
712.450.067-20	Brasil	Não	Não	30/12/2025	
Não					
8.273.249	7,103	0	0,000	8.273.249	6,728
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
					Composição capital social
MARIA CANDIDA BEHRING PALHARES					
198.164.987-58	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
803.085	0,689	0	0,000	803.085	0,653
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIA HELENA PALHARES SALGADO					
003.474.267-00	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
3.740.744	3,211	0	0,000	3.740.744	3,042
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MONICA BEHRING PALHARES					
008.979.207-67	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
266.451	0,229	0	0,000	266.451	0,217
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES FILHO					
016.694.057-70	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
4.876.054	4,186	0	0,000	4.876.054	3,965
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PEDRO HENRIQUE SILVA SALGADO					
108.678.247-00	Brasil	Sim	Não	30/12/2025	
Não					
134.999	0,116	0	0,000	134.999	0,110
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
TAQUARI PARTICIPAÇÕES S/A					
53.536.132/0001-07	Brasil	Não	Não	25/03/2025	
Não					
0	0,000	629.535	9,695	629.535	0,512
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					CPF/CNPJ acionista
1.868.940	1.604	406.438	6.259	2.275.378	1.850
OUTROS					
48.492.629	41.631	3.160.962	48.681	51.653.591	42.004
TOTAL					
116.481.187	100,000	6.493.280	100,000	122.974.467	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/12/2025
Quantidade acionistas pessoa física	9.972
Quantidade acionistas pessoa jurídica	481
Quantidade investidores institucionais	75

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

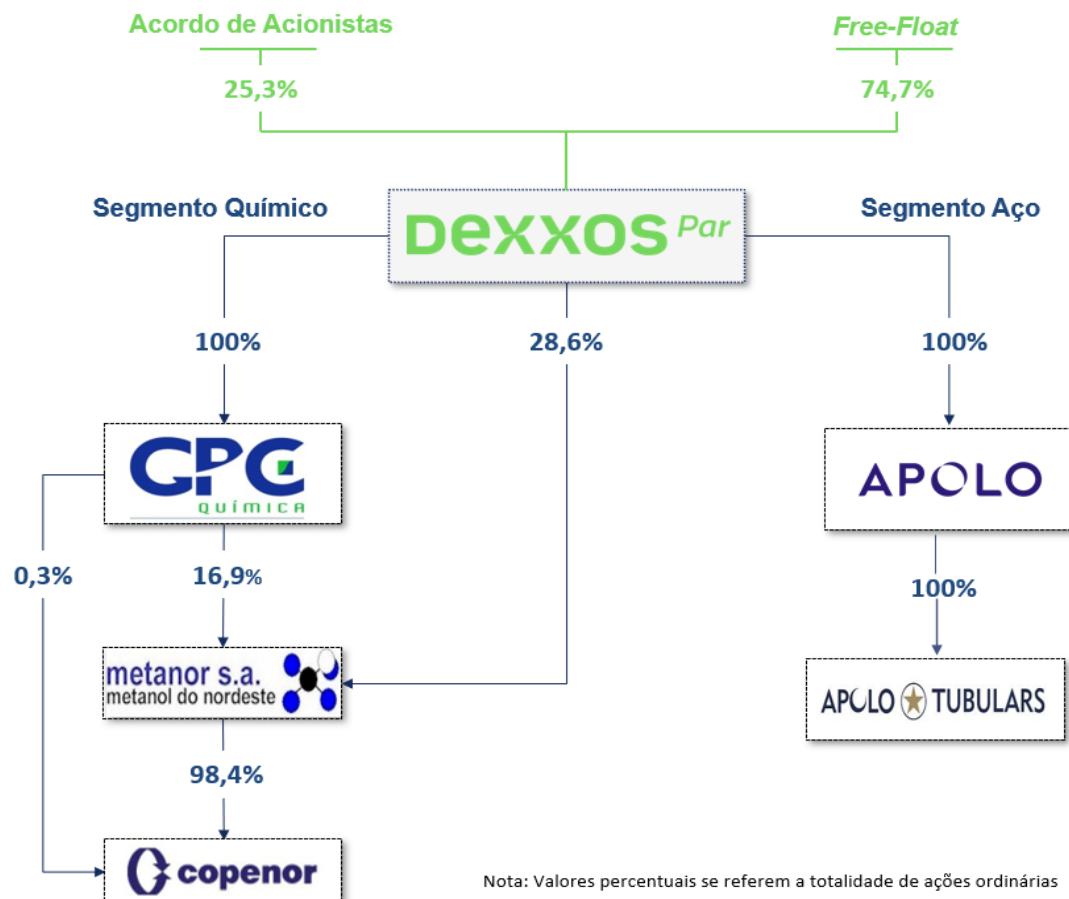
Quantidade ordinárias	114.612.247	98,396%
Quantidade preferenciais	6.086.842	93,741%
Total	120.699.089	98,150%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A.	33.017.088/0001-03	100
Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste	16.234.627/0001-47	0,01
GPC QUÍMICA S.A.	90.195.892/0001-16	100
Metanor S.A. - Metanol do Nordeste	16.234.171/0001-15	28,614

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Organograma da Companhia com visão do capital votante:



6.6 Outras informações relevantes

Esclarecimentos adicionais ao Item 6.1

Após o decurso do prazo de vigência do Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 27 de outubro de 1997 e aditado em 11 de abril de 2002 ("Acordo de Acionistas Original"), sem a sua renovação, os acionistas Andrea Palhares Vasconcelos, Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares, Emílio Salgado Filho, Heitor Dias Palhares Neto, João Carlos Peixoto de Castro Palhares, Jorge Paulo Peixoto de Castro Palhares, Maria Helena Palhares Salgado, Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares Filho, João Pedro Silva Salgado e Pedro Henrique Silva Salgado, celebraram novo acordo de acionistas em 27 de outubro de 2022 ("Acordo de Acionistas Vigente"), arquivado na sede da Companhia. Posteriormente aderiram ao Acordo de Acionistas Vigente os acionistas: i) Antônio Eduardo Peixoto de Castro Palhares, Antônio Joaquim Peixoto de Castro e Celina Correa Peixoto de Castro Palhares, pelo Termo de Adesão ao Acordo de Acionistas celebrado em 31 de janeiro de 2023; e ii) Camila Maria Lodi Palhares, Juliana Maria Lodi Palhares, Maria Cândida Behring Palhares e Mônica Behring Palhares, pelo Termo de Adesão ao Acordo de Acionistas celebrado em 01 de março de 2024 ("Acionistas Aderentes"). Em 11 de julho de 2024, foi celebrado Primeiro Aditamento e Consolidação Novo Acordo de Acionistas ("Acordo de Acionistas Vigente"), conforme devidamente divulgado pela Companhia. Os atuais signatários do Acordo de Acionistas Vigente, considerando os Acionistas Aderentes, são titulares de aproximadamente 25,1% das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Esclarecimentos adicionais ao Item 7.3

Conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência, o Sr. Paulo Cesar Palhares foi condenado no âmbito do Processo Eletrônico 19957.002277/2017-52 – PAS CVM RJ 2017/1158.

O Sr. Paulo César Peixoto de Castro Palhares, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, após julgamento de recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, por alegada infração de (i) votar, indiretamente, pela aprovação das suas contas como administrador da Companhia referente ao exercício de 2015, foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no valor total de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais); e por (ii) convocação e realização intempestiva da assembleia geral ordinária relativa ao exercício social de 2015 condenado à receber advertência.

Conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência, o Sr. Paulo Cesar Palhares foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no âmbito do Processo Eletrônico 19957.010243/2017-31 – PAS CVM RJ 2018/2150.

O Sr. Paulo César Peixoto de Castro Palhares, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, após julgamento de recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, por alegada infração de votar, indiretamente, pela aprovação das suas contas como administrador da Companhia referente ao exercício de 2016, foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no valor total de R\$315.000,00 (trezentos e quinze mil reais).

Com exceção do descrito acima neste item, não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A indicação e preenchimento de cargos do conselho de administração da Companhia ocorre conforme o Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, onde se define que o Conselho de Administração será composto por até 5 (cinco) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, cujo Presidente e Vice-Presidente serão eleitos pelo próprio Conselho de Administração na sua primeira reunião após a Assembleia Geral que elegeu seus membros.

Apesar de não possuir uma política formal de indicação e preenchimento de cargos, critérios de indicação incluem fatores como experiência profissional, conhecimento da indústria, competências técnicas, alinhamento com os princípios e valores da Companhia. A indicação de novos membros do conselho para deliberação em assembleia, contempla a diversidade, almejando a ocupação por pessoas com competências e habilidades complementares para implementar as estratégias da Companhia.

Os acionistas que desejem indicar seus candidatos ao Conselho de Administração poderão fazê-lo na própria assembleia por meio da apresentação do currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, se for o caso, bem como as demais informações relacionadas às situações listadas no Artigo 6º do Anexo K da Resolução CVM 80/2022.

Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição.

Adicionalmente, em caso de vacância (i) de qualquer cargo no Conselho de Administração adotar-se-á o procedimento previsto no Artigo 150 da Lei 6.404/76, e (ii) do cargo de Presidente do Conselho de Administração, assumirá o cargo o Vice-Presidente.

b) Informar se há mecanismos de avaliação de desempenho

A Companhia não dispõe de mecanismos de avaliação de desempenho de membros de conselhos, órgãos e comitês.

c) Informar regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Todas as operações da Companhia e de suas Controladas com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e de estrito interesse da Companhia em sua realização, sempre em conformidade com a Lei 6.404/76.

A Companhia não adota um mecanismo específico para tratar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas na Lei 6.404/76. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de nos causar dano ou prejuízo.

d) Relação de membros de cada órgão da administração:

1. Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Identidade autodeclarada	Masculino	Feminino	Não-binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	2	0	0	0	0
Conselho de Administração	3	0	0	0	0
Conselho Fiscal	4	0	0	0	0

2. Número total de membros, identidade autodeclarada de cor ou raça

Identidade autodeclarada	Branco	Amarelo	Preto	Pardo	Outros	Prefere não responder
Diretoria	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal	3	0	0	0	1	0

3. Número total de membros com deficiência

Identidade autodeclarada	com deficiência	sem deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração	0	3	0
Conselho Fiscal	0	4	0

4. Número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não aplicável.

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia tem um Código de Ética e Conduta que visa assegurar respeito à diversidade e incentiva o tratamento igualitário. Todas as contratações devem observar exclusivamente os critérios de qualificação e competência profissional, sem qualquer referência a nacionalidade, gênero, religião, cor da pele, orientação sexual ou origem social. A Companhia reitera seu comprometimento e com o atendimento das melhores práticas de governança corporativa.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A administração avalia constantemente a evolução dos mercados onde atua e da demanda de seus clientes, visando adequar e atualizar da maneira mais eficiente a sua capacidade instalada, sempre na busca pelo melhor retorno ao investimento realizado e em conformidade com as exigências ambientais para atender futuras necessidades de mercado. Adicionalmente, a Companhia possui o Comitê ESG que atua como órgão de apoio à Administração e possui como objetivo acompanhar e direcionar esforços na melhoria dos aspectos ambientais, sociais e governamentais que inclui questões de acidentes de trabalho, controle e reuso de água, consumo de energia elétrica, manejo de resíduos, dentre outros.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
TOTAL = 9	0	9	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	1	0
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
TOTAL = 9	0	8	0	0	0	1	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	0
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 9	0	9	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o estatuto social da Companhia. As atribuições do Conselho de Administração observam as disposições do Estatuto Social, aprovado em 10 de maio de 2024, conforme abaixo descrito, e de Regimento Interno próprio.

Conforme disposto no artigo 11 do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia será composto por até 5 (cinco) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, cujo Presidente e Vice-Presidente serão eleitos pelo próprio Conselho de Administração na sua primeira reunião após a Assembleia Geral que elegeu seus membros. Ademais, os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição.

O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação por carta-convite com aviso de recebimento, com no mínimo 3 (três) dias de antecedência salvo manifesta urgência, devendo a convocação em qualquer caso indicar, além do local, data e hora da reunião, a matéria que será objeto de deliberação.

As reuniões do Conselho de Administração serão validamente instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros em exercício e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de seus membros.

As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. A participação dos conselheiros por quaisquer desses meios será considerada presença pessoal na referida reunião. Neste caso, os conselheiros que participarem remotamente da reunião deverão confirmar seu voto, antecipadamente ou em até 2 (dois) dias úteis após a realização da reunião, por meio de carta ou correio eletrônico, dirigidos ao Presidente do Conselho de Administração, por meio de concordância expressa com a redação da ata que será assinada a posteriori, ou por meio da assinatura da ata da reunião em questão.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas e presididas pelo Presidente do Conselho ou, em sua falta, por seu substituto conforme o Parágrafo Sétimo do Estatuto Social da Companhia.

As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros do colegiado presentes à reunião, cabendo a quem presidir a reunião, além do voto pessoal, o de desempate. As reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em atas no livro próprio.

Em caso de ausência ou impedimento eventual do Presidente do Conselho de Administração, o mesmo será substituído, primeiramente, pelo membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente e, na falta de tal indicação, pelo Vice-Presidente do Conselho ou, na ausência ou impedimento eventual deste, pelo membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos demais membros do Conselho de Administração presentes.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Em caso de vacância de qualquer cargo no Conselho de Administração adotar-se-á o procedimento previsto no Artigo 150 da Lei 6.404/76.

Em caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho de Administração, assumirá o cargo o Vice-Presidente.

Adicionalmente, compete ao Conselho de Administração, órgão colegiado, responsável por definir a estratégia geral dos negócios da Companhia, além das matérias de sua competência legal e das previstas em outros dispositivos do Estatuto Social, suas funções estão previstas nos termos do Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O emissor não possui política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome: ALBERTO BRAUNE BARCELLOS FILHO **CPF:** 667.475.707-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 28/09/1960

Experiência Profissional: O Sr. Alberto Braune Barcellos Filho é membro efetivo do conselho fiscal da Companhia. Executivo de vasta experiência, exerceu funções de diretoria e gerência nas áreas Administrativa, Gestão Imobiliária, Controles e Planejamento.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	Até a realização da AGO de 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas		28/04/2025	Não	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CARLOS ROBERTO MAGALHÃES **CPF:** 341.865.307-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 15/05/1954

Experiência Profissional: O Sr. Carlos Roberto Magalhães é presidente do conselho fiscal da Companhia. Executivo com mais de 40 anos de experiência, atuou na área de controladoria de empresas como BP British Petroleum e grupo Bungeamp Borns. Atualmente é presidente do Conselho Fiscal da Dexxos Participações S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	Até a realização da AGO de 2026	Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas		28/04/2025	Não	28/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome CID GABRIEL FERREIRA DE SAMPAIO **CPF:** 094.484.707-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 01/02/1945

Experiência Profissional: O Sr. Cid Gabriel Sampaio é membro efetivo do conselho fiscal da Companhia. Executivo de vasta experiência, exerceu funções de alta gerência em empresas como a Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	Até a realização da AGO de 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		28/04/2025	Não	28/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

N/A

N/A

Nome	CID NASCIMENTO SILVA	CPF:	267.467.787-20	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Engenheiro	Data de Nascimento:	29/10/1949
-------------	----------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	-------------------	------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: O Sr. Cid Nascimento Silva é membro suplente do conselho fiscal da Companhia, tendo atuado com job-leader em diversos projetos ligados ao setor de óleo e gás.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	Até a realização da AGO de 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		28/04/2025	Não	28/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome	FREDERICO ÁTILA SILVA NEVES	CPF:	595.166.407-10	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Engenheiro	Data de Nascimento:	24/12/1957
-------------	-----------------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	-------------------	------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: Nascido em 24 de dezembro de 1957, em 1980 graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em 1984 concluiu o curso de mestrado em Administração de Empresas na COPPEAD/UFRJ. Realizou diversos cursos de especialização nas áreas contábil e tributária e curso de extensão em direito processual tributário. Foi Vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Mills Estruturas e Serviços S.A., onde atuou entre 1999 e 2015 e conduziu a abertura de capital no Novo Mercado, emissões públicas de debêntures e liderou a implantação do SAP. Foi Controller da SC Johnson, onde trabalhou entre 1989 e 1999 e anteriormente Gerente de Tesouraria no Montrealbank e Supervisor Financeiro da Swedish Match Brasil. Desde 2016 vem prestando consultoria e participando de operações de M&A em empresas de diferentes segmentos. Atuou como CFO da Greenpeople Indústria e Comércio DE Alimentos entre 2019 e 2020. De 2020 a 2021, foi presidente do conselho fiscal da Smartcoat Serviços em Revestimento S.A., controlada pela Priner S.A.. No momento, é Coordenador do Comitê de Auditoriada Westwing Comércio Varejista S.A., tendo também exercido anteriormente a presidência do conselho fiscal da companhia. Ambas listadas no Novo Mercado. Além disso, integrou o conselho consultivo da HIRSA Sistemas de Automação e Controle. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/07/2025	27/07/2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		31/07/2025	Não	29/06/2023

Condenações:

Descrição da Condenação	Tipo de Condenação
N/A	N/A

Nome GEORGE ABI-RIHAN CORDEIRO **CPF:** 665.172.817-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 07/08/1960

Experiência Profissional: O Sr. George Abi-Rihan Cordeiro atua como Diretor Executivo e de Relações com Investidores da Companhia. Executivo com mais de 30 anos de experiência, exerceu funções de alta gerência em empresas como Unipar e Supervia. Atualmente é Diretor Executivo e de Relações com Investidores da Dexxos Participações S.A., além de controller das empresas GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulares S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	13/05/2025	13/05/2028	Diretor de Relações com Investidores		13/05/2025		19/10/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome JOSÉ JOAQUIM GERALDO NETO **CPF:** 044.084.117-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 26/12/1942

Experiência Profissional: O Sr. José Geraldo Neto é membro efetivo do conselho fiscal da Companhia. Executivo de grande experiência, foi gerente administrativo financeiro da GPC Química S.A., além de Diretor Superintendente da Meta Adm. e Serviços S/C LTDA. Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	Até a realização da AGO de 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinárias		28/04/2025	Não	06/05/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

N/A

Nome	JULIO CEZAR CHIBATT	CPF:	030.625.728-92	Passaporte:	Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Contador	Data de Nascimento:	11/03/1961
-------------	---------------------	-------------	----------------	--------------------	-----------------------	--------	-------------------	----------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: O Sr. Julio Cezar Chibatt é membro suplente do conselho fiscal da Companhia, tendo atuado como controller de diversas empresas como Apolo Tubulars S.A. e Cheminova Brasil Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	Até a realização da AGO de 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		28/04/2025	Não	28/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome	MARIO CRISTIANO BENFORD LEAL	CPF:	785.716.937-49	Passaporte:	Nacionalidade:	Brasil	Profissão:	Contador	Data de Nascimento:	22/12/1959
-------------	------------------------------	-------------	----------------	--------------------	-----------------------	--------	-------------------	----------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: O Sr. Mario Cristiano Leal é membro suplente do conselho fiscal da Companhia, tendo atuado como diretor financeiro da empresa Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	Até a realização da AGO de 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		28/04/2025	Não	28/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome OMAR CARNEIRO DA CUNHA SOBRINHO	CPF: 832.328.697-34	Passaporte:	Nacionalidade:	Brasil	Profissão: Economista	Data de Nascimento:	18/07/1946
---	----------------------------	--------------------	-----------------------	--------	------------------------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: O Sr. Omar Carneiro da Cunha Sobrinho é vice-presidente do conselho de administração da Companhia. Formado em Economia pela Universidade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Foi Presidente de empresas como Shell Brasil S.A., Billiton Metais S.A. e AT&T Brasil Ltda. Atualmente é presidente do Conselho de Administração da Energisa S.A., presidente do Conselho de Administração da Libraport Campinas, além de ter ocupado diferentes cargos em empresas como Brookfield Incorporações S.A.. Adicionalmente, é Diretor Amcham Brasil (filial Rio) e membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/07/2025	27/07/2027	Vice Presidente Cons. de Administração Independente		31/07/2025	Não	11/01/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome PAULO CESAR PEIXOTO DE **CPF:** 006.684.277-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 28/09/1946
CASTRO PALHARES

Experiência Profissional: O Sr. Paulo Cesar Palhares é presidente do conselho de administração da Companhia. Executivo de vasta experiência, Foi Diretor Presidente da Companhia, membro do Conselho de Administração da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., diretor da Alplan S.A. Ind. Com Chapas de Madeira, Apolo Produtos de Aço, GPC Ind. Com. Ltda., e diretor de diversas empresas desde 1978. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da GPC Química S.A., e Vice Presidente do Conselho de Administração da Apolo Tubos e Equipamentos S.A., da Apolo Comércio, Importação e Exportação S.A. e Apolo Tubulares S.A..

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/07/2025	27/07/2027	Presidente do Conselho de Administração Independente		31/07/2025	Não	29/11/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Processos Administrativos	Processo Eletrônico 19957.002277/2017-52 - PAS CVM RJ2017/1158. Processo encerrado.
Processos Administrativos	Processo Eletrônico 19957.010243/2017-31 - PAS CVM RJ2018/2150. Processo encerrado.

Nome RAFAEL ALCIDES RAPHAEL **CPF:** 071.006.197-85 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/01/1976

Experiência Profissional: O Sr. Rafael Alcides Raphael atua como Diretor Presidente da Companhia. Executivo com mais de 25 anos de experiência, exerceu funções de alta gerência em empresas nacionais e multinacionais como Unisys e Koch Industries. Atualmente é Diretor Presidente das empresas Dexxos Participações S.A., GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulares S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	13/05/2025	13/05/2028	Diretor Presidente / Superintendente		13/05/2025		13/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome ROGERIO DA GAMA AZAMBUJA **CPF:** 606.663.827-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 17/09/1960

Experiência Profissional: O Sr. Rogério Azambuja é membro suplente do conselho fiscal da Companhia, possui formação em engenharia civil pela UFF e MBA em Finanças e Marketing pela PUC/RJ, tendo atuado na área financeira e na gestão de unidades de negócio nos segmentos de engenharia, petróleo, alimentação, varejo, transporte, logística, saúde e lazer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	Até a realização da AGO de 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas		28/04/2025	Não	29/04/2024

7.4 Composição dos comitês

Nome: ALINE DE FREITAS SANTOS DA COSTA **CPF:** 071.693.777-80 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nas cimento:** 15/11/1974

Experiência Profissional: Gerente Administrativo e de Recursos Humanos da Controlada GPC Química S.A

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2025	27/07/2027	COMITÊ ESG		04/08/2025	25/05/2022

Condenações:

Descrição da Condenação

N/A

Nome: CARLOS EDUARDO DE SÁ BAPTISTA **CPF:** 100.638.977-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro de Nas cime nto: 05/12/1944

Experiência Profissional: O Sr. Carlos Eduardo de Sá Baptista é Coordenador do Comitê ESG da Companhia. Executivo com mais de 40 anos de experiência no setor metalúrgico, possui vasto conhecimento de operação, implantação e montagem de projetos industriais, tendo sido diretor das empresas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulares S.A. Atualmente é Diretor Vice-presidente da ABITAM (Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal), bem como membro do Conselho de Administração da Apolo Tubos e Equipamentos S.A., Apolo Tubulares S.A. e da GPC Química S.A.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2025	27/07/2027	COMITÊ ESG		04/08/2025	25/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: CESAR AUGUSTO PEIXOTO DE CASTRO PALHARES **CPF:** 013.050.107-79 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nas cimento:** 24/02/1970

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2025	27/07/2027	COMITÊ ESG		04/08/2025	25/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: VICTOR DE MORAES ROSENZVAIG **CPF:** 418.233.018-86 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nas cimento:** 28/01/1993

Experiência Profissional:

O Sr. Victor de Moraes Rosenzvaig é membro do comitê ESG e exerce o cargo de coordenador de relações com investidores da Companhia. Possui mais de 10 anos de experiência com atuação em finanças corporativas e relações com investidores nos setores de telecomunicações, seguros e óleo & gás. Formado em Administração pelo IBMEC-RJ, possui pós-graduação em finanças corporativas pela mesma instituição, possui MBA Executivo pelo COPPEAD – UFRJ e concluiu curso de sustentabilidade e finanças pela Fundação Dom Cabral.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/2025	27/07/2027	COMITÊ ESG		04/08/2025	22/05/2025

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES	006.684.277-87	DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A.	02.193.750/0001-52	
Presidente de Conselho de Administração	N/A			Brasileiro(a)
<u>Pessoa relacionada</u>				
ANTÔNIO JOAQUIM PEIXOTO DE CASTRO PALHARES	006.684.437-15	APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A.	33.017.088/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração	N/A			Brasileiro(a)
<u>Observação</u>				
O Sr. Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares é membro do Conselho de Administração das controladas GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A., Apolo Comércio, Importação e Exportação S.A. e Apolo Tubulares S.A. e é irmão de Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares.				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois, até a presente data, não existe nenhuma relação subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia mantém uma apólice de seguro de responsabilidade civil de Administradores e Diretores ("Seguro de D&O"), tendo como objetivo o ressarcimento a possíveis despesas incorridas pelos administradores da Companhia e de suas Controladas em decorrência de omissões ou atos culposos praticados no exercício de suas funções, conforme termos estabelecidos no clausulado da referida apólice.

O limite máximo de garantia relativo à apólice vigente é de R\$ 40.000.000,00, sua vigência compreende o período entre 08/06/2024 e 08/06/2025 e sua abrangência é mundial.

Estão cobertos pelo Seguro de D&O, os administradores e principais executivos da Companhia, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas pelos mesmos, no melhor interesse da Companhia.

Os eventos que envolvam dolo ou má-fé por parte dos segurados estão excluídos do âmbito de cobertura do Seguro D&O.

Ademais, a Companhia busca sempre proporcionar a seus administradores condições para que atuem com a segurança necessária ao correto desempenho de suas atribuições e visando o melhor interesse da Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

Conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência, o Sr. Paulo Cesar Palhares foi condenado no âmbito do Processo Eletrônico 19957.002277/2017-52 – PAS CVM RJ 2017/1158.

O Sr. Paulo César Peixoto de Castro Palhares, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, após julgamento de recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, por alegada infração de (i) votar, indiretamente, pela aprovação das suas contas como administrador da Companhia referente ao exercício de 2015, foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no valor total de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais); e por (ii) convocação e realização intempestiva da assembleia geral ordinária relativa ao exercício social de 2015 condenado à receber advertência.

Conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência, o Sr. Paulo Cesar Palhares foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no âmbito do Processo Eletrônico 19957.010243/2017-31 – PAS CVM RJ 2018/2150.

O Sr. Paulo César Peixoto de Castro Palhares, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, após julgamento de recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, por alegada infração de votar, indiretamente, pela aprovação das suas contas como administrador da Companhia referente ao exercício de 2016, foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no valor total de R\$315.000,00 (trezentos e quinze mil reais).

Com exceção do descrito acima neste item, não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

8.1 Política ou prática de remuneração

- a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia não possui Política de Remuneração de Administradores formalizada. A prática de remuneração dos administradores adotada pela Companhia tem como objetivos (i) alinhar os interesses dos administradores e os objetivos da Companhia; (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar os administradores na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração concedida aos administradores.

- b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:**

- (i) Órgãos e comitês da Companhia;*

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal, observado o limite global da remuneração determinado em Assembleia Geral Ordinária.

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis ao recebimento de remuneração variável.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal, observado o limite global da remuneração determinado em Assembleia Geral Ordinária.

Os membros da Diretoria Estatutária são elegíveis ao recebimento de remuneração variável através do Programa de Incentivo de Longo Prazo ("PILP").

Diretoria Não-Estatutária

Na Data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía Diretores Não-Estatutários. Contudo, quando nomeados, os Diretores Não-Estatutários farão jus apenas a uma remuneração fixa mensal.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus a uma remuneração fixa mensal e não eram elegíveis ao recebimento de benefícios e remuneração variável.

Comitês

8.1 Política ou prática de remuneração

Na Data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía Comitês instalados. Contudo, quando instalado, os membros dos Comitês farão jus apenas a uma remuneração fixa mensal.

- (ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado e os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;*

As remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária são definidas pelo próprio Conselho de Administração, após a aprovação da remuneração global dos administradores em Assembleia Geral.

A remuneração fixa é estabelecida com base no grau de responsabilidade do cargo ou função, nas experiências e qualificações individuais requeridas para o cargo ou função e nos valores médios adotados por sociedades que atuem no mesmo setor que a Companhia, sendo calculada em parcelas fixas mensais baseando-se em estudos de mercado. Tal estratégia tem como objetivo garantir o alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade da estrutura de remuneração da Companhia. Não há parâmetros fixos definidos pela Companhia para a remuneração individual, contudo, é considerada a experiência profissional, o grau de responsabilidade de cada cargo e os valores médios competitivos ao mercado de trabalho para definição da remuneração fixa.

A remuneração variável dos diretores estatutários é estabelecida no PILP com base na valorização das ações de emissão da Companhia e prevê o seu pagamento ao longo do tempo. A Companhia tem como objetivo reter profissionais qualificados por meio de resultados obtidos ao longo do ano vigente, considerando, ainda, a antecipação de pagamento em determinados eventos estabelecidos no PILP.

- (iii) Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.*

Embora a Companhia não possua uma política formal de remuneração, o alinhamento da estrutura de remuneração às estratégias da Companhia é reavaliado periodicamente pela administração, sendo que as diretrizes adotadas pela Companhia em sua prática de remuneração, bem como os montantes a serem pagos, são discutidos pelo menos uma vez ao ano no Conselho de Administração, no âmbito da apreciação da proposta de remuneração da administração.

c) Composição da remuneração; indicando;

- Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles: seus objetivos e interesses de curto, médio e longo prazo do emissor; sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais; sua metodologia de cálculo e de reajuste; e principais indicadores de desempenho nele levantados em recebem à remuneração variável consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.*

A remuneração dos administradores da Companhia é composta por remuneração fixa e remuneração variável de longo prazo, observados os limites globais aprovados em

8.1 Política ou prática de remuneração

Assembleia Geral. Os membros da Diretoria Estatutária recebem remuneração variável por meio do Programa de Incentivo de Longo Prazo (PILP), estruturado com base em Ações Virtuais, sem outorga de ações ou opções de compra de ações da Companhia.

A prática de remuneração dos administradores adotada pela Companhia tem como objetivos (i) alinhar os interesses dos administradores e os objetivos da Companhia; (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar os administradores na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração concedida aos administradores.

A remuneração fixa é estabelecida anualmente via assembleia geral, com o objetivo de atrair e reter profissionais qualificados, contribuindo para a continuidade no médio e longo prazo. Os montantes estabelecidos estão em linha com o grau de responsabilidade dos cargos exercidos, a experiência e qualificação dos administradores e práticas de mercado de companhias comparáveis, com base em estudos de mercado.

A remuneração variável tem como objetivo alinhar os interesses da administração aos interesses de longo prazo da Companhia e de seus acionistas, incentivando a geração de valor das ações de emissão da Companhia ao longo do tempo, bem como a retenção de executivos estratégicos. O incentivo financeiro do PILP é apurado com base na diferença entre o preço de mercado da ação da Companhia e o valor de referência estabelecido, multiplicada pela quantidade de Ações Virtuais.

O preço de mercado da ação corresponde à média ponderada das cotações das ações da Companhia nos 90 (noventa) pregões imediatamente anteriores ao término do prazo de carência.

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	91%	100%	5%	-	-
Remuneração Variável	-	-	93%	-	-
Benefícios	9%	-	2%	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	100%	100%	100%	-	-

8.1 Política ou prática de remuneração

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	95%	100%	12%	-	-
Remuneração Variável	-	-	86%	-	-
Benefícios	5%	-	2%	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	100%	100%	100%	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	94%	100%	11%	-	-
Remuneração Variável	-	-	86%	-	-
Benefícios	6%	-	3%	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	100%	100%	100%	-	-

A remuneração dos Administradores da Companhia não está vinculada a indicadores específicos de desempenho ambiental, social e de governança (ASG). A estrutura de remuneração, bem como os critérios aplicáveis à remuneração fixa e variável, é submetida à aprovação da Assembleia Geral, em conformidade com a legislação societária e a regulamentação aplicável, observado o limite global de remuneração dos administradores aprovado pelos acionistas. Com relação ao programa de remuneração variável, em 28 de abril de 2021 a assembleia geral estabeleceu o PILP e as suas condições de incentivos, tendo como principal indicador o desempenho das ações de emissão da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

Mais informações sobre o PILP podem ser observadas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

(i) razões que justificam a composição da remuneração

Remuneração fixa é determinada com base na prática de mercado, funções desempenhadas pelo administrador e dedicação ao cargo, tendo por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos administradores da Companhia, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio da Companhia.

A remuneração variável tem por objetivo reter o pessoal qualificado e estimular a criação de valor de longo prazo para a Companhia pelo compartilhamento de resultados corporativos, quando e se tais resultados forem verificados.

(ii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Membros dos Comitês de apoio à administração não possuem remuneração, uma vez que já são remunerados por outras funções executivas na Companhia.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária que recebam remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos por cargos desempenhados na Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Na hipótese de ocorrência de um evento de liquidez e/ou de uma alienação de ativos relevantes da Companhia, será antecipada a concessão de 50% (cinquenta por cento) das Ações Virtuais referentes aos lotes anuais ainda pendentes de concessão aos Beneficiários.

Nos termos do PILP (i) Evento de Liquidez significa a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (x) o encerramento, com a publicação de Aviso de Encerramento, de uma oferta pública primária de novas ações de emissão da Companhia, cujo valor total de colocação no mercado seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cento milhões de reais), ou (y) a alienação do controle societário da Companhia, conforme descrito no Formulário de Referência; e (ii) Alienação de Ativos Relevantes significa a alienação de participação acionária da Companhia em sociedades por ela controladas, desde que a referida alienação de ações represente a alienação do controle societário da sociedade investida pela Companhia.

Somente os Beneficiários que prestem serviços diretamente para a Companhia ou para a sociedade por ela controlada na qual tenha ocorrido a Alienação de Ativos Relevantes terão direito a antecipação da concessão de Ações Virtuais.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	4,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	4,00	9,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	783.000,00	214.000,00	133.000,00	1.130.000,00
Benefícios direto e indireto	75.000,00	56.000,00	0,00	131.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.864.613,00	0,00	3.864.613,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	858.000,00	4.134.613,00	133.000,00	5.125.613,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	4,00	9,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	4,00	9,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	782.749,68	203.680,44	132.803,04	1.119.233,16
Benefícios direto e indireto	68.187,78	50.497,88	0,00	118.685,66
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.829.991,37	0,00	3.829.991,37
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2024-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2024-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2024-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	
Total da remuneração	850.937,46	4.084.169,69	132.803,04	5.067.910,19

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,92	2,00	3,67	9,59
Nº de membros remunerados	3,92	2,00	3,67	9,59
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	844.794,68	196.394,27	121.643,85	1.162.832,80
Benefícios direto e indireto	64.156,80	47.512,64	0,00	111.669,44
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.006.810,98	0,00	2.006.810,98
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	908.951,48	2.250.717,89	121.643,85	3.281.313,22

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	908.839,32	185.400,00	99.602,28	1.193.841,60
Benefícios direto e indireto	59.959,68	44.404,32	0,00	104.364,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.369.659,38	0,00	1.369.659,38
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	968.799,00	1.599.463,70	99.602,28	2.667.864,98

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	4,00	9,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Esclarecimento	Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração variável, conforme aprovado em Assembleia.		Membros do Conselho Fiscal não possuem remuneração variável, conforme aprovado em Assembleia.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3864613,00	0,00	3.864.613,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	4,00	9,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Esclarecimento	Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração variável, conforme aprovado em Assembleia.		Membros do Conselho Fiscal não possuem remuneração variável, conforme aprovado em Assembleia.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3829991,37	0,00	3.829.991,37
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,92	2,00	3,67	9,59
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Esclarecimento	Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração variável, conforme aprovado em Assembleia.		Membros do Conselho Fiscal não possuem remuneração variável, conforme aprovado em Assembleia.	

EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2006810,98	0,00	2.006.810,98
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2006810,98	0,00	2.006.810,98
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Esclarecimento	Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração variável, conforme aprovado em Assembleia.		Membros do Conselho Fiscal não possuem remuneração variável, conforme aprovado em Assembleia.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1369659,38	0,00	1.369.659,38
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a) termos e condições gerais

Em 4 de janeiro de 2021, o PILP foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia e, em 28 de abril de 2021, foi aprovado pela assembleia geral.

O PILP estabelece as condições para a concessão pela Companhia de incentivos financeiros vinculados à valorização das ações de emissão da Companhia ("Ações Virtuais") a determinados diretores, colaboradores, empregados e/ou funcionários da Companhia, suas subsidiárias, coligadas e controladas ("Beneficiários"). A concessão das Ações Virtuais far-se-á por meio de Termos de Adesão a serem celebrados entre a Companhia e os Beneficiários, que fixarão os termos e as condições de concessões ("Termo de Adesão").

A concessão das Ações Virtuais não confere, sob qualquer hipótese, aos Beneficiários o direito de se tornar e/ou a condição de acionistas da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiários em razão das Ações Virtuais concedidas nos termos do PILP e todo e qualquer pagamento realizado aos Beneficiários nos termos do PILP será única e exclusivamente em moeda corrente.

Nenhuma disposição do PILP ou do Termo de Adesão confere a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como diretor e/ou empregado da Companhia, nem interfere, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do diretor.

b) Data de aprovação e órgão responsável

Em 4 de janeiro de 2021, o PILP foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia e, em 28 de abril de 2021, foi aprovado pela assembleia geral.

c) número máximo de ações abrangidas

O PILP não estabelece qualquer limite para a outorga de Ações Virtuais aos Beneficiários, visto que as Ações Virtuais não conferem ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial a titularidade, o direito de voto ou outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Ações Virtuais outorgadas.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável tendo em vista que o PILP é um plano de Ações Virtuais que não efetua a outorga de opções e, consequentemente, nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Ações Virtuais outorgadas.

e) condições de aquisição de ações

O PILP prevê que o direito do Beneficiário de efetivamente receber as Ações Virtuais e o consequente incentivo financeiro será sempre condicionado ao Beneficiário permanecer como empregado, prestador de serviços ou administrador da Companhia durante todo o Prazo de Carência de cada Lote Anual, estabelecido no Termo de Adesão, e na data prevista para o efetivo pagamento do Incentivo Financeiro. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Ações Virtuais outorgadas.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O PILP prevê que a concessão das Ações Virtuais aos Beneficiários será não onerosa e ocorrerá

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

após o término do Prazo de Carência de cada Lote Anual.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não aplicável.

h) forma de liquidação

Após o término do Prazo de Carência de cada Lote Anual estabelecido em cada um dos Termos de Adesão, a Companhia realizará o pagamento do incentivo financeiro em dinheiro ao Beneficiário, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do término do Prazo de Carência.

O incentivo financeiro corresponderá ao valor equivalente à diferença entre o Preço de Mercado e o Valor de Referência por ação, multiplicada pela quantidade de Ações Virtuais concedidas ao Beneficiário nos termos do respectivo Termos de Adesão.

O Valor do Preço de Mercado será a média ponderada das cotações das ações da Companhia no fechamento dos 90 pregões imediatamente anteriores ao término do Prazo de Carência. O Valor de Referência será determinado em cada Termo de Adesão pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério, sempre no melhor interesse da Companhia e dos seus acionistas.

i) restrições à transferência das ações

Não aplicável.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O direito ao recebimento do incentivo financeiro nos termos do PILP será automaticamente extinto, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o distrato do Termo de Adesão; (ii) em razão do descumprimento de qualquer condição estabelecida pelo Conselho de Administração e prevista no Termo de Adesão; (iii) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (iv) nas hipóteses de desligamento descritas no item abaixo.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em casos de desligamento por iniciativa dos Beneficiários (e.g., pedido de demissão, recusa em recondução ao cargo ou renúncia) ou desligamento por iniciativa da Companhia por justo motivo, durante o Prazo de Carência, o Beneficiário perde automaticamente o direito à todas as Ações Virtuais e ao correspondente incentivo financeiro, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia, por não recondução ao cargo, destituição do cargo ou rescisão do contrato de trabalho sem justo motivo ou em caso de invalidez permanente ou falecimento do Beneficiário durante o Prazo de Carência, o Beneficiário ou seus sucessores, conforme o caso, terão direito a 50% das Ações Virtuais e do respectivo incentivo financeiro referentes aos lotes anuais cujo prazo de carência ainda não tenha se encerrado.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses da Companhia serão mais bem atendidos dessa forma, estabelecer regras específicas e diferenciadas, em caso de rescisão, falecimento, invalidez ou aposentadoria dos Beneficiários.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	4,00	9,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	4,00	9,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,92	2,00	3,67	9,59
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Opções previstas para serem outorgadas aos Diretores estatutários em 2025:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Data da outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício da opção	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-
Valor justo da ação na data da outorga	-	-
Multipliação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	-
Observações:		

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2024:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Data da outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício da opção	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-
Valor justo da ação na data da outorga	-	-
Multipliação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	-
Observações:		

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2023:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Data da outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício da opção	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-
Valor justo da ação na data da outorga	-	-
Multipliação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	-
Observações:		

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2022:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Data da outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício da opção	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-
Valor justo da ação na data da outorga	-	-
Multipliação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	-
Observações:		

8.7 Opções em aberto

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2024

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2024

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Quantidade de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2023

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Quantidade de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2022

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Quantidade de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

A Companhia possui PILP através do qual outorga Ações Virtuais para os Beneficiários. As Ações Virtuais outorgadas são entregues através do pagamento de incentivo financeiro vinculado à valorização das ações de emissão da Companhia, e o PILP não confere aos Beneficiários, sob qualquer hipótese, o direito de se tornar e/ou a condição de acionistas da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiários em razão das Ações Virtuais concedidas nos termos do PILP e todo e qualquer pagamento realizado aos Beneficiários nos termos do PILP será única e exclusivamente em moeda corrente. Maiores informações sobre o PILP foram descritas na seção 8.4 deste Formulário de Referência.

Considerando que não há a entrega efetiva de ações da Companhia no PILP, não há diluição potencial em caso de outorga de todas as Ações Virtuais aos Beneficiários.

As informações sobre as Ações Virtuais outorgadas no âmbito do PILP são indicadas abaixo:

Exercício social previsto a ser encerrado em 31/12/2025:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não Aplicável	Não Aplicável

Exercício social encerrado em 31/12/2024:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não Aplicável	Não Aplicável

Exercício social encerrado em 31/12/2023:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não Aplicável	Não Aplicável

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Exercício social encerrado em 31/12/2022:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não Aplicável	Não Aplicável

8.10 Outorga de ações

A Companhia possui PILP através do qual outorga Ações Virtuais para os Beneficiários. As Ações Virtuais outorgadas são entregues através do pagamento de incentivo financeiro vinculado à valorização das ações de emissão da Companhia, e o PILP não confere aos Beneficiários, sob qualquer hipótese, o direito de se tornar e/ou a condição de acionistas da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiários em razão das Ações Virtuais concedidas nos termos do PILP e todo e qualquer pagamento realizado aos Beneficiários nos termos do PILP será única e exclusivamente em moeda corrente. Maiores informações sobre o PILP foram descritas na seção 8.4 deste Formulário de Referência.

As informações sobre as Ações Virtuais outorgadas no âmbito do PILP são indicadas abaixo:

Outorgas previstas para o exercício social corrente em 31/12/2025:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Data da Outorga	-	04/01/2021
Quantidade de ações outorgadas*	-	173.925
Prazo máximo para entrega das ações **	-	04/02/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das ações na data da outorga	-	7,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	1.245.303

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais previstas para outorga.

** Foi considerado o prazo máximo de pagamento dos incentivos financeiros vinculados às Ações Virtuais.

Outorgas realizadas em 31/12/2024:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Data da Outorga	-	04/01/2021
Quantidade de ações outorgadas*	-	144.937
Prazo máximo para entrega das ações **	-	1 ano da outorga dentro PILP de 5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das ações na data da outorga	-	7,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	1.037.749

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais previstas para outorga.

** Foi considerado o prazo máximo de pagamento dos incentivos financeiros vinculados às Ações Virtuais.

8.10 Outorga de ações

Outorgas realizadas em 31/12/2023:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Data da Outorga	-	04/01/2021
Quantidade de ações outorgadas*	-	115.950
Prazo máximo para entrega das ações **	-	1 ano da outorga dentro PILP de 5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das ações na data da outorga	-	7,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	830.202

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais previstas para outorga.

** Foi considerado o prazo máximo de pagamento dos incentivos financeiros vinculados às Ações Virtuais.

Outorgas realizadas em 31/12/2022:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Data da Outorga	-	04/01/2021
Quantidade de ações outorgadas*	-	86.963
Prazo máximo para entrega das ações **	-	1 ano da outorga dentro PILP de 5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das ações na data da outorga	-	7,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	622.652

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais outorgadas.

** Foi considerado o prazo máximo de pagamento dos incentivos financeiros vinculados às Ações Virtuais.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3,00	2,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	7,16	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	26,07	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.	Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.	Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	3,92	2,00	3,67
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	7,16	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	33,86	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.	Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.	Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
Nº de ações	0	86.963	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	7,16	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	22,91	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-1.369.667,25	0,00
Esclarecimento	Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.		Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.

8.12 Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação

O PILP prevê que a concessão das Ações Virtuais aos Beneficiários será realizada a título não oneroso em cinco lotes anuais, sendo certo que nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Ações Virtuais outorgadas, e observará os termos e condições do PILP, em especial Prazo de Carência.

Dessa forma, uma vez encerrados os Prazos de Carência de cada lote anual, a Companhia pagará o Incentivo Financeiro ao Beneficiário no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data do término do respectivo Prazo de Carência.

Para fins do cálculo do Incentivo Financeiro, (i) o Valor do Preço de Mercado será a média ponderada das cotações das ações da Companhia no fechamento dos 90 pregões imediatamente anteriores ao término do Prazo de Carência; e (ii) o Valor de Referência será determinado em cada Termo de Adesão pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério, sempre no melhor interesse da Companhia e dos seus acionistas.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Ano	Prazo de vida da Parcela (em dias)	Volatilidade diária esperada no valor da ação (%)	Taxa de juros livre de ricos (% a.a.)	Preço médio ponderado da ação	Preço de exercício	Valor de despesa a apropriar durante a vigência (R\$ mil)
2023	365	4,61%	13,75%	33,86	7,16	3.096
2024	365	2,47%	11,75%	26,07	7,16	2.741
2025	365	2,13%	12,25%	29,38	7,16	3.865

* Valores de preço da ação demonstrados no quadro acima não consideram o desdobramento de ações de proporção 1:3 ocorrido em ago/21.

** Valores de preço da ação referentes às ações ordinárias (DEXP3) de emissão da Companhia.

Obs: valores referentes ao pagamento de 2023 foram provisionados nos exercícios de 2023 e de 2024.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Na hipótese de ocorrência (i) (a) de um encerramento, com a publicação de Aviso de Encerramento, de uma oferta pública primária de novas ações de emissão da Companhia, cujo valor total de colocação no mercado seja igual ou superior a R\$100.000.000,00, ou (b) a alienação do controle societário da Companhia ("Evento de Liquidez"); e/ou (ii) de uma alienação de participação acionária da Companhia em sociedades por ela controladas, desde que a referida alienação de ações represente a alienação do controle societário da sociedade investida pela Companhia ("Alienação de Ativos Relevantes"), a concessão de Ações Virtuais será antecipada da seguinte forma:

(i) na ocorrência de um primeiro Evento de Liquidez ou de uma primeira Alienação de Ativos Relevantes, será antecipada a concessão de 50% (cinquenta por cento) das Ações Virtuais referentes aos Lotes Anuais ainda pendentes de concessão ao Beneficiário; e

(ii) na ocorrência de novo Evento de Liquidez ou de nova Alienação de Ativos Relevantes, após o Evento de Liquidez ou da Alienação de Ativos Relevantes referidos

8.12 Precificação das ações/opções

no item (i) acima, será antecipada a concessão de 50% (cinquenta por cento) das Ações Virtuais referentes aos Lotes Anuais ainda pendentes de concessão ao Beneficiário.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidez ou de uma Alienação de Ativos Relevantes, o Preço de Mercado aplicável aos Lotes Anuais antecipados será o valor por ação da Companhia apurado com base na média ponderada da cotação das ações ordinárias da Companhia, no fechamento dos 15 (quinze) pregões imediatamente anteriores e 15 (quinze) pregões imediatamente posteriores à data do anúncio ao mercado pela Companhia da operação que resultou na Alienação de Ativos Relevantes ou da ocorrência do Evento de Liquidez, conforme o caso.

No caso de um Evento de Liquidez ou de uma Alienação de Ativos Relevantes, o pagamento do Incentivo Financeiro referente às Ações Virtuais antecipadas será realizado em até 30 dias, contados da data do fechamento ou liquidação do Evento de Liquidez ou do aviso ao mercado pela Companhia a respeito da operação que resultou na Alienação de Ativos Relevantes.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A projeção do PILP não determina a volatilidade esperada. Ademais, o Conselho de Administração e/ou o Comitê não poderão garantir, sob qualquer hipótese, um ganho mínimo aos Beneficiários. Na hipótese de o cálculo da diferença entre o Preço de Mercado e o Valor de Referência resultar em um valor negativo, nenhum valor será devido ao Beneficiário a título de Incentivo Financeiro.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outra característica incorporada. Todas as características importantes do PILP estão descritas e consideradas nos itens anteriores.

8.13 Participações detidas por órgão

31/12/2024	Companhia Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social total
Administradores	Companhia	Ações Ordinárias e Preferências	0	0,000%
Conselho Fiscal	Companhia	Ações Ordinárias e Preferências	0	0,000%
Total	-	-	0	0,000%

8.14 Planos de previdência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não confere plano de previdência privada aos membros de seu conselho de administração e aos seus diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	3,00	3,92	5,00	4,00	3,67	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	3,00	3,92	5,00	4,00	3,67	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	203.680,44	196.394,28	185.400,00	362.749,68	362.749,68	362.749,68	33.200,76	33.200,76	33.200,76
Valor da menor remuneraçãoReal	203.680,44	185.400,00	180.000,00	180.000,00	126.089,64	126.089,64	33.200,76	33.200,76	33.200,76
Valor médio da remuneraçãoReal	203.680,44	190.897,20	183.150,00	260.916,56	227.209,80	227.209,80	33.200,76	33.200,76	33.200,76

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos preestabelecidos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

Conforme descrito no item 7.7 do Formulário de Referência, a Companhia mantém um seguro D&O para seus administradores, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas pelos mesmos, no melhor interesse da Companhia.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

ÓRGÃO	2025 (previsão)	2024	2023	2022
Conselho de Administração	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	-

8.18 Remuneração - Outras funções

Não aplicável, tendo em vista que os administradores não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Exercício Social	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2025				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2024				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2022				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais não foram reconhecidas remunerações recebidas por administradores e membros do conselho fiscal em função do exercício do cargo no emissor.

Remuneração prevista em função do exercício do cargo desempenhado em controladas

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	—	—	—	—
Controladas	R\$ 1.934.674,52	R\$ 2.031.038,70	—	R\$ 3.965.713,22
Sociedades sob controle comum	—	—	—	—

Remuneração recebida em função do exercício do cargo desempenhado em controladas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	—	—	—	—
Controladas	R\$ 1.934.674,52	R\$ 1.966.643,28	—	R\$ 3.901.317,80
Sociedades sob controle comum	—	—	—	—

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	—	—	—	—
Controladas	R\$ 3.169.874,48	R\$ 1.884.386,36	—	R\$ 5.054.260,84
Sociedades sob controle comum	—	—	—	—

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	—	—	—	—
Controladas	R\$ 3.717.445,22	R\$ 2.330.053,39	—	R\$ 6.047.498,61
Sociedades sob controle comum	—	—	—	—

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2025

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	1.934.674,52	0,00	2.031.038,70	3.965.713,22
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2024

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	1.934.674,52	0,00	1.966.643,28	3.901.317,80
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2023

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	3.169.874,48	0,00	1.884.386,36	5.054.260,84
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
--	--

31/12/2022

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	3.717.445,22	0,00	2.330.053,39	6.047.498,61
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
--	--

8.20 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879			
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ		
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20		
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço			
22/04/2021	22/04/2021			
Descrição dos serviços prestados				
Auditoria independente e revisão completa das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas (GPC Química, Apolo Tubos e Apolo Tubulares) correspondentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2022, 2023 e 2024, bem como revisão das informações trimestrais da Companhia. O referido contrato junto à auditoria foi renovado e continuará em vigor até o término dos trabalhos de auditoria do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.				
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social				
Honorários de auditoria no valor de R\$ 855.823,34 referente ao exercício social de 2024. A PricewaterhouseCoopers também prestou serviços de revisão das informações financeiras intermediárias da Companhia e suas controladas diretas no âmbito da Incorporação de Ações concluída em julho de 2024, no valor de R\$ 810.976,00.				
Justificativa da substituição				
N/A				
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa				
N/A				

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia adota práticas de governança que visam a evitar conflitos de interesse e preservar a independência e objetividade dos auditores independentes contratados de acordo com os princípios de que o auditor não deve (i) auditar seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais na Companhia; e (iii) promover os interesses da Companhia. A Companhia solicita, ainda, aos seus auditores independentes que realizem todos os procedimentos internos para assegurar a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

A administração da Companhia entende que os serviços descritos nos itens 9.1 e 9.2 deste Formulário de Referência são serviços de auditoria e consultoria que não afetam a independência e objetividade do auditor independente contratado.

Para os serviços prestados durante o exercício de 2024, a administração da Companhia verificou que não há qualquer implicação no princípio de independência e não foram identificados potenciais conflitos de interesse.

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram prestadas nas seções anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	17	74	0	0	0
Não-liderança	108	612	0	0	0
TOTAL = 811	125	686	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	1	70	2	18	0	0	0
Não-liderança	1	369	82	244	4	0	20
TOTAL = 811	2	439	84	262	4	0	20

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	57	34
Não-liderança	154	414	152
TOTAL = 811	154	471	186

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	2	89	0
Não-liderança	26	694	0
TOTAL = 811	28	783	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	64	27	0
Não-liderança	0	0	0	510	210	0
TOTAL = 811	0	0	0	574	237	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	78	496	0	0	0
Sul	47	190	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 811	125	686	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	2	268	73	208	3	0	20
Sul	0	171	11	54	1	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 811	2	439	84	262	4	0	20

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	102	316	156
Sul	52	155	30
Exterior	0	0	0
TOTAL = 811	154	471	186

10.1 Descrição dos recursos humanos

(b) Nº de terceirizados (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Considerando a sua característica de *holding*, a Companhia não possui trabalhadores terceirizados.

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pelas controladas da Companhia em 31/12/2024:

Empresa	Localização Geográfica	Atividade desempenhada	Total de funcionários	Industrial	Comercial e Vendas	Administrativo e Financeiro
Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	Rio de Janeiro / RJ	Segmento Aço	25	0	15	10
Apolo Tubulars S.A.	Lorena / SP	Segmento Aço	63	37	0	26
GPC Química S.A.	Araucária / PR Uberaba / MG Rio de Janeiro / RJ	Segmento Químico	49	21	0	28

(c) Índice de Rotatividade

Considerando a sua característica de *holding*, a Companhia não possui empregados e, consequentemente, não possui Índice de Rotatividade.

As informações a seguir evidenciam os Índices de Rotatividade das controladas GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A. em 31/12/2024:

Apolo Tubos e Equipamentos S.A. – 1,30%

Apolo Tubulars S.A. – 2,02%

GPC Química – 1,81%

(d) Exposição do emissor e passivos e contingências trabalhistas

Exposições relevantes e passivos e contingências trabalhistas estão descritas no item 4.4 deste Formulário de Referência.

10.2 Alterações relevantes

Não houve alterações relevantes nas práticas de Recursos Humanos da Companhia e de suas empresas controladas nos últimos três anos.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

Apesar da Companhia não possuir funcionários, dada suas características de holding, as suas Controladas adotam política de salários correspondente aos salários praticados pelo mercado brasileiro, de forma a atrair, manter e motivar seus funcionários. A remuneração é composta por salário mensal, férias e décimo-terceiro, em linha com o estabelecido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (“CLT”).

Adicionalmente, as Controladas da Companhia efetuam os devidos reajustes salariais de acordo com a legislação trabalhista, à data-base dos acordos ou convenções coletivas aplicáveis.

As Controladas da Companhia adotam Programa de Avaliação de Desempenho – PAD, com o objetivo de avaliar o alcance de metas pré-estabelecidas por parte dos funcionários, podendo prover ao funcionário bonificação anual em decorrência do alcance das metas. Além disso, as Controladas da Companhia concedem Participação nos Lucros e Resultados para seus empregados, nos termos previstos em acordos coletivos.

As Controladas da Companhia buscam, ainda, oferecer aos seus colaboradores uma expectativa de crescimento profissional, a promoção da retenção de talentos com perfil necessário para atender às suas necessidades, a criação de critérios transparentes e equânimes para gestão de remuneração e de carreira, o acompanhamento da competitividade das práticas salariais internas e externas e o aumento da atratividade de profissionais, contando com estrutura de cargos padronizada na operação e organizada em faixas salariais alinhadas ao modelo de negócio.

b) Política de benefícios

As Controladas da Companhia adotam política de benefícios compatível com as praticadas pelo mercado brasileiro, destacando-se: assistência médica, transporte, auxílio alimentação, assistência odontológica, convênio farmácia, empréstimos consignados, seguro de vida, auxílio creche, reembolso de medicamentos, abonos por aposentadoria, auxílio educação e cesta básica.

Os benefícios variam de acordo com cada Controlada da Companhia, e conforme acordos coletivos firmados com os sindicatos das categorias de empregados em cada localidade.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos funcionários não-administradores

Não aplicável, visto que a Companhia não concede plano de remuneração baseado em ações para funcionários não administradores.

d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Não aplicável considerando que a emissora não possui empregados, somente administradores.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
57.676,50	5.331,18	10,82
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Apesar da Companhia não possuir funcionários, dada suas características de holding, suas Controladas, ao longo dos anos, vêm mantendo bom relacionamento com os seus empregados e respectivos sindicatos.

Como consequência, não há histórico de paralisações e greves em unidades das controladas da Companhia no exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais.

As Controladas da Companhia participam de negociações de novas convenções coletivas e acordos coletivos, tendo abertura para negociações diretas com os sindicatos.

As Controladas da Companhia obedecem a todas as fiscalizações e conciliações trabalhistas, de modo que buscamos atender às eventuais reclamações dos empregados no sindicato profissional com o objetivo de minimizar qualquer tipo de conflito entre as partes, mantendo uma relação respeitosa e transparente.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nas demais Seções deste Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

As operações da Companhia e de suas Controladas com partes relacionadas são sempre realizadas observando preço e condições usuais de mercado, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo para a Companhia, suas Controladas ou para quaisquer outras partes. A Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia não possui política formal de transações com partes relacionadas, sendo adotadas as práticas descritas acima.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
GPC Química S.A.	02/01/2012	0,00	18.017.000,00	N/A	N/A	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Mútu					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Remuneração de taxa méida diária do CDI (Base over) acrescida de juros de 3% a.a.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

(n) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

Todas as operações da Companhia e de suas Controladas com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e de estrito interesse da Companhia em sua realização, sempre em conformidade com a Lei 6.404/76.

A Companhia não adota um mecanismo específico para tratar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas na Lei 6.404/76. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de nos causar dano ou prejuízo.

O acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido. Em especial, o artigo 115 da Lei 6.404/76 normatiza o exercício ao direito de voto dos acionistas em assembleia geral, bem como regula a responsabilidade do acionista na sociedade.

Ao Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, caso seja instalado, são submetidas as decisões acerca de todas as nossas operações, conforme competência descrita pelo nosso Estatuto Social vigente. Assim, todas as nossas operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos nossos órgãos decisórios a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do nosso Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho de Administração, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os nossos.

(o) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

As operações e negócios da Companhia e de suas Controladas com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar o desempenho da Companhia e de suas Controladas e levam sempre em consideração as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização (quitação, taxas de juros de mercado, quando aplicável). Os contratos firmados com partes relacionadas observam condições estritamente comutativas, com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outra informação relevante que não tenha sido mencionada nas demais seções deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Capital Integralizado			
Tipo Capital	Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
10/12/2025	26/12/2025	519.204.036,31	
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
116.481.187	6.493.280	122.974.467	

Capital Emitido			
Tipo Capital	Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
10/12/2025	26/12/2025	130.071.494,77	
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
12.942.354	721.475	13.663.829	

Capital Subscrito			
Tipo Capital	Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
10/12/2025	26/12/2025	519.204.036,31	
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
116.481.187	6.493.280	122.974.467	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia é sediada no Brasil e mantém valores mobiliários admitidos à negociação no mercado de capitais brasileiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob os códigos “DEXP3” e “DEXP4”, respectivamente.

Não há outros valores mobiliários emitidos pela Companhia além dos citados acima.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, tendo em vista que, nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Outras informações relevantes

Em complemento ao item 12.1 deste Formulário de Referência, a Companhia destaca que, conforme Estatuto Social aprovado em 07 de junho de 2021 por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o capital autorizado é de 30 milhões de ações.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2025, foi deliberado o aumento de capital social da Companhia mediante a capitalização de parte da Reserva de Investimentos da Companhia na data base de 30 de setembro de 2025, com a emissão de 13.663.829 novas ações, sendo 12.942.354 ações ordinárias e 721.475 ações preferenciais a serem bonificadas aos acionistas da Companhia ("Bonificação"). Dessa forma, atualmente o capital autorizado é de 16.336.171 ações remanescentes.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Rafael Alcides Raphael	Diretor Presidente	Alterado	
George Abi-Rihan Cordeiro	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO DO DIRETOR-PRESIDENTE

Eu, Rafael Alcides Raphael, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da carteira de identidade n.º 10.623.696-1, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 071.006.197-85, com endereço comercial na Rua do Passeio, n.º 62, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20021-290, na qualidade de **Diretor Presidente da Dexxos Participações S.A.**, com sede na Rua do Passeio, n.º 62 - 7º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20021-290, regularmente inscrita no CNPJ/MF nº 02.193.750/0001-52 com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0016624-6 ("Companhia") para fins do item 13.1 do formulário de referência da Companhia, declaro que, na data deste formulário de referência: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação das atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Rafael Alcides Raphael
Diretor Presidente

Clicksign

13.1 Declaração do diretor presidente

Datas e horários em GMT -03:00 Brasília
Log gerado em 29 de maio de 2025. Versão v1.45.0.

13.1 - Declaração do Diretor Presidente.pdf

Documento número #1045f23b-79f3-4c1a-88eb-b0226a3d90d3

Hash do documento original (SHA256): 74e1a866446ecf2fccb2a819bb2c7df0287c3b8e18bc8883b11a5d3ea2bc44af

Assinaturas

Rafael Alcides Raphael

CPF: 071.006.197-85

Assinou em 29 mai 2025 às 17:02:51

Log

28 mai 2025, 10:09:48	Operador com email renan.lopes@gpcquimica.com.br na Conta fbebb704-f65d-40d7-9b0f-bb8d295d8699 criou este documento número 1045f23b-79f3-4c1a-88eb-b0226a3d90d3. Data limite para assinatura do documento: 27 de junho de 2025 (10:09). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
28 mai 2025, 10:10:10	Operador com email renan.lopes@gpcquimica.com.br na Conta fbebb704-f65d-40d7-9b0f-bb8d295d8699 adicionou à Lista de Assinatura: raphael@dexxos.com.br para assinar, via E-mail.
	Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Rafael Alcides Raphael.
29 mai 2025, 17:02:51	Rafael Alcides Raphael assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail raphael@dexxos.com.br. CPF informado: 071.006.197-85. IP: 46.142.192.85. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude 52.3764439 e longitude 9.7375378. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.1224.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
29 mai 2025, 17:02:51	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 1045f23b-79f3-4c1a-88eb-b0226a3d90d3.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários

ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 1045f23b-79f3-4c1a-88eb-b0226a3d90d3, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO DO DIRETOR EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eu, George Abi-Rihan Cordeiro, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade, n.º 05.506.852-2, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 665.172.817-20, com endereço comercial na Rua do Passeio, n.º 62 - 7º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20021-290, na qualidade de **Diretor Executivo e de Relações com Investidores da Dexxos Participações S.A.**, com sede na Rua do Passeio, n.º 62 - 7º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20021-290, regularmente inscrita no CNPJ/MF nº 02.193.750/0001-52, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) sob o NIRE 33.3.0016624-6 (“Companhia”) para fins do item 13.1 do formulário de referência da Companhia, declaro que, na data deste formulário de referência: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM n.º 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação das atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

George Abi-Rihan Cordeiro
*Diretor Executivo
e de Relações com Investidores*



13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia

Log gerado em 28 de maio de 2025. Versão v1.45.0.

13.1 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores.pdf

Documento número #dce3debf-56d3-4ab3-be38-ac52ce92adbe

Hash do documento original (SHA256): cd84720c4078550cd717818b8be3bdc90b69740b6bcf162d06c7b93ed16adaa7

Assinaturas

**George Abi-Rihan Cordeiro**

CPF: 665.172.817-20

Assinou em 28 mai 2025 às 09:51:31

Log

28 mai 2025, 09:39:03

Operador com email renan.lopes@gpcquimica.com.br na Conta fbebb704-f65d-40d7-9b0f-bb8d295d8699 criou este documento número dce3debf-56d3-4ab3-be38-ac52ce92adbe. Data limite para assinatura do documento: 27 de junho de 2025 (09:39). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.

28 mai 2025, 09:39:20

Operador com email renan.lopes@gpcquimica.com.br na Conta fbebb704-f65d-40d7-9b0f-bb8d295d8699 adicionou à Lista de Assinatura: george.cordeiro@dexxos.com.br para assinar, via E-mail.

Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo George Abi-Rihan Cordeiro .

28 mai 2025, 09:51:31

George Abi-Rihan Cordeiro assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail george.cordeiro@dexxos.com.br. CPF informado: 665.172.817-20. IP: 191.98.207.79. Componente de assinatura versão 1.1222.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

28 mai 2025, 09:51:31

Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número dce3debf-56d3-4ab3-be38-ac52ce92adbe.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº dce3debf-56d3-4ab3-be38-ac52ce92adbe, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.